



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

## **Ricos e Pobres no Sudoeste Alentejano: Os efeitos da Produção Agrícola de Frutos Vermelhos e da Imigração na Freguesia de São Teotónio**

Mariana Anginho Évora

Mestrado em Estudos Internacionais

Orientadora:

Doutora Cristina Santinho, Investigadora Integrada, CRIA- Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Iscte- Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Professor Doutor Manuel João Ramos, Professor Associado c/ Agregação, Iscte- Instituto Universitário de Lisboa

Março, 2022

Departamento de História

## **Ricos e Pobres no Sudoeste Alentejano: Os efeitos da Produção Agrícola de Frutos Vermelhos e da Imigração na Freguesia de São Teotónio**

Mariana Anginho Évora

Mestrado em Estudos Internacionais

Orientadora:

Doutora Cristina Santinho, Investigadora Integrada, CRIA- Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Iscte- Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Professor Doutor Manuel João Ramos, Professor Associado c/ Agregação, Iscte- Instituto Universitário de Lisboa

Março, 2022



À minha Avó Luz, a primeira pessoa a contar-me a sua história,  
e que partiu no início do decorrer deste trabalho.



## Agradecimentos

Apesar da escrita de uma dissertação ser um trabalho solitário, todas as etapas deste processo só foram possíveis com a ajuda e o carinho das pessoas ao meu redor.

Aos meus pais, Fernando e Cristina, pela educação que me deram, e por apoiarem as minhas decisões e terem sempre uma palavra para acrescentar.

À minha orientadora Cristina Santinho, e ao meu co-orientador Manuel João Ramos, pelas suas sugestões e conselhos, e por me aturarem tanto nos meus longos períodos de silêncio, como naqueles em que eu colocava todas e mais algumas dúvidas. E por acreditarem neste trabalho, mesmo quando ele tantas vezes mudou.

À equipa do projeto FEMINA, no qual trabalhei paralelamente à dissertação. À Violeta, à Sónia, à Beatriz, à Júlia, à Madalena e ao Pedro, que nos últimos dois anos me ensinaram tanto sobre investigação, e que estiveram sempre disponíveis para me ouvir e sugerir ideias para este trabalho, mesmo quando o seu âmbito não estava relacionado com o nosso projeto.

Aos meus colegas de Mestrado: ao Eduardo, à Francisca e à Sara. Aos nossos desabafos conjuntos, às nossas gargalhadas conjuntas, e a que nunca deixemos de estudar migrações em conjunto!

Finalmente, a todos os residentes de São Teotónio: aos que já cá estão há muito tempo, e àqueles que chegaram nos últimos anos. Um obrigada ou um *dhanyavad* especiais a quem me ajudou nesta etapa, e um obrigada ainda maior à Ana Luís, ao Tiago, e ao Chico, os meus companheiros no Sudoeste Alentejano nesse Verão.

E, claro, ao Nozes, que diz que não gosta de agradecimentos. Mas aqui vai, um obrigada a ti, que acompanhaste esta dissertação do princípio ao fim, e tudo o que esse trabalho trouxe associado.

Obrigada a todos e a todas.



## **Resumo**

Nas últimas décadas, a Freguesia de São Teotónio, no Litoral Alentejano, tem sido o centro de grandes investimentos agrícolas, que têm incidido na produção de frutos vermelhos. Estes investimentos recorreram a mão-de-obra imigrante, oriunda da Europa de Leste e da Ásia do Sul, alterando as dinâmicas sociais, culturais e económicas da região. Partindo da obra “Ricos e Pobres no Alentejo”, de José Cutileiro (1977), esta dissertação pretende dar conta de quais foram essas alterações, e que implicações tiveram na vida da população.

Enquadrando estes investimentos como um caso de estudo para o Capitaloceno, uma época geológica marcada pela industrialização e pela globalização económica, e que está a levar a grandes alterações climáticas na Terra, compreendemos que, apesar da produção de frutos vermelhos ter fomentado a circulação de dinheiro na economia da região, grande parte da população se sente descontente com as transformações ocorridas. Nos seus discursos, há uma separação da esfera económica e social nas consequências da agricultura. Como subtópicos, desenvolvemos os aspetos mais discutidos nas entrevistas e no trabalho de campo realizados na vila-capital da freguesia: as motivações dos trabalhadores imigrantes; as condições laborais do trabalho agrícola; a estranheza cultural entre a comunidade portuguesa e as imigrantes; a falta de habitação e serviços para toda a população; a incerteza do futuro deste sector em São Teotónio, sobretudo pela falta de água.

Concluimos ainda que a dicotomia entre “ricos” e “pobres” se mantém no mundo agrícola do Alentejo, apesar das suas características atuais serem diferentes das características dos anos setenta.

**Palavras-Chave:** Litoral Alentejano; Agricultura Mediterrânica; Antropoceno; Capitaloceno; Imigração



## **Abstract**

In the last decades, São Teotónio, on the Portuguese Southwestern coast, has become the centre of large agricultural investments, focused on the production of berry fruits. These investments have used immigrant labour from Eastern Europe and Southern Asia, changing the social, cultural, and economic dynamics of the region. Basing its title on the work “Ricos e Pobres no Alentejo”, by José Cutileiro (1977), this dissertation aims to identify these changes.

Framing these investments as a case study for the Capitalocene, a geological epoch marked by industrialization and economic globalization, which is leading to major climate changes, we understand that, although the production of berry fruits has fostered the circulation of money in the region’s economy, a large part of the population is not satisfied with the transformations that have occurred. In their discourse, there is a separation of the economic and the social sphere in the consequences of agriculture. As subtopics, we developed the most discussed aspects in interviews and ethnographic fieldwork done in São Teotónio during 2021: the motivations of the immigrant workers; the labour conditions of the agricultural work; the cultural strangeness between the Portuguese and the immigrant communities; the lack of housing and services for the entire population; and the uncertainty of the future of this sector in São Teotónio, mainly due to the lack of water.

We also conclude that the dichotomy between “rich” and “poor” still exists in the agricultural world of Alentejo, although its current characteristics are different from those in the 1970s.

**Palavras-Chave:** Southwestern Portugal; Mediterranean Agriculture; Anthropocene; Capitalocene; Immigration



## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	1
<b>CAPÍTULO 1 - Enquadramento Teórico</b>	5
1.1- Antropoceno	5
1.2- Capitaloceno	7
1.3- Agricultura Mediterrânica e Migrações	9
<b>CAPÍTULO 2 - Metodologia</b>	11
<b>CAPÍTULO 3 - Breve História de São Teotónio</b>	16
3.1- Das origens da freguesia até ao final do século XX	16
3.2- O Perímetro de Rega do Mira e a Produção de Frutos Vermelhos	20
3.3- A imigração para São Teotónio	24
3.4- Crise Pandémica por Covid-19	27
3.5- São Teotónio Hoje	28
<b>CAPÍTULO 4 - Análise de Dados</b>	31
4.1 - Capitaloceno - A Produção de Frutos Vermelhos a Acumulação de Capital	31
4.2 - Capitaloceno: Decisões de Vida suportadas pelo capital	32
4.3 - Cheap Labour: Tráfico Humano e Exploração Laboral	33
4.4 - “São Temporários”: Efemeridade do Trabalho Imigrante	37
4.5 - Estranheza Cultural: “Nós” e “Eles”	38
4.6- Problemas Sociais: Habitação	43
4.7 - Problemas Sociais: Falta de oferta nos serviços públicos	47
4.8 - E o futuro de São Teotónio? Covid-19, Crises e Monopólio Económico dos Frutos Vermelhos	49
<b>REFLEXÕES FINAIS</b>	55
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	59

## INTRODUÇÃO

Quando pensamos na história da Antropologia em Portugal, sabemos que uma das mais importantes obras a mencionar deve ser “Ricos e Pobres no Alentejo”, de José Cutileiro (1977). A obra, escrita nos anos setenta, retrata aquilo que nos diz o seu título: a dicotomia entre estas duas classes económicas em Reguengos de Monsaraz, no interior do Alentejo, numa altura em que a agricultura era a principal fonte de rendimento da população. O autor distingue os donos das terras agrárias, os *ricos*, que não trabalham diretamente nelas; e os trabalhadores agrícolas, os *pobres*, que as cultivam. Nesta dissertação, mudam-se os tempos e muda-se o lugar, mas continuamos no Alentejo: mais precisamente, no Sudoeste Alentejano, na freguesia de São Teotónio, um lugar que tem sido centro das atenções dos canais de comunicação nacionais e internacionais pela sua produção agrícola intensiva de frutos vermelhos e pela chegada da mão-de-obra imigrante. À medida que a agricultura se tornou, novamente, a principal fonte de rendimento da população, e que chegaram milhares de trabalhadores da Europa de Leste e da Ásia do Sul para trabalhar, mudaram as dinâmicas sociais, económicas e culturais da freguesia, dinâmicas que serão exploradas ao longo desta tese. Pensar na dicotomia apresentada por José Cutileiro há mais de cinquenta anos continua a fazer sentido, pela distinção entre os *pobres* e os *ricos* que se mantém: não só os que trabalham na terra, mas também os que vivem numa vila no Portugal Rural e que, não trabalhando na agricultura na região, sentem o seu efeito de outras formas.

Quando comecei a pensar nesta dissertação, o plano inicial era escrevê-la exclusivamente sobre migrações: sobre a integração de migrantes em São Teotónio; sobre multiculturalidade; sobre direitos humanos. À medida que fui pensando nesta investigação, e depois do cordão sanitário imposto na freguesia de São Teotónio depois de um surto de COVID-19, entre abril e maio de 2021, deixou de me fazer sentido trabalhar apenas sobre migrações, e excluir outras vozes e temáticas. Quando, em abril de 2021, o concelho de Odemira - ao qual pertence a freguesia de São Teotónio - se tornou notícia de abertura em todos os telejornais, e o Primeiro-Ministro António Costa assumiu uma “violação gritante dos direitos humanos”<sup>1</sup>, muitos dos problemas que já se sentiam em São Teotónio foram ampliados e trazidos a debate público. Foram referidas as condições de habitação dos trabalhadores agrícolas; o escândalo em torno da requisição civil do *resort* turístico Zmar; a falta de água na Barragem de Santa Clara; os efeitos da agricultura em Odemira; ou as toneladas de frutas que se perderam devido ao cordão sanitário. Nas redes sociais, a população de São Teotónio escreveu dezenas de publicações, comentando, criticando ou lamentando a situação, pedindo aos decisores políticos que alterassem as suas políticas públicas. As acusações iam para todos os lados: para a população migrante, por ter causado o surto de COVID-19; para as empresas agrícolas, responsáveis por contratarem essa população; para as empresas de prestação de serviços ou de contratação temporária, que os trouxeram;

---

<sup>1</sup>JPS Discurso de António Costa sobre violação de direitos humanos em Odemira, legendado em inglês, 2021. 1 vídeo (1:52min). Publicado pelo canal Juntos pelo Sudoeste. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=OXf3eKW2\\_dk](https://www.youtube.com/watch?v=OXf3eKW2_dk). Acesso: 24 de novembro de 2021.

e contra a autarquia e o governo, que permitiram que isso acontecesse. Neste ambiente, decidi partir para um estudo preliminar sobre as consequências sociais, económicas e culturais dos investimentos agrícolas em São Teotónio, e sobre os conflitos de discursos entre as várias entidades da freguesia. Apesar do mediatismo de Odemira nos últimos tempos, um trabalho com este âmbito ainda não tinha sido realizado a nível académico - à exceção de uma dissertação de mestrado elaborada por Gonçalo Palhinhas (2019), que entrevista os decisores políticos do concelho sobre os impactos da agricultura intensiva, focando-se nas políticas de desenvolvimento rural. Todos os outros trabalhos e artigos científicos sobre Odemira ou São Teotónio situam-se em temáticas ligadas às migrações e, por isso, um trabalho mais generalizado parece ser importante para compreender a situação num todo. Ainda que mencionadas, levemente, no capítulo dedicado à história de São Teotónio, foram excluídas desta dissertação as consequências ambientais da agricultura intensiva, que poderão e deverão ser alvo de um estudo num futuro próximo, dada a falta de informação e de estudos deste âmbito no território.

Algo que se tornou óbvio desde o início da investigação de terreno foi a ênfase colocada nos benefícios económicos deste setor: para a região, e para Portugal. Não pude deixar de pensar no termo *capitaloceno*. Cientistas de várias áreas têm defendido a entrada numa nova era geológica, o *antropoceno*, desde quando a ação humana se sobrepõe à Natureza. Este termo foi inicialmente proposto por Crutzen e Stoermer em 2000, argumentando que o termo Holoceno - correspondente à era geológica anterior/atual - já não faz sentido, e que a expansão do ser humano e o seu impacto nos ecossistemas significa a entrada numa nova época geológica. Os autores defendem que esta época começou no século XVIII com a revolução industrial, já que foi nesta altura que as atividades humanas se tornaram mais intensas e se começou a sentir o seu impacto na Natureza. No entanto, para além da data de início deste período não ser consensual, também não o é o próprio termo antropoceno. Em 2009, Chakrabarty recusou a este conceito, argumentando que a crise ambiental não resultou da ação humana num todo, mas dum estilo de vida industrial e Ocidental:

“If the industrial way of life was what got us into this crisis, then the question is, Why think in terms of species, surely a category that belongs to a much longer history? Why could not the narrative of capitalism—and hence its critique—be sufficient as a framework for interrogating the history of climate change and understanding its consequences?” (idem:217).

No entanto, a ideia de *capitaloceno* surgiu apenas anos mais tarde, inicialmente conceptualizada por Ruccio (2011), e desenvolvida por Jason Moore a partir de 2015, inspirado pelo seu aluno Andreas Malm. Admitindo que a proposta da entrada na era do antropoceno foi um bom ponto de partida para o debate em torno das alterações climáticas e da causa das mesmas, Moore (2015) argumenta no entanto que o termo tem várias falhas. Uma dessas falhas é não olhar para a história das políticas e relações sociais que levaram à Revolução e ao pensamento industrial. De acordo com o autor:

“This [...] denies a longer history of capitalism that begins in the era of Columbus. The erasure of capitalism’s early-modern origins, and its extraordinary reshaping of global natures long before the steam engine, is therefore significant in our work to develop an effective radical politics around global warming

... and far more than global warming alone! Ask any historian and she will tell you: how one periodizes history powerfully shapes the interpretation of events, and one's choice of strategic relations.” (Moore 2017:3)

Para Moore, o capitalismo não é apenas um sistema económico e social, mas também uma forma de organização da Natureza: “[...] as a multispecies, situated, capitalist world-ecology” (Moore 2016:6). É um sistema que vive a partir das bases de acumulação de capital e de pessoas; e da exploração de uma *Natureza Barata* (“cheap nature”). As normas sociais e económicas e a relação entre o ser humano e a Natureza passam a ser definidas sob os princípios da acumulação do capital. Pensando na situação em São Teotónio, o *capitaloceno* pareceu-me um termo indicado para pensar em como se moldaram as relações sociais e económicas na freguesia, justificadas pela busca do crescimento económico. Partindo do princípio de que o *capitaloceno* é, realmente, a época em que vivemos, e que as suas consequências são ambientais e sociais, olhamos para como mudou a vida em São Teotónio nos últimos anos: como é que os outros sectores económicos reagiram à agricultura; como a população portuguesa vive o encontro com a população imigrante; como os serviços públicos se adaptaram - ou não - ao aumento exponencial da população; entre outros aspetos.

Ainda na introdução, enquadrámos, brevemente, a situação atual em São Teotónio. No primeiro capítulo, discutimos de forma mais aprofundada os conceitos *antropoceno* e *capitaloceno*, assim como os seus argumentos pró e contra. Damos ainda conta de outros estudos de caso sobre os efeitos da produção agrícola intensiva e imigração noutras regiões rurais da Europa Mediterrânica. No segundo capítulo, refletimos sobre a metodologia, na experiência de trabalho de campo, e na minha posição como natural do lugar que escolhi para a pesquisa etnográfica, com os impactos que isso pode trazer para o trabalho. No terceiro capítulo, olhamos mais detalhadamente para a história da freguesia de São Teotónio, essencial para compreendermos o que se passou até chegarmos hoje. Finalmente, no quarto capítulo, analisamos os dados da investigação: por um lado, para os discursos que nos levam a crer que São Teotónio pode ser enquadrado no âmbito teórico do *capitaloceno*; e, por outro lado, para algumas das suas consequências sociais e económicas da produção agrícola de frutos vermelhos: como a exploração laboral dos trabalhadores agrícolas; o estranhamento cultural entre as comunidades imigrantes e a comunidade portuguesa; a crise habitacional; a falta de oferta de serviços; o monopólio económico em torno deste sector; e uma reflexão sobre as possibilidades futuras para a vida em São Teotónio. Concluímos com algumas reflexões sobre todos estes aspetos, sobre a ligação entre a obra de Cutileiro (1977) e a vida atual em São Teotónio, e sobre a separação entre a esfera económica e a esfera social provocada pelo *capitaloceno*. Pretendemos, ao mesmo tempo que damos um enquadramento teórico à dissertação, identificar os problemas partilhados pela população imigrante e portuguesa em São Teotónio.

Antes de iniciarmos, e para que quem desconhece a freguesia de São Teotónio não se sinta completamente descontextualizado, apresentamos brevemente os seus dados socioeconómicos. Uma apresentação mais detalhada destes dados, bem como a sua história, pode ser lida no capítulo três.

São Teotónio é uma freguesia do concelho de Odemira, no Sudoeste Alentejano. Faz fronteira a Norte e a Este com outras três freguesias do mesmo concelho (Longueira/Almograve; Boavista dos Pinheiros e Sabóia) e a Sul com o Algarve, mais especificamente com os Concelhos de Aljezur e Monchique. São Teotónio foi uma das freguesias do país com maior aumento de população nos Censos de 2021, com uma subida de 35%, de 6439 pessoas em 2011, para 8624 em 2021 (INE 2021). Esta subida deveu-se muito à imigração para a freguesia, sobretudo de cidadãos oriundos de países da região da Ásia do Sul (Índia, Nepal, Bangladesh e Paquistão), ainda que também da Europa de Leste (Ucrânia, Roménia, Bulgária) e outros países, que vieram para trabalhar no sector agrícola, que nos últimos anos teve grandes investimentos na região. São Teotónio, assim como as freguesias em redor, é uma freguesia caracterizada por ter um clima ideal para a produção agrícola. Ainda que a produção seja variada, os maiores investimentos agrícolas, especialmente nos últimos anos, foram na produção de frutos vermelhos, com a intenção de transformar o concelho de Odemira e Portugal num dos maiores produtores e exportadores destes frutos para a Europa. O impacto económico desta produção tem sido positivo, transformando Odemira no concelho com maior volume de negócios no sector agrícola em Portugal (PORDATA 2019). No entanto, o aumento súbito de população em São Teotónio e nas freguesias em redor, assim como o impacto da agricultura noutros sectores económicos e na paisagem do concelho, têm trazido muitas críticas por parte de vários grupos da população. Em abril de 2021, o surto de covid-19 entre os trabalhadores agrícolas obrigou a um cordão sanitário na Freguesia de São Teotónio e na freguesia vizinha, Almograve/Longueira. Nesta altura, saíram dezenas de notícias e reportagens sobre as condições laborais dos trabalhadores agrícolas imigrantes no Sudoeste Alentejano, assim como sobre a agricultura intensiva na região. Sendo natural da freguesia de São Teotónio, a situação foi-me muito próxima, e fez-me sentido trabalhar sobre o tema proposto.

Uma vez que iremos olhar para estes dados de uma forma mais detalhada nos próximos capítulos, seguimos agora para a revisão de literatura, onde serão discutidos os conceitos teóricos que enquadram a dissertação.

# CAPÍTULO 1

## Enquadramento Teórico

### 1.1- Antropoceno

Se a história da Terra se divide em períodos e em épocas geológicas, a questão que se coloca é: em que época vivemos? Até há pouco tempo, o pensamento unânime era que viveríamos no Holoceno, que começou há cerca de 11,65 mil anos, depois do último período glacial (Walker et. al. 2009) - também conhecido como Idade do Gelo. O passar de uma época geológica para outra é marcado por grandes mudanças na Terra: alterações nos ecossistemas, mudanças paleomagnéticas e/ou mudanças climáticas. Por isso é que, no ano 2000, os cientistas Crutzen e Stoermer propuseram, na revista “Global Change Newsletter”, que já não estamos a viver no Holoceno, mas sim no Antropoceno, “a época do Humano”, uma vez que as ações do ser humano estão a afetar significativamente a vida na Terra. Como exemplo, os autores argumentam que a libertação de dióxido de enxofre para a atmosfera, a transformação de 30% a 50% dos solos da Terra, ou a aceleração da extinção de espécies, entre outros, são resultado da expansão da ação humana, e que estes são aspetos suficientes para assumir que vivemos numa nova época geológica. Os autores admitem que é difícil declarar quando o Antropoceno começou, mas propõem que tenha sido em finais do século XVIII, depois da revolução industrial, quando os efeitos globais da ação humana se tornaram mais visíveis.

A proposta dos dois autores ganhou destaque, e rapidamente o antropoceno se tornou centro de debate por parte de cientistas de várias áreas. Em 2009, foi criado um grupo multidisciplinar de investigação, chamado Anthropocene Working Group, dedicado ao estudo do antropoceno como época geológica. O grupo tem o objetivo de encontrar evidências científicas suficientes para que o Antropoceno seja oficialmente reconhecido pela International Union of Geological Sciences (IUGS).

Embora Crutzen e Stoermer (2000) proponham a data de início do Antropoceno em finais do século XVIII, esta data não é consensual e é um dos principais pontos de debate em torno do Antropoceno. Em 2016, a maioria dos investigadores do Anthropocene Working Group propuseram que a data de início desta época geológica fosse em meados do século XX (Zalasiewicz et. al. 2017), quando:

“[...] A rapidly rising human population accelerated the pace of industrial production, the use of agricultural chemicals and other human activities. At the same time, the first atomic-bomb blasts littered the globe with radioactive debris that became embedded in sediments and glacial ice, becoming part of the geologic record.” (Subramanian 2019)

No entanto, há propostas que vão desde o início da atividade agrícola, há cerca de oito mil anos (Ruddiman 2003); à colonização europeia das Américas, mais especificamente a partir de 1610, quando aconteceu a “Orbis Spike” - uma queda acentuada dos níveis de dióxido de carbono na atmosfera, associada à chegada dos Europeus à América. Enquanto a primeira proposta tem sido bastante refutada, a ideia do Antropoceno começar em 1610 é aceite por uma grande comunidade de académicos. Lewis & Maslin (2015) explicam-nos que, para definir a o início de uma época geológica, é preciso definir

“the location of a global marker of an event in stratigraphic material, such as rock, sediment, or glacier ice, known as a Global Stratotype Section and Point (GSSP)”, e que apenas duas das datas sugeridas obedecem a este princípio: 1610, pela Orbis Spike; e meados do século XX, especificamente em 1964, quando foi registado um pico nos níveis de radiocarbono na Atmosfera e na Biosfera, resultado dos testes e dos ataques com bombas nucleares nas duas décadas anteriores.

Enquanto toda a informação e critérios para o início de uma nova época geológica pode parecer desinteressante para as ciências sociais e humanas, deixa de o ser quando é o seu objeto de estudo - o humano - que provoca as alterações na Natureza. Se pensarmos que uma nova época geológica começa no século XVII, pelos efeitos da colonização europeia das Américas, ou em meados do século XX, pelos impactos das bombas nucleares na atmosfera, percebemos que estudar a relação entre humanos, e entre humanos e a Natureza, se torna importante para as ciências geológicas. Especialmente, quando as alterações climáticas provocadas por esta nova era podem levar a grandes desastres - e, eventualmente, à extinção da espécie humana. Como escreve Moore (2015):

“How we conceptualize the origins of a crisis has everything to do with how we choose to respond to that crisis. The question of how and when to draw lines around historical eras is therefore no small matter. Ask any historian and she will tell you: how one periodizes history fundamentally shapes the interpretation of events, and one’s choice of significant relations.” (Moore 2015:176)

Por este e outros motivos é que o autor rejeita o termo Antropoceno. Afinal, a data de início desta época geológica não é o único aspeto controverso na sua proposta: a ideia do *antropo* como a causa do fim do Holoceno tem sido criticada por vários cientistas - em especial, da área das ciências sociais. Moore (2016) defende que, apesar da importância da proposta de Crutzen e Stoermer (2000) para discutir a causa das alterações climáticas, o Antropoceno tem vários problemas. Para começar, o Antropoceno coloca o problema na história - mas não questiona as relações que criaram essa história. Por outras palavras, se Crutzen e Stoermer propõem o início do Antropoceno na revolução industrial, não questionam as relações sociais que deram origem à revolução industrial - de acordo com Moore, relações de capitalismo, poder, e classe, associadas ao colonialismo europeu do século XVII (como veremos mais adiante), e que devem ser trazidas a debate para a origem desta nova época geológica.

Por outro lado, o termo Antropoceno parece generalizar a Humanidade num todo, ignorando as especificidades históricas e culturais das sociedades, como se toda a Humanidade fosse igualmente culpada pelas alterações climáticas na Terra. Como refere Haraway numa discussão com outros antropólogos (Haraway et. al. 2016), o antropoceno faz parecer que a entrada numa nova época geológica seria causada pela espécie humana, pelo *Homo Sapiens*. No entanto, o que vemos hoje não é resultado da ação do *Homo Sapiens*, mas de “a situated highly complex systematicity of situated peoples and their apparatuses, including their agricultural critters and other critters. It is not just a human species act.” (idem: 539). Ainda que alguns defensores do Antropoceno rejeitem esta crítica, argumentando que reconhecem a diferença entre populações no impacto que têm sob a Natureza, e afirmando que “industrial capitalists of the wealthy countries, not ‘mankind as a whole,’ are largely responsible for the

Anthropocene.” (Zalasiewicz et. al. 2019:258), os críticos em relação ao Antropoceno continuam a não aceitar esta nomenclatura.

Crist (2016) acrescenta também que o discurso do Antropoceno é um discurso antropocêntrico e egoísta, que não coloca o ser humano numa situação de fragilidade, mas sim de superioridade em relação à Natureza. Da mesma forma, o discurso sobre o antropoceno encontra a solução para uma possível catástrofe na evolução tecnológica, em vez de pensar ou repensar nas ações humanas que nos trouxeram até aqui. Na perspectiva da autora, é necessário pensar em limites, e não em formas de controlar - ainda mais - a Natureza.

Por estes e outros motivos, propuseram-se outros conceitos para pensar o Antropoceno: Plantationocene (Haraway et. al. 2015); Polemocene (Antonacci 2021); Manthropocene (Di Chiro 2017); e, com mais destaque: Capitalocene (Moore 2015) e Chthulucene (Haraway 2016).

## **1.2- Capitaloceno**

O termo mais aceite em oposição ao antropoceno é, provavelmente, o capitaloceno: *the age of capital*. Conceptualizado inicialmente por Ruccio (2011) no seu blogue, e utilizado pela primeira vez por Haraway nas suas palestras a partir de 2012 (Haraway 2015), tem sido no entanto Moore (2015, 2016, 2017, 2018) o seu principal defensor.

Sob a premissa que o antropoceno não é suficiente para explicar as alterações climáticas, Jason Moore propõe o *capitaloceno* como alternativa. De acordo com o autor, não é o *antropo* - a espécie humana - a culpada pelas mudanças geológicas, é sim o sistema capitalista e o princípio da acumulação infinita de capital (Moore 2017). Como acumulação de capital, entendemos acumulação de dinheiro ou comodidades, entendidos como *capital constante* na teoria de Marx, e que servem para investir e gerar mais riqueza de diferentes formas (Marx 1887).

O capitalismo significa a separação entre a Humanidade e a Natureza; e vive através de quatro forças de produção: natureza barata (“cheap nature”); trabalho barato (“cheap labour”); comida barata (“cheap food”) e energia barata (“cheap energy”). A “nova era de relações humanas” (Moore 2017) começou entre 1450 e 1750 com o colonialismo europeu nas Américas, e expandiu-se para diferentes regiões do Mundo: do Báltico ao Brasil, da Escandinávia ao Sudeste Asiático.

Em relação à natureza barata, Moore refere-se à apropriação e privatização da Natureza por parte do Humano - não de forma gratuita, mas realmente barata, uma vez que o objetivo é atribuir um valor à produção e troca de comodidades. A entrada no sistema capitalista, no século XVII, não marca apenas a redução do valor do capital, mas também o valor das comodidades (idem:18). Por isso, o Capitaloceno marca uma separação binária entre Humanidade e Natureza, estabelecendo uma relação de exploração da primeira face à segunda.

A mesma relação de exploração encontra-se no cheap labour: para um valor baixo de comodidades, é necessário atribuir um valor de trabalho, também este barato, associado ao custo final da produção. E,

com as sucessivas revoluções agrícolas, passou a ser menos necessária a mão-de-obra agrícola, obrigando à competitividade dos trabalhadores. Ainda assim, esta mão-de-obra é necessária e um elemento essencial para o desenvolvimento do capitalismo. A utilização de trabalhadores ao menor custo possível é exigido para manter a produção barata e competitiva. Esta situação é muito visível em Odemira, como veremos na análise de dados, que nos fala da população imigrante como o motor da agricultura no Alentejo.

A necessidade de mão-de-obra e natureza barata exigiram também “comida barata” e “energia barata”:

“Cheap thermal energy to smelt the metals, process the sugarcane and make glass, beer, bricks and everything else demanded by the world market. Cheap food to keep the price of labor-power from rising, or at least from rising too fast. And Cheap raw materials [...] to maintain a virtuous circle of expanding commodity production. In sum, the whole of nature had to be put to work – in a radically alienating and dynamic way – for capitalism to survive.” (idem: 20)

Assim, entrámos numa espiral que levou à exigência de uma produção e troca cada vez mais baratas. O sistema concentrou-se na acumulação de capital, e as relações inter-humanas e Humanidade-Natureza moldaram-se em torno do valor económico.

As críticas em torno do *capitaloceno* focam-se no facto do capitalismo ser uma ideia demasiado recente, demasiado abstracta (Haraway et. al 2016), e demasiado política. Ainda assim, no nosso ponto de vista, os argumentos fazem sentido: a ação humana que marca a separação entre a Humanidade e a Natureza e uma mudança nas relações sociais é uma ação do sistema económico capitalista. E que, parece-nos, se inicia com a colonização europeia das Américas, como Moore (2017) justifica.

Ainda que os estudos em torno do *antropoceno* e do *capitaloceno* possam ser multidisciplinares, poderá ser complicado para académicos das ciências exactas aceitarem o *capitaloceno*, tal como tem sido difícil aceitar o *antropoceno*. Afinal, os critérios, normas metodológicas, e paradigmas não são os mesmos para a estratigrafia, a antropologia ou a química, assim como não são para outras áreas das ciências humanas ou naturais. Podemos continuar a discutir, eternamente, qual será o conceito ideal para definir uma nova época geológica - ou se começou, sequer, uma nova época geológica -, ou podemos compreender que será difícil a comunidade científica chegar a acordo num conceito. Tsing (Haraway et. al. 2016), que concorda com as críticas levantadas contra o antropoceno, e que critica o sistema capitalista na sua obra *The Mushroom At The End of The World* (Tsing 2015), defende ainda assim que o *antropoceno* não tem que significar “a Humanidade”. Pelo contrário, a autora afirma que este é um termo múltiplo, e que pode ser pluralizado como “a particular kind of being invented by Enlightenment thought and brought into operation by modernization and state regulation and other related things” (Haraway et. al. 2015:541). Ainda que o argumento de Tsing nos faça sentido, continuamos a crer que as críticas feitas à nomenclatura do termo antropoceno, que generaliza o *Antropo* num só, não tendo em conta as especificidades locais e históricas do ser humano, fazem sentido. E, sendo este um estudo das ciências sociais, focado em relações humanas, faz-nos sentido que estejamos a observar um estudo de caso do *capitaloceno*, *the age of capital*. Até porque, como veremos na análise

de dados, os discursos dos entrevistados prendem-se a uma separação da esfera social e esfera económica da vida em São Teotónio, em que as condições sociais moldam-se pelas necessidades económicas. Aceitando o argumento de Tsing, mantemos ainda assim o foco desta dissertação no *capitaloceno*, e nos seus pilares descritos por Moore, em particular na *cheap nature* e no *cheap labour*. No nosso entender, para compreender a situação atual em São Teotónio, é necessário compreender as decisões que foram tomadas no passado: decisões relacionadas com o capital.

Ainda que Moore seja o principal autor e defensor do *capitaloceno*, este conceito tem vindo a ser objeto de estudo de outros cientistas sociais. Por exemplo, Eichen (2020), que enquadra, num estudo histórico, as plantações de cana-de-açúcar do século XVII no Brasil no estudo do *capitaloceno*; ou Arons (2020), que reúne algumas peças que poderiam ser chamadas de ‘tragédias do capitaloceno’, por abordarem relações humanas que se inserem nesse conceito. Ainda assim, são poucos os estudos que se focam no capitaloceno - muito menos do que no antropoceno - e são, todos eles, bastante recentes. Por isso mesmo, continua a fazer-nos sentido enquadrar São Teotónio como um estudo de caso para o capitaloceno.

### **1.3- Agricultura Mediterrânica e Migrações**

Como referido no subcapítulo anterior, a produção de *cheap food* (Moore 2017) tornou-se essencial para manter uma mão-de-obra barata e o sistema capitalista em funcionamento. O crescimento da população mundial levou à necessidade de uma produção agrícola cada vez maior, com técnicas de produção mais intensivas, e que dêem uma resposta mais rápida e barata às necessidades de consumo. Odemira e a produção intensiva de frutos vermelhos não é um caso único na Europa: em vários países, em especial na região mediterrânica, têm sido realizados estudos que dão conta das alterações sociais e ambientais em regiões rurais, causadas por grandes investimentos agrícolas. É o caso de estudos, por exemplo, realizados em Espanha (Hogart & Mendonza 1999; Morén-Alegret & Solana 2004; Reigada 2014; Gadea et. al. 2016, entre outros); em Itália (Cole 2007; Perrotta 2015; Kilkey & Urzei 2016; Howard & Forin 2019; Melossi 2021; entre outros); e na Grécia (Kasimis & Papadopoulos 2005; Papadopoulos & Fratsea 2016). O comum a todos estes trabalhos é o foco na imigração como um fator importante para a agricultura, tal como em Odemira: a necessidade de uma mão-de-obra barata leva à contratação de trabalhadores imigrantes, mantendo um baixo custo de produção. Ou seja, o trabalho agrícola é suportado pela população imigrante, ainda que esta tenha origens, características sócio-demográficas e motivações diferentes dependendo do caso em estudo.

A Europa Mediterrânica e os três países citados são o foco da maioria dos estudos sobre agricultura e imigração: por um lado, pelo clima apropriado para a produção agrícola nesta região; por outro, por ser um local de chegada para imigrantes e refugiados provenientes de África e Ásia - e ser, historicamente, uma região propícia à imigração e emigração (Nori & Farinella 2020). Corrado et. al. (2016) referem a necessidade de mão-de-obra imigrante para o trabalho agrícola na Europa Mediterrânica como um

resultado do *cheap labour* e da *cheap food*, já que o trabalho imigrante mantém o custo de produção barato, necessário para manter a competitividade no mercado e o custo de consumo igualmente baixo.

No entanto, este não é um fenómeno único na Europa Mediterrânica. Pelo contrário, tem sido documentado também noutras regiões, tanto na Europa - por exemplo, na Polónia (Górny & Kaczmarczyk 2018) ou na Suécia (Mesic & Wikstrom 2021; Hedberg 2021) -, como nos Estados Unidos da América (Martin 2002; Zahniser et. al. 2018); Canadá (Basok et. al. 2014); ou até em Marrocos (Medland 2021).

Em Portugal, os principais estudos feitos sobre a imigração para o Mundo Rural referem-se sobretudo ao Alentejo, nomeadamente os trabalhos de Fonseca (2008) e Fonseca et. al. (2021), Morén-Alégret et. al. (2018), ou de Pereira et. al. (2021). Apesar de sabermos que a imigração para trabalho agrícola acontece também noutras regiões do país, tais como o Algarve; Beja; Setúbal ou a Costa Oeste; as particularidades destas regiões não estão ainda documentadas.

De acordo com os autores que têm vindo a analisar comparativamente os estudos de caso da imigração para regiões rurais, há algumas características que são evidentes sobre a população imigrante que trabalha no sector agrícola: nomeadamente, que esta é mais vulnerável do que aquela que vive nos meios urbanos, pela falta de instituições públicas que possam ajudar ao seu acolhimento e pelo isolamento das zonas rurais (Kalantaryan et. al. 2021), assim como pelo seu trabalho ser, muitas vezes, sazonal e precário (McCollum & Findlay 2018). Rye & Scott (2018) identificam que são frequentes no trabalho agrícola: situações de irregularidade dos trabalhadores; dependência dos mesmos para com as empresas intermediárias de recrutamento; e condições de trabalho degradantes. Ainda que a imigração para as regiões rurais possa ajudar a evitar o êxodo rural e o envelhecimento da população (Kalantaryan et. al. 2021), a falta de condições sociais e económicas para um bom acolhimento da população imigrante leva a que, na maioria das vezes, não haja o desejo de permanecer nessas regiões (Nori & Farinella 2021).

Assim, ainda que Odemira possa parecer um caso único nos meios de comunicação social, o fenómeno pode ser comparado com o de muitas outras regiões. As condições impostas pelo capitalismo e pelo capitaloceno - *cheap nature*, *cheap labour*, *cheap food* e *cheap energy* - não são exclusivas a Portugal e, por isso, situações semelhantes - ainda que com características distintas - podem ser encontradas pela Europa Mediterrânica e outras regiões do Mundo.

## CAPÍTULO 2

### Metodologia

Para compreender as principais alterações sociais, culturais e económicas na freguesia de São Teotónio nos últimos anos, e enquadrá-las nos conceitos teóricos propostos, recorri ao principal método de investigação da Antropologia, área em que me licenciiei: o método etnográfico. Assentes neste método, dediquei-me a três técnicas de investigação: a análise documental; a observação e observação-participante; e a realização de entrevistas semiestruturadas.

Pensando, em primeiro lugar, na análise documental, esta serviu sobretudo para sustentar o capítulo dedicado à história da freguesia de São Teotónio, desde o final do século XVI, quando foi fundada a freguesia, e até aos dias de hoje, com dados estatísticos sobre os efeitos da agricultura intensiva e migrações em São Teotónio. Foram analisadas todas as obras publicadas sobre a história da freguesia, sobretudo os trabalhos mais detalhados, nomeadamente o de Quaresma (2006) e Soares Fernandes (s.d.), e selecionada a informação importante para compreender o que aconteceu até ao presente. Foram igualmente lidas e analisadas notícias e reportagens dos meios de comunicação social sobre São Teotónio e Odemira, antes e durante a pandemia por covid-19. Ao longo do trabalho, serão referenciadas algumas destas notícias, bem como citações de entidades entrevistadas por estes meios sobre a situação no Sudoeste Alentejano. Não tendo capacidade para realizar mais entrevistas para esta dissertação de mestrado, uma vez que o tempo de recolha foi limitado pela pandemia por covid-19, a análise documental serviu como uma importante fonte de recolha de dados para chegar às conclusões finais.

Em relação à observação e observação-participante, que são a principal técnica de recolha do método etnográfico, e foram também a principal fonte de informação para esta dissertação, há algumas reflexões a fazer: em primeiro lugar, sobre a sua execução; e, em segundo lugar, sobre questões éticas associadas.

A Antropologia Social aponta Malinowski como o fundador do método etnográfico, especificamente da observação participante, depois da publicação do seu livro “Argonautas do Pacífico Ocidental”, em 1922. Neste livro, Malinowski relata o seu trabalho de campo entre 1914 e 1918 nas Ilhas Trobriand, um arquipélago no Pacífico, onde viveu com a população que se propôs a estudar. A observação-participante parte desse mesmo princípio: que o antropólogo viverá com a comunidade que vai estudar, conhecendo os seus hábitos e normas culturais, aprendendo a sua língua, e recolhendo informação a partir desta vivência conjunta. É claro, durante décadas, o objeto de estudo dos antropólogos seriam populações distantes, vistas então como exóticas, e que viviam separadas da sociedade do antropólogo. Com o mundo globalizado, esta distinção deixou, em muitos casos, de fazer sentido: e as populações estudadas pela Antropologia passaram a incluir também famílias, bairros, “subgrupos”, populações imigrantes, entre outras comunidades, que não exigem uma enorme distância física e cultural entre o antropólogo e o seu objeto de estudo. Pode parecer estranho, ainda assim, pensar

em fazer o trabalho de campo no próprio local de origem, algo sobre o qual vamos refletir daqui alguns parágrafos. Seguindo o método etnográfico para o qual a minha licenciatura me preparou, decidi fazer observação-participante na freguesia de São Teotónio, residindo na vila-capital da freguesia. Podemos pensar que a recolha de dados para a dissertação teve a duração de cerca de três meses: desde meados de junho, até meados de setembro de 2021 - época alta tanto para a apanha da fruta, como para o turismo, na região. No entanto, pensando que eu própria cresci em São Teotónio, tendo saído de lá apenas aos dezoito anos, mas mantendo o contacto com a vila e com os seus habitantes, os dados recolhidos para o estudo não estão circunscritos aos três meses de verão: estão nos cerca de vinte anos de vida que tenho nesta freguesia.

Em relação a fazer parte da própria comunidade a que me proponho a estudar, há duas questões para discutir: por um lado, a possibilidade ou não de fazer trabalho de campo num lugar que não me é estranho<sup>2</sup>, de acordo com as normas da etnografia; por outro lado, a falta de distanciamento entre mim e o meu objeto de estudo, e a minha posição para com o mesmo. Sobre a primeira questão, ainda que pudesse fazer sentido, no passado, questionarmos se o antropólogo pode estudar a comunidade a qual pertence, esta questão não parece fazer sentido nos dias de hoje. De facto, historicamente, o antropólogo iria para uma comunidade com normas culturais, em regra, muito diferentes - com objetivos e paradigmas de estudo também eles diferentes, ligados ao evolucionismo ou ao funcionalismo (ou, colocando noutros termos, ligados ao colonialismo). São exemplos disso, por exemplo, Malinowski (1977); Radcliffe-Brown (1922); Evans-Pritchard (1940), entre outros. Se os paradigmas não são os mesmos, e a proposta não é estudar apenas grupos que sejam totalmente diferentes, deixa de fazer sentido manter a convenção que aponta que a Antropologia só deverá estudar lugares e comunidades distantes. Afinal, como referem os próprios antropólogos, é sobre “transformar o estranho em familiar, e o familiar em estranho” (Vale de Almeida 2016). É esse “olhar distanciado” (Lévi-Strauss 1983), essa estranheza, que são necessários para conseguirmos olhar para as nossas comunidades e vê-las como um objeto de estudo, e não apenas como o nosso lugar de origem. Narayan (1993) argumenta, no seu artigo, que a distinção entre “nativos” e “não-nativos” para estudar a relação entre o antropólogo e a comunidade que estuda já não faz sentido. Por um lado, porque os fluxos migratórios e a mistura entre populações dificultam a categorização e identificação de indivíduos por grupos populacionais; por outro, porque o nativo pode, igualmente, na sua recolha etnográfica, encontrar informação para trabalhar. A informação conseguida pelo antropólogo não depende apenas da sua relação prévia com a comunidade que estuda, mas sim de uma série de outros fatores, que incluem o seu género, cor de pele, línguas que fala, até da sua capacidade para se relacionar. Podemos pensar que, sendo “nativos” da comunidade que queremos estudar, não teremos acesso às mesmas informações que teríamos sendo “de

---

<sup>2</sup> São Teotónio não me é estranho nem geograficamente, nem socialmente, uma vez que conheço a comunidade portuguesa que reside na freguesia e as suas dinâmicas sociais e culturais internas. No entanto, a imigração criou novas dinâmicas e relações sociais que são recentes e, por isso, não eram tão próximas de mim até as estudar, no âmbito desta dissertação.

fora”. Ou então, podemos assumir que é possível que tenhamos acesso a essas e/ou a outras informações. Ser “nativo” - se é que existe tal coisa - não tem que ser um problema. Pelo contrário, sabendo utilizar essa relação, pode ser uma vantagem: chegado a informações e a relações que um antropólogo “estrangeiro” terá maiores dificuldades em aceder. No meu caso, foi isso que senti: tendo tido o meu tempo de recolha etnográfica limitado pela pandemia e pelo cordão sanitário imposto em São Teotónio, saltei facilmente o passo de ganhar confiança com a população autóctone, uma vez que já a conhecia, e pude começar rapidamente a recolher dados.

O argumento de que há muito mais fatores numa investigação, para além da relação prévia entre investigador e investigado, serve também para o posicionamento na recolha de dados. Sendo humanos, será natural assumirmos uma posição em relação a conflitos, independentemente da nossa proximidade prévia ao caso. É claro, a falta de distanciamento entre um cientista e o seu objeto de estudo pode afetar o resultado final de uma pesquisa científica. No entanto, nas ciências sociais, isto não faz assim tanto sentido: não seria honesto assumir que o investigador não tem posições políticas e sociais em relação ao Mundo e às comunidades que estuda. O que é importante é tomar conhecimento dessas posições, e distanciar-se o quanto possível delas, dentro do trabalho de campo. O objetivo do estudo não é comprovar quaisquer convicções políticas ou morais, é sim fazer um enquadramento teórico das relações em estudo. Como residente de São Teotónio, é claro que as dinâmicas sociais, económicas e culturais descritas nos próximos capítulos me afetam pessoalmente. No entanto, não vejo isso como um impedimento para realizar este trabalho - pelo contrário, tendo sido capaz de olhar para um panorama geral em São Teotónio, procurando que diferentes entidades pudessem falar e dar o seu contributo sobre esta temática, penso que a forma como vivi e vivo estas dinâmicas de maneira tão próxima trouxeram mais riqueza aos dados. Trouxeram também uma relação mais íntima com a população portuguesa, o que ajudou a falar de um tema que se tornou ainda mais sensível depois do cordão sanitário. Assim, por ter cumprido todos os princípios éticos para a realização deste trabalho, não considero que a minha relação prévia com o terreno tenha sido prejudicial para os resultados. Foram ouvidas várias perspetivas, e a posição em relação ao tema em questão foi distanciada tanto quanto possível durante o processo de elaboração desta dissertação.

Outra questão importante sobre a etnografia realizada em São Teotónio é que, no fundo, não senti que estava a realizar um único trabalho de campo. A separação entre a(s) comunidade(s) imigrante(s) - como veremos adiante - e a comunidade portuguesa, que não se relacionam entre si, fez com que a técnica de observação participante se dividisse, na verdade, em duas, uma vez que eu própria era uma *persona* diferente para cada comunidade. Como referem Martins & Mendes (2016:17), “o trabalho de campo antropológico obriga-nos a ser simultaneamente espectadores e atores da vida da qual fazemos parte, circunstancialmente selecionando partes para estudar mais detalhadamente”. Neste caso, senti que participava em duas peças de teatro diferentes, ainda que se ligassem nalguns pontos. Com a população portuguesa, que já conhecia, e com quem estava habituada a conviver, era muitas vezes difícil distinguir entre os momentos de sociabilidade e momentos de recolha de dados. Na verdade, os dois

misturavam-se, já que é o processo de socialização que permite a observação participante na vida em São Teotónio. Por outro lado, com a(s) comunidade(s) imigrante(s) - sobretudo, com a população nepalesa, com quem criei mais laços durante a pesquisa etnográfica -, o processo foi muito diferente. Neste caso, tive de criar novas relações, entrando mais lentamente no terreno, e não era a mesma *persona* por quem me conheciam dentro da comunidade portuguesa. Também foi muito clara a relação recíproca, ou de necessidade mútua (como refere Santinho 2016), que criámos - foi frequente receber pedidos de ajuda por parte da população imigrante, ao longo do trabalho. Os pedidos iam desde pequenas traduções de informação, a situações de apoio jurídico. Ainda que o processo de responder aos pedidos de ajuda fosse benéfico para a minha investigação, uma vez que, enquanto o fazia, compreendia as principais necessidades e dificuldades da população imigrante em São Teotónio, tornava-se por vezes frustrante. Surgiram, por exemplo, situações impossíveis de resolver, por se tratarem de questões legais e demoradas, que já não se prendiam com as decisões dos próprios imigrantes, mas sim com a resposta dos serviços institucionais. Neste caso, não conseguia dar resposta aos pedidos, e a relação de reciprocidade ficava quebrada.

Ainda que a realização de entrevistas semiestruturadas faça parte do trabalho de campo, uma vez foram feitas durante o período de recolha de dados, algumas das entrevistas não se realizaram com a população que conheci ou encontrei no terreno. Com o objetivo de chegar a outros grupos de população, cuja participação seria essencial para compreender a situação em São Teotónio sob diferentes perspetivas, contactei, através de meios de comunicação externos ao trabalho de campo (e-mail ou páginas nas redes sociais), empresas agrícolas e associações locais. Nestas entrevistas, a recolha de dados limitou-se ao período das mesmas, criando uma relação entre entrevistador e entrevistado diferente da relação que ocorria em entrevistas que decorreram no processo do trabalho de campo. Neste segundo caso, as entrevistas foram mais casuais e tiveram outros momentos de convívio, antes ou depois do momento da entrevista em si, trazendo outro tipo de informação que as entrevistas não integradas no trabalho de campo não trouxeram. Todas as entrevistas semiestruturadas podem ser consultadas no anexo 1 desta dissertação.

A ideia de aplicar entrevistas semiestruturadas veio da necessidade de compreender diferentes perspetivas em relação à agricultura intensiva e às migrações na região. Só assim poderia ter um panorama amplo da situação em São Teotónio. Por isso, foram escolhidos alguns sectores da população com relevância para o estudo: empresários agrícolas; decisores políticos; empresários turísticos; empresas de prestação de serviços; associações locais, e população migrante. Sendo assim, foram entrevistados: o Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio; dois representantes de empresas de prestação de serviços; um diretor de uma empresa agrícola produtora de frutos vermelhos; um gestor de uma empresa agrícola produtora de batata doce; um diretor de uma empresa agrícola de alta tecnologia; um representante da Autoridade para as Condições de Trabalho; um gestor de um turismo rural; uma gestora de um alojamento local; população migrante; e outros representantes da população portuguesa. Foram ainda contactados, sem ter obtido resposta: os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras;

três empresas produtoras de frutos vermelhos; uma empresa distribuidora de frutos vermelhos; duas associações de turismo sustentável em Odemira; e um turismo rural. Ainda que a falta de uma resposta ao meu convite para uma entrevista possa apenas refletir falta de disponibilidade para a mesma, pode também ser um silêncio que reflete o receio de prestar discursos sobre a situação em São Teotónio, que se tornou ainda mais sensível depois do surto de covid-19 e do cordão sanitário. Nalguns destes casos, entendo o silêncio como um dado informativo.

A amostra de entrevistas conseguiu chegar a várias categorias de decisores económicos na freguesia de São Teotónio, mas não chegou a outro lado importante da população: mulheres. No final do processo de recolha de dados, compreendi a falta de representatividade feminina na minha lista de entrevistas. Foi possível conversar com várias mulheres - portuguesas e imigrantes - durante o trabalho de campo, pelo que a sua posição não está totalmente oculta nos resultados desta dissertação. No entanto, passar para uma entrevista semiestruturada foi mais complicado. No caso das mulheres imigrantes, ou recusaram, ou foi-me explicado (por elas, ou por contatos próximos) que não falavam bem português ou inglês e, por isso, não estavam disponíveis. Isso poderá significar menores níveis de educação, ou diferenciação de género na posição das mulheres na sociedade de origem, que dificultou a sua aprendizagem de língua inglesa. Da mesma forma, significa a sua falta de disponibilidade, em comparação com os homens, para prestar discursos em relação aos tópicos propostos. As duas mulheres imigrantes entrevistadas foram duas mulheres que vieram às entrevistas com os seus maridos, e que falaram apenas depois do homem ter dado a sua opinião, não acrescentando muito ao seu discurso. Ambas estavam economicamente dependentes dos seus maridos. Durante o trabalho de campo, conheci mulheres imigrantes sozinhas em Portugal - no entanto, estas recusaram dar o seu testemunho numa entrevista semiestruturada. No caso das mulheres portuguesas, podemos pensar que a quase inexistência das mesmas, na amostra de entrevistas, se deve à posição dos grupos escolhidos para entrevistar. Nomeadamente, cargos que implicam gestão política ou empresarial. Em São Teotónio, tal como em Portugal e na União Europeia, como já evidenciado pelo próprio Instituto Europeu para a Igualdade de Género, a taxa de mulheres a ocupar cargos de decisão política ou gestão empresarial é muito inferior à dos homens (EIGE 2020). Pensamos, assim, que a falta de entrevistas a mulheres deve-se a estes dados, e que é por si uma informação, por evidenciar a falta de presença feminina em cargos de poder no Sudoeste Alentejano - quer entre a comunidade imigrante, quer na comunidade portuguesa. Haverá, certamente, mulheres que estariam disponíveis para conversar, em que não houve oportunidade durante o período de recolha de dados. No entanto, o número de entrevistas realizadas - ainda que muito masculinizadas -, para além do trabalho de campo (que incluiu, reitero, testemunhos e conversas com mulheres), trouxeram muitos dados para análise.

Os dados das entrevistas e do trabalho de campo foram analisados em conjunto, e os principais resultados e temas mencionados foram destacados para serem estudados nos próximos capítulos.

## CAPÍTULO 3

### Breve História de São Teotónio

#### 3.1- Das origens da freguesia até ao final do século XX

A freguesia de São Teotónio é uma das maiores freguesias em área do país, com 347,25 km<sup>2</sup>, e é a maior freguesia do concelho de Odemira - por sua vez, também o maior concelho em área de Portugal. De acordo com Quaresma (2006), o território de Odemira já vem dos povos proto-históricos, dos romanos, dos árabes, e que os Cristãos portugueses terão conservado depois da *reconquista* cristã, no século XIII. Segundo a divisão geográfica de Orlando Ribeiro (1991), Odemira divide-se em várias sub-regiões, organizadas com base na geologia, orografia e climatologia: Alentejo Litoral com Elevações, Serra Algarvia, Alentejo de Planície e Depressão do Sado. Talvez por estas divisões um dos slogans do Município seja, atualmente, “Todo o Alentejo num só Concelho”, dado que nele podemos encontrar as várias paisagens típicas do Alentejo. Na área da freguesia de São Teotónio, são duas destas paisagens que podemos encontrar: Alentejo Litoral com elevações, e Serra Algarvia. Caso queiramos uma divisão mais simples, podemos pensar no concelho de Odemira com duas áreas distintas (Quaresma 2006): por um lado, a *Serra*, uma área mais ou menos acidentada; e, por outro lado, a *Charneca*, o estreito planalto litoral, constituído por solos arenosos.

Até há pouco tempo, Odemira era um território escassamente povoado, com forte dispersão dos habitantes. A divisão deste concelho - primeiro em paróquias, e depois em freguesias - dá-se apenas nos finais do século XVI: primeiro, com Sabóia, em 1572, e depois com as restantes freguesias. São Teotónio surge quando o arcebispo D. Teotónio de Bragança, que se deslocava para (ou vinha de) Caldas de Monchique, fica a dormir no que seria o Monte da Gaga, e incentiva os seus moradores a erguerem uma paróquia, para evitarem a sua deslocação até Odemira para os serviços religiosos. Assim o fazem e, em homenagem ao Bispo, decidem que o nome da vila, assim como o seu padroeiro, seja São Teotónio. Depois de construída a paróquia, foram reservados terrenos e construídas moradias à sua volta, onde até hoje está implantada a zona mais antiga da povoação - ainda que tenha sido a mais afetada no Terramoto de 1755. Noutras freguesias de Odemira, sabe-se que a concentração populacional tardou a acontecer - mas São Teotónio foi a primeira freguesia a conseguir concentrar os seus moradores numa vila (*idem*).

São poucas as fontes de informação que temos sobre São Teotónio nesta altura. No entanto, graças às Memórias Paroquiais de 1758, sabemos aquilo que já se produzia, sendo que o fruto colhido em maior abundância era o trigo, e que viviam, nesse ano, cerca de 1130 pessoas na freguesia, sendo já a mais populosa do concelho.

A partir desta fonte, sabemos também que são poucos os lugares de interesse ou de longa memória em São Teotónio, à exceção da igreja matriz, reconstruída depois do Terramoto de 1755; da ermida rural de São João ou Santa Bárbara na herdade de São João das Ribeiras; da ermida de São Miguel; e

dos moinhos construídos em redor da Ribeira Grande, afluente da Ribeira de Odeceixe, que passava próximo da vila.

Talvez por não ter sido uma vila com grande relevância na história de Portugal, não há quaisquer referências de como seria a vida em São Teotónio no século XIX. Sabemos que seria, como ainda é hoje, a freguesia mais populosa do concelho, e que a população estaria quase toda concentrada na vila de São Teotónio, sendo que o litoral estava, por ser uma região propícia a assaltos piratas e com terras pouco férteis, praticamente abandonado. Sabemos também que a produção de cereais, tal como no resto do Alentejo, era a principal produção agrícola da região, ainda que nem a Charneca nem a Serra fossem propícias para o este cultivo (Quaresma 2009, Coelho 2013).

Por ser apenas a partir do início do século XX que surgem memórias e registos da vida cultural, social e económica na freguesia de São Teotónio, faz parecer que é aqui que começa a sua história. Soares Fernandes (s.d.) conta-nos, numa obra que é uma homenagem à sua vila natal, memórias que nos permitem conhecer como era a vida antigamente. Descreve-nos minuciosamente o que existia em cada uma das ruas de São Teotónio, das mais antigas às mais recentes, e quais são os seus lugares de encanto. Segundo o autor, a população de São Teotónio foi crescendo ao longo do século XIX e século XX com a chegada de vendedores de panos do Norte e de outros negociantes, que por cá ficaram; pegachos e corticeiros; conhecidas famílias de lavradores; e trabalhadores públicos como professores, guardas fiscais, guardas republicanos, e construtores da Estrada Nacional 120, em 1936. A chegada do médico Dr. Manuel Firmino da Costa a São Teotónio em 1902 trouxe também novos desenvolvimentos para a freguesia. A comissão municipal passa a ser em São Teotónio durante alguns anos, uma vez que o seu presidente aí reside, e é criada ou revitalizada a Comissão Paroquial Republicana de São Teotónio (Quaresma 2009). Em 1903, é fundada a Sociedade Recreativa São Teotoniense (Soares Fernandes 2010); e, com a Instauração da República em 1910, é fundada em 1911 a Caixa de Crédito Agrícola, que traz novos apoios à agricultura. Nesta altura, os sindicatos agrícolas dos finais da monarquia organizam-se e fundam o Sindicato Agrícola de São Teotónio, através do qual chega a 1ª Máquina Debulhadora de Cereais a vapor em 1912 (Soares Fernandes s.d.). O autor fala-nos ainda das indústrias e produções de outros tempos: das Olarias da Rua da Pouca Farinha; da Fábrica de Tijolo da Bemposta; das duas Fábricas de Cortiça da Rua da Ladeira; do fabrico de carvão a cepa e a lenha; e até das águas especiais da Herdade das Fontes, que foram exploradas com fins comerciais durante algum tempo nos anos trinta. Menciona também os grandes proprietários, donos de imensas herdades na Charneca e na Serra da freguesia; e os pequenos e médios agricultores, donos das Cercas e das Quintas. Cultivavam sobretudo trigo, centeio, aveia e cevada; também o milho, o linho, e o vinho; e tinham animais, que substituíam a falta de mecanização na agricultura. Consumia-se ainda a fruta, como a melancia e o melão durante o Verão, o pêro cigano, maçãs, ameixas, peras, laranjas e tangerinas, entre outras, que “estão hoje em vias de extinção ou já não existem” (Soares Fernandes s.d.:200).

No fundo, ainda que no litoral, São Teotónio não se distinguiu das restantes freguesias alentejanas, marcadas pelo sistema latifundiário e pelo cultivo de cereais. De acordo com Cutileiro (1977), o sistema

latifundiário prendia-se pela dicotomia entre dois grupos de população: por um lado, os *ricos*, donos das grandes propriedades, que não trabalhavam diretamente na terra, e que eram mais instruídos e tinham grandes posses económicas; e os *pobres*, os trabalhadores agrícolas, que trabalhavam nas terras dos latifundiários ou tinham pequenos terrenos agrícolas. Já Afonso de Barros (1986), que estudou a antiga freguesia de Albernoa durante os anos 70, chama a atenção para a pluriatividade (agrícola ou não agrícola), e que os trabalhadores agrícolas assalariados trabalhavam também por conta própria, nas suas terras ou noutros serviços (Carmo 2007). A literatura e as memórias existentes sobre o Alentejo do século XX - pelo menos, até às reformas agrárias - dizem-nos, então, que a riqueza estava concentrada num pequeno número de grandes proprietários, enquanto as classes mais baixas trabalhavam arduamente para sobreviver. A estas duas classes, acrescentaria ainda uma classe média, composta pelos pequenos proprietários em São Teotónio e Odemira: donos de cafés, pensões, lojas, e outros comércios.

O litoral da freguesia de São Teotónio apenas se começou a desenvolver no início do século XX. Até lá, os solos pouco férteis, e os ocasionais assaltos piratas às aldeias costeiras, levavam a que a população preferisse instalar-se no interior da freguesia, deixando a costa abandonada. De acordo com Soares Fernandes (s.d.), as duas primeiras casas a serem construídas em alvenaria e em taipa na Zambujeira do Mar datam de finais do século XIX, e pertenciam a dois grandes proprietários da região, que terão sido os primeiros a instalar-se naquele local. Havia também algumas barracas de pescadores, e pouco mais do que isso. Em 1911, quando o turismo balnear começa a ganhar alguma importância, já a população da Zambujeira do Mar é de 51 pessoas (Quaresma 2009), continuando a aumentar nas décadas seguintes. Nesta altura, os banhos no mar estavam ligados a fins terapêuticos, com o objetivo de curar males de saúde, de classes mais baixas e classes mais altas, ainda que as duas tivessem sociabilidades muito diferentes (idem). Uma vez que a época balnear só começava depois dos trabalhos agrícolas acabarem, a época alta passava-se durante o Outono, até finais de outubro, tal como no resto do país. A Zambujeira era o destino balnear da população do interior, principalmente de São Teotónio, Sabóia, Santa Clara, Ourique e Garvão. Ao longo da primeira metade do século XX, as famílias mais abastadas foram construindo ou comprando casas de férias, que fizeram crescer a aldeia e permitiram o aparecimento de comércio local. A partir dos anos vinte, o comércio que só subsistia no verão estende para o inverno, e as primeiras vendas permanentes surgem a partir da década de 1930 (Soares Fernandes s.d.). Até esta altura, o caminho que ligava São Teotónio até à Zambujeira do Mar era feito por “velhas estradas, carreiras cheias de buracos e areais” (idem:103), e só em 1938 foi construído o primeiro troço do Ramal da Zambujeira que, por várias razões, sobretudo económicas, apenas foi concluído depois dos anos 50.

A poucos quilómetros da Zambujeira do Mar fica a Calheta do Sardão, hoje conhecida como Entrada da Barca, onde habitam desde finais do século XIX alguns pescadores. É um dos mais importantes portos de pesca da freguesia de São Teotónio, e que hoje fornece em grande parte os restaurantes da Zambujeira do Mar. Para além deste porto piscatório, encontramos mais a sul a Azenha do Mar, bem conhecida pelos trabalhos de Paulo Mendes (1996; 2008; 2013). De acordo com Menezes e Mendes, “a

Azenha do Mar e a sua atividade piscatória devem ser vistas como uma fuga à crise nos campos” (1996:35), primeiro em migrações sazonais, em que as famílias viviam junto ao mar durante os três ou quatro meses de verão, pescando e apanhando algas; e só mais tarde de forma definitiva. As primeiras habitações em tijolo na Azenha do Mar surgem apenas nos anos sessenta e, nos anos setenta, a pequena aldeia ganha o seu nome oficial (idem).

Por fim, a aldeia do Cavaleiro, também na faixa litoral, ganhou alguma importância depois da inauguração do Farol do Cabo Sardão em 1915, onde antes viviam apenas alguns lavradores, trabalhadores do campo e pescadores. Ainda assim, o seu desenvolvimento deu-se mais tarde, depois da construção do Perímetro de Rega do Mira na segunda metade do século XX, e das transformações agrícolas consequentes, tendo hoje cerca de 400 habitantes (Soares Fernandes s.d.).

A generalização do turismo balnear permitiu o desenvolvimento do litoral da freguesia ao longo do século XX, sobretudo na sua segunda metade, sendo que a Zambujeira do Mar ganhou especial importância pelo seu acesso à praia. O turismo, ainda que sazonal, tornou-se uma das grandes fontes de rendimento da população. Escreve Quaresma (2006:478):

“Derramando-se pelos areais das praias de Milfontes, do Almogrove, da Zambujeira e de São Teotónio, o fluxo de turistas engrossou de ano para ano [...]. A antiga atividade agrícola, por exemplo, cedeu, nalguns casos de forma avassaladora, perante a nova apropriação do espaço ligada às atividades turísticas, particularmente à ocupação de carácter urbano.”

Negócios como a restauração, o comércio e o aluguer de habitações na Zambujeira do Mar e arredores multiplicaram-se, assim como o número de turistas. Depois da construção da Refinaria de Sines em 1969, o litoral do concelho de Odemira tornou-se uma alternativa para os turistas que vinham do interior do Alentejo, aumentando ainda mais a sua afluência. Nos últimos trinta anos, o turismo tornou-se uma das principais fontes de rendimento de São Teotónio. Os investimentos privados e públicos - muitos com apoios da União Europeia para o desenvolvimento rural, como o FEADER e o FEAGA - foram bastantes. Em 1997, a primeira edição do “Festival Sudoeste”, hoje conhecido como “MEO Sudoeste”, transformou a Zambujeira do Mar num destino famoso, trazendo anualmente dezenas de milhares de jovens para a Zambujeira nos primeiros dias de agosto. Por outro lado, aproveitando a beleza da costa mas valorizando também o interior da freguesia, muitos privados construíram turismos rurais, parques de campismo e hotéis. Entre 2009 e 2020, o Município de Odemira viu aumentar o número de alojamentos turísticos de 16 para 102, passando a ser o 6º concelho com mais alojamentos turísticos no país; e o número de camas de 733 em 2009 para 2560 em 2020 (PORDATA 2021). A Câmara Municipal de Odemira também investiu na promoção turística, através da participação em concurso nacionais (por exemplo: “7 Maravilhas Praias de Portugal”; “7 maravilhas de Portugal - Aldeias”, entre outros); da elaboração de vídeos promocionais e de uma App para uso no smartphone; e da construção de infraestruturas (por exemplo, infraestruturas de acesso às praias). Foram ainda criadas Associações com o objetivo de promover o turismo rural e sustentável da região, como a Associação das Casas Brancas (2002) e a Rota Vicentina (2012). A elevada afluência de turistas chegou a preocupar alguns locais,

com receio que um turismo descontrolado tornasse a Costa Alentejana uma nova Costa Algarvia, sendo esse receio um dos motivos apontados para a criação do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina em 1995:

“The common goal of this diverse and unlikely coalition between local politicians and environmentalists was to prevent the coastline from falling victim to an uncontrolled tourism industry, just like it happened in the Algarve and in Spain. The Southwest coast was still ‘virgin’, as a journalist put it, with tourism, eucalyptus and agricultural industry already waiting to take over.” (Krauss & Drackle 2012:7).

Não deixa de ser curioso, no entanto, que o turismo surja hoje como a principal alternativa economicamente sustentável à agricultura, que tem ganho novamente importância nos últimos anos, desde a construção do Perímetro de Rega do Mira, e sobretudo desde os investimentos de grandes multinacionais na produção de frutos vermelhos e plantas ornamentais na região.

### **3.2- O Perímetro de Rega do Mira e a Produção de Frutos Vermelhos**

Se, por um lado, o turismo foi uma das principais formas de desenvolvimento do litoral de São Teotónio ao longo da segunda metade do século XX, a construção do Perímetro de Rega do Mira em 1969 e as novas formas de agricultura também vieram alterar as dinâmicas da região.

Como já mencionado, a principal atividade económica de São Teotónio e de todo o concelho de Odemira foi, ao longo da história e à semelhança de outras vilas alentejanas, a agricultura: sobretudo, o cultivo de cereais. Apesar de nem a charneca nem a serra serem terrenos apropriados para a produção de trigo, as políticas cerealíferas do século XIX e do início do século XX, inclusive a Campanha do Trigo, investiram na produção de cereais na região, que não tiveram o sucesso esperado para os seus habitantes (Quaresma 2009; Coelho 2013). Neste contexto, surge o projeto para construção da Barragem de Santa Clara, com o objetivo de servir de regadio para todo o concelho de Odemira. No seguimento do Plano de Rega do Alentejo, lançado em 1957, iniciaram-se as primeiras obras para a barragem em 1962. A Barragem de Santa Clara foi oficialmente inaugurada em novembro de 1969, e a primeira campanha de rega aconteceu no ano seguinte. Apesar das primeiras campanhas de rega terem sido um fracasso, com uma lenta evolução da taxa de utilização do perímetro, o rumo mudou nos anos noventa: quer pela marca deixada pelos investimentos de Thierry Roussel, quer pela entrega da gestão do Perímetro de Rega à Associação de Beneficiários do Mira.

Antes de conhecermos a história dos investimentos de Thierry Roussel, será importante referirmos a Herdade Experimental da Fataca, onde investigadores têm pesquisado sobre potencialidades de solos e clima do perímetro de rega do Mira para alternativas culturais. A Herdade funcionou em duas fases, tendo a primeira ocorrido entre 1979 e 1992. Nesta fase, os investigadores focaram-se nas potencialidades das culturas hortícolas. A partir de 1992, o foco dos estudos têm sido os pequenos frutos como morangos, framboesas e amoras (Coelho 2013) - cujos resultados se sentem no aumento da produção destes frutos na região.

Dando início à história dos morangos do Sudoeste Alentejano, em 1998, o milionário francês Thierry Roussel, ex-marido de Christina Onassis, decide investir na “Odefruta, uma empresa agro-industrial com 500 hectares, propriedade do próprio Roussel [...]. O paraíso das estufas, com um sistema de irrigação moderníssimo, e tecnologia da melhor, para inundar a Europa de morangos perfeitos” (Barata-Feyo & Seixas 1996). Os 530 hectares, construídos numa herdade próxima do Brejão, chegaram a ser visitados pelo primeiro-ministro Cavaco Silva em 1991, com altas expectativas sobre a forma de produção destes morangos e sobre o impacto que teriam para a economia de Odemira. A Odefruta era subsidiada por fundos europeus e do governo português, tendo recorrido a empréstimos da Caixa Geral de Depósitos. Roussel declarou, nesta altura, que Portugal poderia vir a ser o líder no mercado europeu de horto-frutícolas fora de estação, graças ao seu clima, às características da sua mão-de-obra e a sua proximidade dos grandes mercados de consumo do Norte da Europa. Ora, caso isso acontecesse, não seria nas mãos de Roussel, uma vez que a empresa acabou por declarar falência poucos anos depois, em 1994. Roussel partiu e deixou para trás salários em atraso, desemprego, dívidas a fornecedores e à banca portuguesa, e ainda os plásticos e os efeitos dos agroquímicos nos hectares onde produzia. A Odefruta resultou num falhanço total, atribuído a uma má gestão financeira de Roussel - logo a seguir, outras empresas multinacionais surgiram para investir na produção de frutos vermelhos e plantas ornamentais.

Nos anos seguintes, compreendendo as potencialidades do clima e dos solos do sudoeste alentejano, dezenas de empresas ou produtoras agrícolas aí se instalaram, aumentaram as suas áreas de produção e transformaram a região. Para além de algumas empresas de produção de flores e plantas ornamentais, a grande produção tornou-se a de frutos vermelhos: morangos, framboesas, amoras, e mirtilos, tal como tinha previsto Thierry Roussel. Surgiram ainda outras empresas, com outros tipos de cultivo, como pimentos, tomates cherry, alface ou batata-doce. Alguns destes investimentos foram feitos com o apoio de fundos da União Europeia, e uma grande parte são de empresas ou empresários de nacionalidade alemã, holandesa, espanhola, norueguesa ou americana. Para além do número de empresas na freguesia ter aumentado substancialmente, outras que já existiam multiplicaram as suas áreas - por exemplo, em 2017, a MaravilhaFarms anunciou que iria investir 19 milhões de euros para duplicar a sua área de produção de morangos (Dinheiro Vivo 2017). É também importante distinguir as empresas produtoras das distribuidoras: a Driscoll's, por exemplo, uma das maiores multinacionais vendedoras de frutos de baga, não é produtora, mas compra aos produtores - como é o caso da Lusomorango, a maior organização de produtores de frutos vermelhos da região - e distribui a fruta, já embalada, para o seu mercado internacional. Assim, alguns pequenos agricultores também transformaram os seus terrenos em estufas, onde produzem e vendem para as distribuidoras, que lhes vendem as plantas e prestam apoio ao longo do processo. A agricultura cerealífera foi quase totalmente substituída por esta produção.

**Tabela 3.2 - Volume de negócios das empresas não financeiras no setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, em milhares de euros. Fonte: PORDATA/INE.**

Anos	2009	2019
<b>Portugal</b>	4 599 600	7 814 829
<b>Alentejo Litoral</b>	235 266	536 323
<b>Alcácer do Sal</b>	40 070	80 657
<b>Grândola</b>	16 050	24 995
<b>Odemira</b>	122 320	359 018
<b>Santiago do Cacém</b>	48 847	63 888
<b>Sines</b>	7 979	7 766

Entre 2009 e 2019, o volume de negócios das empresas não-financeiras no setor da agricultura em Odemira quase que triplicou, sendo o único concelho do Alentejo Litoral a atingir valores tão elevados. Na verdade, Odemira tornou-se o concelho do país com maior volume de negócios no setor da agricultura (PORDATA 2021). Grande parte da produção de frutos vermelhos - entre 90 e 95%, segundo referido em duas das minhas entrevistas - é para exportação, sobretudo para a Europa do Norte (por exemplo, para a Alemanha, Holanda ou Noruega). Isso também é visível nos dados sobre as exportações do Município de Odemira, que mais do que quadruplicaram apenas entre 2011 e 2019.

**Tabela 3.3 - Valor dos bens exportados pelas empresas, em Euros. Fonte: PORDATA/INE 2019.**

Anos	2001	2011	2019
<b>Alentejo Litoral</b>	266 566 442	858 460 312	1 210 799 610
<b>Alcácer do Sal</b>	10 354 781	34 416 666	28 010 233
<b>Grândola</b>	119 897	2 065 231	5 870 010
<b>Odemira</b>	20 307 728	48 644 325	206 802 028
<b>Santiago do Cacém</b>	50 666	10 318 177	15 114 425
<b>Sines</b>	235 727 859	763 015 913	955 002 914

O aumento da área dedicada à agricultura intensiva na região tem sido alvo de várias críticas, principalmente ambientalistas. Quer pela destruição de habitats; quer pelo uso excessivo de plásticos; pelo uso de agroquímicos; e pelo uso abusivo da água - que tem feito falta na falta de água da Barragem de Santa Clara (Casaca 2021). Sequeira (2013) alerta que a desertificação põe em risco a biodiversidade do concelho de Odemira e que:

“a agricultura intensiva terá que se adaptar optando por uma agricultura de precisão, racional e amiga do ambiente, de forma a aumentar a produtividade dos fatores, evitando o enorme risco de salinização e sodização, a degradação dos aquíferos e a perda de biodiversidade” (idem:400)

As empresas têm respondido que, pelo cultivo em hidroponia e pelo pouco uso de agroquímicos, a destruição dos solos e dos ecossistemas é praticamente nula. No entanto, faltam estudos de impacto ambiental para suportar estes argumentos. Referem também que é necessária a agricultura intensiva e as suas consequências ambientais, uma vez que é necessário alimentar a população. Disse-me José, gestor de uma empresa de produção de frutos vermelhos na freguesia de São Teotónio:

“Não sei o que é que não cria impacto, para alimentar as pessoas! O plástico é horrível, claro, mas andar de carro também polui, e as pessoas dizem ‘ah, mas eu tenho mesmo de ir ali’, e poluem, porque tem de ser. Aqui é a mesma coisa, temos que alimentar as pessoas...”

É ainda alvo de críticas o facto destes investimentos acontecerem em pleno Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, numa área protegida e com limitações à construção de habitações. O PNSACV tem um limite de área que pode ser ocupada por agricultura, e que permite a produção de frutos vermelhos em estufas e estufins, mas esse limite não é claro e tem sido alterado à medida que são eleitos novos governos. Segundo o Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, Dário Guerreiro, na nossa entrevista:

“Não há um limite de área para a agricultura, não há uma fiscalização séria. [...] Se soubéssemos o limite disto, mas não sabemos. É o medo do desconhecido. Nunca há um limite, cada governo diz uma coisa diferente...”

De acordo com os produtores agrícolas - numa das minhas entrevistas e na entrevista a Luís Mira, da Confederação dos Agricultores de Portugal, do Jornal I em maio de 2021<sup>3</sup> - o Perímetro de Rega foi construído antes do PNSACV, e não faz sentido ter sido definida uma área protegida por cima de um Perímetro de Rega, que faz com que a região seja propícia para a agricultura.

### **Imagem 3.1- Estufas sobre o PNSACV. Foto de Fernando Amaral, Antropólogo Visual.**

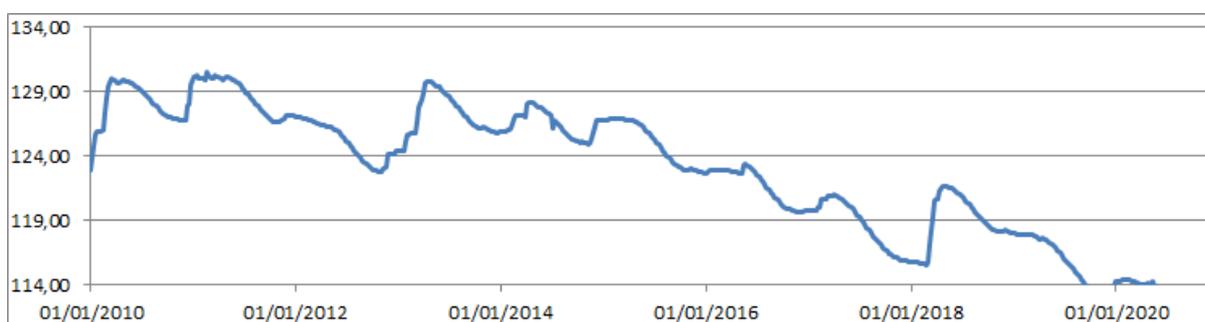
---

<sup>3</sup> Ver: Pinto, S. P. (2021), “Luís Mira. ‘Diabolizar a agricultura são discursos ideológicos dos partidos para ganharem votos’”, em Jornal i (online). Disponível em: <https://ionline.sapo.pt/artigo/736016/luis-mira-diabolizar-a-agricultura-sao-discursos-ideologicos-dos-partidos-para-ganharem-votos>



Em 1991, a gestão da Barragem de Santa Clara e do Perímetro de Rega do Mira passou para a Associação de Beneficiários do Mira, que tem sido acusada de má gestão da água. Alguns dos membros dos seus órgãos sociais são diretores de empresas agrícolas, o que ajuda a agravar as suspeitas dos interesses particulares da Associação. Teme-se que possa vir a faltar água na Barragem nos próximos anos e, devido à baixa percentagem do nível da água no Verão de 2021 (48% em julho de 2021), a ABM acabou por cortar a água aos pequenos agricultores que não eram sócios da Associação. Cortou também o caudal ecológico do Mira, e acabou por pedir 13,500 mil euros à Junta de Freguesia de Santa Clara para repor a água no caudal ecológico, de acordo com o tarifário em vigor (Rodrigues 2021). Em dez anos, o nível da água da Barragem desceu de 97% (em junho de 2010) para 49% (em junho de 2021).

**Gráfico 3.1- Registo do Nível da Água na Albufeira de Santa-Clara entre janeiro de 2010 e janeiro de 2020, em volume armazenado (hm<sup>3</sup>). Fonte: Boletim das Albufeiras do Ministério da Agricultura - Resumo de Situação, Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (consultado a 04/06/2021).**



### 3.3- A imigração para São Teotónio

O impacto ambiental da agricultura intensiva em São Teotónio e no concelho de Odemira não é a única crítica feita à produção agrícola na região. Para suportar este negócio, foi necessário recorrer a mão-de-obra, preferencialmente barata, que mantivesse os preços dos produtos competitivos no mercado. A imigração laboral para o concelho de Odemira veio por vagas: primeiro, chegaram cidadãos oriundos da Tailândia, da Europa de Leste e do Brasil. Depois, começaram a chegar cidadãos da Ásia do Sul, sobretudo da Índia e do Nepal. Segundo o Plano Municipal para a Integração de Migrantes do

Município de Odemira (2020), a nacionalidade mais expressiva no concelho de Odemira em 2014 era a búlgara, seguida pela tailandesa e pela alemã. A população búlgara nunca chegou a ser contada para os censos na Freguesia de São Teotónio, uma vez que a maioria chegou depois de 2011 e partiu ainda antes de 2021. No entanto, chegou a fazer-se notar em São Teotónio. Para além de uma minoria búlgara eslava, a maior parte desta população falava na verdade turco, e vinha do sul da Bulgária, da cidade de Stara Zagora. Alguns eram primos, familiares, e provavelmente tinham chegado em São Teotónio através da mesma rede de contactos. Eram chamados de “ciganos” pelos búlgaros eslavos, mas diziam não serem “ciganos”. Durante alguns anos, “ocuparam” São Teotónio: surgiram algumas lojas com produtos oriundos da Bulgária; começaram a ser implementados planos de integração ao imigrante; ouvia-se búlgaro e turco nas ruas de São Teotónio; e apareceram algumas montras de lojas com palavras escritas em cirílico. Três vezes por semana, partiam autocarros diretos de São Teotónio para Sófia, assim como chegavam outros três da Bulgária.

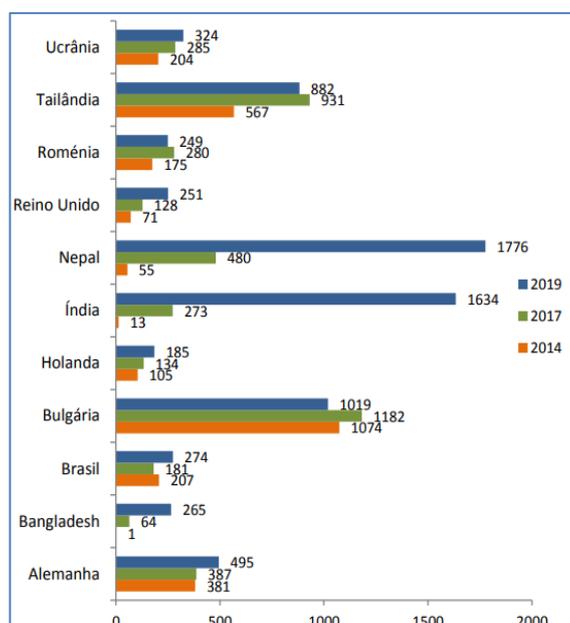
Nos anos seguintes, a situação mudou. Um dos motivos para essa mudança foi a implementação da Lei n.º23/2007, que facilitou o processo de imigração e de obtenção de residência em Portugal, bem como o processo de reagrupamento familiar. Uma vaga de cidadãos da Ásia do Sul - mais especificamente, do Punjabi, na Índia; do Nepal; do Bangladesh; e do Paquistão - chegou para trabalhar na agricultura. Alguns substituíram o trabalho dos búlgaros, que foram regressando para a Bulgária ou emigraram para outros países, como a Alemanha. O aumento da área dedicada à agricultura intensiva exigiu também mais mão de obra, e o número de migrantes multiplicou-se, nas palavras de alguns locais, “de forma descontrolada”. Alguns dos primeiros imigrantes nepaleses e indianos constituíram mais empresas agrícolas, desta vez de prestação de serviços, ou de trabalho temporário, através das quais contratam trabalhadores para as empresas produtoras agrícolas, que deixaram de ser responsáveis por uma contratação direta. As empresas de prestação de serviços e de trabalho temporário ficam responsáveis por encontrar trabalhadores para as empresas produtoras e, na maioria das vezes, encontrar-lhes também uma casa e transporte para o trabalho, abatendo um valor do seu salário. Esta dinâmica facilitou o trabalho das empresas produtoras, retirou-lhes a responsabilidade de assegurar certos direitos aos trabalhadores, e abriu as portas para esquemas de tráfico humano. No artigo de Pereira et. al. (2021), os autores identificam as motivações e as redes que os trabalhadores agrícolas nepaleses fizeram para chegar aos campos agrícolas no Alentejo, dando conta de que alguns pagaram até dez mil euros para facilitar o seu processo de legalização. Estas histórias contaram-me também no meu trabalho de campo - algumas mais bem-sucedidas do que outras, já que algumas empresas aproveitam a fragilidade dos trabalhadores para lhes pagar um salário baixo, não lhes pagar sequer, ou não assegurar os seus direitos laborais. Sendo necessário um contrato de trabalho para os trabalhadores conseguirem o cartão de residência em Portugal, estes ficam à mercê da empresa - que, nalguns casos, recebe dinheiro para “descomplicar” esse processo e os contratar, mesmo que não haja trabalho, para que consigam os documentos que procuram.

Com a chegada de cada vez mais migrantes para o trabalho agrícola, começaram a abrir outros negócios: minimercados; restaurantes; barbearias; entre outros. Muitos pertencem às mesmas empresas de prestação de serviços, e algumas também são formas de contratar migrantes para facilitar-lhes o pedido de cartão de residência. As “notícias correm rápido”, disseram-me alguns nepaleses com quem falei, quando lhes perguntei como souberam de ofertas de trabalho em São Teotónio. Mão-de-obra para a agricultura traz também reagrupamentos familiares, e faz circular a notícia que São Teotónio pode ser uma porta de entrada para a Europa, o que motiva mais população a vir para cá, mesmo sem promessas de trabalho na agricultura. Ainda que a maioria trabalhe na apanha da fruta, encontramos também trabalhadores migrantes - sobretudo nepaleses - noutros negócios, geridos por população portuguesa: supermercados, armazéns, na cozinha dos restaurantes, a fazer limpezas, entre outros.

A vida em São Teotónio mudou: ao mesmo tempo que os restaurantes e cafés locais começaram a fechar, ou por envelhecimento da população e falta de procura, ou por outros motivos, abriram novos cafés e restaurantes de origem indiana e nepalesa. Ao passearmos na Rua do Passal, por exemplo, passamos por alguns restaurantes que servem comida indiana e nepalesa; alguns minimercados com produtos asiáticos; e por um escritório de uma empresa de prestação de serviços. Na vila, há pelo menos mais dois restaurantes que servem kebabs, e pelo menos mais três minimercados indianos ou nepaleses. Ao passearmos na rua, ouvimos cada vez menos português - quer vindo das casas, quer das pessoas que por nós passam -, e já pouco ouvimos búlgaro ou turco: ouvimos hindi, punjabi, nepali e urdu. Os multibancos têm longas filas a certas horas e a certos dias, o trânsito nas estradas aumentou. À noite, em frente à escola, estacionam os autocarros e carrinhas que levam os trabalhadores para as estufas. Às janelas e às varandas das casas, estão pendurados cordões com roupas a secar. Se as janelas estiverem abertas, podemos olhar e ver quartos ocupados com beliches. Os supermercados encheram, e os cheiros mudaram. A partir das sete da tarde, sente-se em São Teotónio um cheiro a especiarias, um cheiro a caril. O Quintalão - a praça central da vila - enche-se de homens que falam ao telemóvel com as suas famílias. Em frente à escola, brincam famílias nepalesas com as suas crianças. A população portuguesa começa a recear ocupar os espaços públicos, e deixa de conhecer os seus vizinhos. A paisagem alterou, e cruzamo-nos com uma cultura que era para muitos desconhecida.

É difícil sabermos quantas pessoas chegaram e em quanto tempo isso aconteceu, apesar de sabermos já, graças aos Resultados Preliminares dos Censos 2021, que Odemira foi o concelho com maior aumento de população em Portugal. Sabemos também que, em 2020, pelo menos 39% da população em Odemira teria nacionalidade estrangeira (PORDATA 2020). No entanto, a oferta de habitação e de serviços não acompanhou este crescimento: em São Teotónio, a pressão da água é baixa para toda a população; os médicos de família não são suficientes; e os serviços como a segurança social, em Odemira, não chegam para todos. Com maior procura do que oferta na habitação, migrantes arrendam quartos e camas a preços elevados; portugueses têm dificuldade em encontrar casa para arrendar; e muitas casas encontram-se sobrelotadas, tendo sido esse um dos grandes fatores para a crise pandémica por covid-19 em São Teotónio, em abril e maio de 2021.

**Gráfico 3.2 - Número de imigrantes, segundo as principais nacionalidades representadas no concelho de Odemira, nos anos de 2014, 2017 e 2019. Fonte: Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Município de Odemira 2020-2022.**



### 3.4- Crise Pandémica por Covid-19

Os primeiros casos conhecidos de covid-19 no concelho de Odemira surgiram entre trabalhadores agrícolas, em março de 2020, durante o primeiro confinamento. Dezassete migrantes foram prontamente levados para o pavilhão da escola de São Teotónio durante dezasseis dias, para o seu isolamento profilático. A situação repetiu-se pelo menos duas vezes. Em 2021, as coisas pioraram: o número de casos por covid-19 aumentou exponencialmente ao longo do mês de março e abril, época de colheita de frutas, tendo chegado aos 940 casos por cem mil habitantes. Com casas sobrelotadas e falta de condições sanitárias, a taxa de incidência tornou-se muitíssimo elevada. Para piorar a situação, o cálculo para a incidência era feito através do número de população contabilizado nos censos de 2011, cerca de 24 mil habitantes no Município de Odemira, apesar dos trabalhadores agrícolas - a quem correspondiam a maioria dos casos de infeção - não estarem contabilizados nesses censos. No início do mês de abril, o Presidente da Câmara de Odemira admitiu a possibilidade de uma cerca sanitária no concelho, para impedir a entrada de novos infetados. No entanto, tal só aconteceu no final do mês, quando os casos já estavam a decrescer. No dia 29 de abril, o primeiro-ministro António Costa anunciou, para surpresa dos autarcas locais, um cordão sanitário para as freguesias de São Teotónio e Almogrove, referindo-se no seu discurso a uma “hiper sobrelotação das casas” e a uma “violação gritante dos direitos humanos”. A decisão foi caótica, e demonstrou falta de comunicação entre o governo central e o governo local, que referiu só ter sabido desta decisão no momento do discurso de António Costa. A população nunca chegou a ser informada do motivo que levou a apenas duas freguesias serem cercadas, apesar das escolas continuarem abertas, obrigando a que, diariamente, estudantes e professores se deslocassem das

freguesias em contingência para Odemira, onde está localizada uma das duas únicas escolas secundárias do concelho, e a mais próxima de São Teotónio.

O discurso de António Costa e o cordão sanitário em redor das freguesias de São Teotónio e Almogrove/Longueira chamaram a atenção dos canais de comunicação para o que se passava no concelho. Ao longo de uma semana, Odemira, São Teotónio e o Almogrove tornaram-se notícia de abertura em todos os telejornais. Primeiro, pela situação pandémica; depois, pelas condições de vida e trabalho da população migrante - em especial, pelas casas sobrelotadas -; e, finalmente, pelas questões ambientais associadas à agricultura intensiva. Odemira manteve restrições até ao início de junho, limitando o turismo e a economia local. A única economia que continuou a funcionar, mesmo durante o cordão sanitário - apesar de também ela ter tido prejuízos -, foi a agricultura. Alguns trabalhadores ficaram isolados, e os que viviam noutras freguesias de Odemira não puderam ir trabalhar. Alguns continuaram a trabalhar, mantendo a circulação do vírus ativa. Quando os telejornais se cansaram da situação em Odemira, e quando a economia abriu novamente, a situação foi esquecida. No entanto, Odemira continuou nas bocas de Portugal e do Mundo - como referência em artigos de opinião<sup>4</sup>, em acusações políticas<sup>5</sup>, ou mesmo em reportagens internacionais, como a reportagem do jornal alemão Der Spiegel em agosto de 2021<sup>6</sup>. Odemira já era notícia nacional<sup>7</sup> e internacional<sup>8</sup> antes do surto de covid-19, mas, depois de abril de 2021, o tema atingiu novas dimensões.

### 3.5- São Teotónio Hoje

Como já referido, São Teotónio foi uma das freguesias do país com maior variação de população entre 2011 e 2021. Será de esperar que a população registada possa ser, ainda assim, inferior àquela que realmente vive na freguesia, uma vez que há uma grande parte de trabalhadores sazonais que não vivem em São Teotónio durante todo o ano, e é difícil saber se todos os trabalhadores imigrantes se registaram no portal dos censos. Dentro desta população, é clara a masculinização da população, uma vez que se contam 5320 homens e apenas 3374 mulheres (INE 2021).

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo: Reis, B. (2021), “Que negócio há atrás das lojas de bugigangas para turistas?”, em Público (online). Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/05/15/local/opiniao/negocio-ha-atras-lojas-bugigangas-turistas-1962506>

<sup>5</sup> Ver, por exemplo: Carrapatoso, M. e Casanova, R. (2021), “Moedas acusa Medina de ‘esconder’ situação de imigrantes em Lisboa. ‘Odemira também é Lisboa’”, em Observador (online). Disponível em: <https://observador.pt/2021/06/07/moedas-acusa-medina-de-esconder-situacao-de-imigrantes-em-lisboa-odemira-tambem-e-lisboa/>

<sup>6</sup> Patter, J. (2021), “Das 247-Millionen-Euro-Geschäft mit Europass Frühstücksbereiten”, em Der Spiegel (online). Disponível em: <https://www.spiegel.de/ausland/portugal-warum-ernte-helfer-aus-nepals-heidelbeeren-und-himbeeren-ernten-und-ein-nationalpark-leidet-a-1983db24-c114-46c4-bd2d-0e391c8351a4>

<sup>7</sup> Ver, por exemplo: Maia, V. (2019), “Alentejo: Será que uma vila inteira cabe numa vila?”, em Visão (online). Disponível em: <https://visao.sapo.pt/atualidade/sociedade/2019-10-12-alentejo-viagem-a-uma-vila-onde-cabem-68-nacionalidades/>

<sup>8</sup> Ver, por exemplo, Naomi de Sousa, A. (2020), “In Portugal, Asian Workers pick fruit and live precariously”, em Aljazeera (online). Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2020/11/23/south-asian-workers-portugal>

Antes das grandes vagas de imigração, é importante compreendermos que a freguesia de São Teotónio enfrentava os mesmos problemas sócio-económicos que outras vilas no interior do Alentejo e de Portugal: envelhecimento da população e abandono da população mais jovem. Se Portugal continental é caracterizado por um interior rural e um litoral urbano, o Município de Odemira é um dos poucos municípios da faixa litoral portuguesa que se manteve com uma baixa densidade populacional (25 habitantes por km<sup>2</sup> para a freguesia de São Teotónio, e 17 habitantes por km<sup>2</sup> para o concelho de Odemira). O aumento da população nos últimos anos não se deveu a uma elevada taxa de natalidade, ainda que a taxa de natalidade bruta no concelho seja superior à média do país em 2020, com 9,8‰. (face a 8,2‰ em Portugal, de acordo com os dados do PORDATA<sup>9</sup>). Deve-se sim à imigração, que desenvolvemos no subcapítulo anterior. Além da população em envelhecimento, São Teotónio enfrentou, nas últimas décadas, um êxodo rural, que continua a acontecer entre as populações mais jovens.

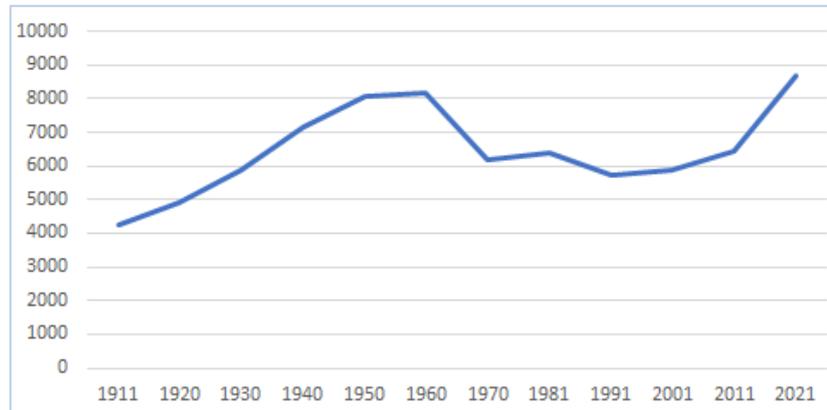
Devido a este envelhecimento da população, sentem-se ainda os baixos níveis de escolaridade de Odemira e São Teotónio, com taxas de analfabetismo mais elevadas do que a média do país e da região. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2011), a taxa de analfabetismo em São Teotónio em 2011 era ainda de 15,99%, contra uma média de 5,23% em Portugal.

Ainda que os dados sociodemográficos dos próximos anos possam mudar muito devido à chegada dos trabalhadores agrícolas, o êxodo rural entre os mais jovens parece continuar a sentir-se. Ainda assim, as empresas agrícolas trouxeram novas oportunidades de trabalho a quem queira ficar, como veremos mais adiante. Hoje, São Teotónio vive o contraste entre duas realidades: a de um Alentejo esquecido e envelhecido; e a de novos investimentos e chegada de novas culturas que, apesar de viverem nos mesmos espaços, estão separadas da comunidade portuguesa.

---

<sup>9</sup> Apesar da taxa bruta de natalidade no concelho de Odemira estar acima da média portuguesa, é preciso ter em conta que mais de metade destes nascimentos, de acordo com o PORDATA, são de mães de nacionalidade estrangeira. Uma vez que estes dados dão conta dos nascimentos em todo o concelho de Odemira, e não apenas na freguesia de São Teotónio, não podemos concluir que estas mães são mulheres imigrantes que vieram trabalhar na agricultura, já que a realidade de imigração é diferente noutras freguesias do concelho. No entanto, a imigração para o trabalho agrícola deverá contribuir para esta natalidade.

**Gráfico 3.3 - Evolução da População da Freguesia de São Teotónio, por décadas. Fonte: Instituto Nacional de Estatística.**



## CAPÍTULO 4

### Análise de Dados

#### 4.1 - *Capitaloceno* - A Produção de Frutos Vermelhos a Acumulação de Capital

Como referimos no capítulo 3, São Teotónio não é, historicamente, uma freguesia com grande circulação de capital. Para além da agricultura, o turismo - maioritariamente sazonal -, tem sido um dos principais setores económicos da região. No entanto, esta dinâmica tem vindo a mudar com os novos investimentos agrícolas - sobretudo, com a produção de frutos vermelhos -, de acordo com os empresários e decisores políticos que entrevistei.

Pelo seu clima ameno, o Sudoeste Alentejano é capaz de produzir frutos vermelhos durante todo o ano, ainda que haja picos de produção em certas épocas. Uma vez que a produção no inverno não é possível em qualquer parte do país ou da Europa, o valor da fruta para consumo torna-se mais caro, sendo muito lucrativo para quem queira investir nesta região. Como mencionámos no capítulo 3, estes investimentos começaram no início do século XXI, mas têm aumentado significativamente nos últimos anos. José, gestor de uma empresa produtora de frutos vermelhos, veio de perto de Lisboa para a freguesia de São Teotónio em 2016, porque o seu sócio tinha ouvido falar do “negócio dos frutos vermelhos”, desafiando-o a investirem em conjunto. De acordo com este gestor:

“Isto contribui muito para a balança do país. [...] Quando cheguei aqui, fiquei boquiaberto. Há ingleses que vêm e investem dez milhões de euros em cem hectares. Há quem diga que precisamos de uma segunda AutoEuropa, para exportarmos mais, mas isto pode ser uma AutoEuropa, isto pode exportar muito!”

José não foi o único a mencionar como Odemira pode vir a ser um dos maiores, ou o maior, exportador de frutos vermelhos para a Europa, seguindo as ideias de Thierry Roussel nos anos 90. A riqueza económica gerada por este sector é evidente, como já tínhamos constatado nas tabelas 3.2 e 3.3 da presente dissertação, que mostram o aumento do volume de exportações e de negócios ligados ao setor agrícola no concelho de Odemira. Além disso, os investimentos na produção agrícola no Sudoeste Alentejano não aumentaram apenas o volume de exportações: a imigração e os novos negócios agrícolas fomentaram outros setores económicos, como o mercado imobiliário e os supermercados, pelo aumento da população; os postos de combustível, pelo aumento da necessidade de transportes dos trabalhadores; os escritórios de contabilidade e de advocacia, que passaram a prestar serviços às empresas e à população imigrante; entre outros. Ou seja, a nível económico, podemos dizer que os investimentos agrícolas trouxeram benefícios para vários setores locais, para além do setor agrícola.

No entanto, o aumento das exportações e da circulação de capital na freguesia não são as únicas consequências que trazem estes investimentos. Os seus efeitos sociais e culturais - a curto e a longo prazo - são muitas vezes criticados pela população. O próprio Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio referiu, na nossa entrevista:

“Em termos económicos, isto tem sido benéfico. O dinheiro não vai só para os agricultores: também vai para as pessoas que trabalham na agricultura. E não só quem apanha fruta, outros trabalhadores também

recebem bons salários. [...] Mas estes benefícios não significam que a qualidade de vida tenha aumentado, porque a qualidade de vida não tem só a ver com dinheiro na carteira...” (Dário Guerreiro).

Em muitos discursos que ouvi nas entrevistas e trabalho de campo, há uma clara distinção entre a esfera económica e a esfera social, no que diz respeito aos resultados da produção de frutos vermelhos. Carlota, por exemplo, referia:

“É um mal necessário... É mau, mas a qualidade de vida tem de diminuir para a economia melhorar...”  
(Carlota, Gestora de um Alojamento Local)

Estes discursos partem, muitas vezes, da mesma premissa que coloca Carlota: que as consequências negativas dos investimentos agrícolas em São Teotónio - que serão desenvolvidas nos próximos subcapítulos - são justificadas pela necessidade de crescimento económico, um valor introduzido pelo *Capitaloceno*. Nesta realidade, enquanto houver consumo de frutos vermelhos numa época que não seria a sua estação ideal, é justificável a sua produção, a um preço baixo - para manter o valor da *cheap food* e para que o lucro de produção seja elevado -, uma vez que isso resulta na acumulação de capital. Estes discursos, que colocam a necessidade de acumulação de capital como prioritária na tomada de decisões em Odemira, levam-nos a crer que esta produção e os seus efeitos são um caso de estudo para o *Capitaloceno*.

#### **4.2 - *Capitaloceno*: Decisões de Vida suportadas pelo capital**

Moore (2017) refere que o *Capitaloceno* é uma forma de organização social, e que move as decisões individuais da população em torno do objetivo da acumulação de capital. No caso dos trabalhadores agrícolas em São Teotónio, é muito claro em quase todos os seus discursos que um dos seus principais objetivos é ascender economicamente. Mesmo que isso implique, certas vezes, aceitar um trabalho precário durante algum tempo, para mais tarde conseguir melhores oportunidades salariais, como veremos de seguida.

Em todas as minhas conversas com trabalhadores imigrantes em São Teotónio, compreendi facilmente que a escolha de Portugal como destino de emigração se deveu à procura de um passaporte europeu. Apesar de, acima dessa motivação, estar o desejo de conseguirem salários mais elevados e terem melhores oportunidades de trabalho do que nos países de origem, sabem que não é em Portugal que irão conseguir os salários que desejam, comparando com outros países europeus. Pelo menos, não no trabalho agrícola. No entanto, a passagem por Portugal facilita a legalização na Europa, uma vez que aqui será mais fácil e rápido obter o cartão de residência e, depois, o cartão de cidadão. A partir do momento em que tenham nacionalidade portuguesa, poderão circular e trabalhar livremente no Espaço Schengen. A obtenção destes documentos é o principal motivo por trás da chegada da população imigrante a São Teotónio. Alguns dos imigrantes entrevistados chegaram a viver noutros países, com salários mais elevados, mas trocaram-nos por Portugal por ouvirem falar que aqui seria fácil obter documentos. Lucky, por exemplo, conta-nos:

“Eu estive em Itália durante cinco anos, sem documentos. Tinha um bom trabalho, numa fábrica. Mas não tinha documentos. [...] Eu tinha um amigo lá, falei com ele que não tinha documentos, e ouvi dizer que Portugal estava a dar documentos.” (Lucky, trabalhador agrícola paquistanês)

Ainda que o trabalho agrícola seja difícil, reconhecem-no como um mal necessário e efémero, até conseguirem abrir o seu próprio negócio ou mudarem-se para outro país europeu, onde o salário seja mais elevado. Como referia Ankit, na nossa entrevista:

“O objetivo do imigrante é: primeiro, procurar o documento [cartão de residência]; depois, procurar dinheiro [trabalho]; e depois, procurar nacionalidade [cartão de cidadão]. São uns cinco anos, e depois de ter cartão de cidadão, querem sair, porque o rendimento aqui é baixo. As pessoas são simpáticas e a vida é boa, mas o rendimento é baixo e o imigrante quer ir para outros países” (Ankit, Gestor de uma empresa de prestação de serviços)

A alternativa a mudar de país é abrir um negócio próprio, intenção revelada, por exemplo, por Lucky: “Em 2 ou 3 meses vou abrir um negócio. [...] Tenho ideia de restaurante ou de uma empresa de prestação de serviços. [...] Prefiro o restaurante, porque o restaurante dá mais dinheiro!”.

Em relação a isso, devemos também referir que quase todas as empresas de prestação de serviços em São Teotónio são geridas por imigrantes que chegaram há mais tempo a Portugal, e que criaram o seu próprio negócio após alguns anos. Foi o caso de Ankit, que chegou a Portugal em 2011 e trabalhou primeiro como trabalhador agrícola no Algarve e no Alentejo, e só depois fundou a sua própria empresa de prestação de serviços, em 2016. A empresa continuou a crescer até hoje, mas queixa-se que a competitividade entre empresas de prestação de serviços faz com que o seu trabalho não seja fácil. Ankit já tem nacionalidade portuguesa e, apesar de gerir uma empresa que lhe permite ter uma vida confortável e sustentar a família, considera sair de Portugal quando a esposa conseguir o cartão de cidadão. A vontade de não ficar em São Teotónio e/ou Portugal é comum a muitos imigrantes, como veremos mais detalhadamente no subcapítulo 4.4. Uma vez que os salários são mais elevados noutros países da Europa e, por isso, a menos que consigam gerir uma empresa lucrativa em Portugal, preferem abandonar o país quando consigam obter a nacionalidade portuguesa.

Assim como os discursos da população portuguesa em relação aos negócios agrícolas em São Teotónio, os discursos dos trabalhadores imigrantes sobre as suas perspectivas de vida também se focam na acumulação de capital e na intenção de ascender economicamente. Nalguns casos, mesmo que isso implique explorar outros trabalhadores imigrantes, no caso das empresas de prestação de serviços, como veremos no próximo subcapítulo.

### **4.3 - *Cheap Labour*: Tráfico Humano e Exploração Laboral**

Em todo o concelho de Odemira, situações de violação de direitos laborais dos trabalhadores agrícolas, assim como redes de tráfico humano, já têm sido evidenciadas - quer por estudos académicos (por exemplo, Teixeira & Carvalho 2021, Pereira et. al. 2021, Pereira 2019), quer pelos próprios meios de comunicação. Estas situações foram-me igualmente reportadas pelos imigrantes que entrevistei e com

quem conversei, e reconhecidas por Carlos Graça, responsável pela Autoridade das Condições de Trabalho do Litoral Alentejano.

De acordo com o “Protocolo de Palermo” da Organização das Nações Unidas:

“Trafficking in persons shall mean the recruitment, transportation, transfer, harbouring or receipt of persons, by means of the threat or use of force or other forms of coercion, of abduction, of fraud, of deception, of the abuse of power or of a position of vulnerability or of giving or receiving of payments or benefits to achieve the consent of a person having control over another person, for the purpose of exploitation” (UN 2000)

Considerando que esta é a definição para tráfico humano, podemos assumir que existem redes deste tráfico ligadas a Odemira. Nos trabalhos dos autores referidos acima, estes já mencionavam que alguns imigrantes indianos e nepaleses pagam milhares de euros para ter o seu processo de legalização em Portugal facilitado. De acordo com alguns imigrantes que conheci em São Teotónio, muitos dos trabalhadores que pagam este valor esperam melhores condições de vida e salários do que aqueles que realmente vêm a ter quando chegam. Um recrutador nos países de origem promete-lhes que em Portugal terão uma vida melhor, e que conseguirão nacionalidade portuguesa em pouco tempo. Pedem empréstimos para conseguir pagar à empresa que os traz até Portugal e, quando chegam, percebem que será difícil pagar esses empréstimos com o salário que recebem. Numa conversa num restaurante nepalês em São Teotónio, um trabalhador interrompeu o discurso do jovem com quem eu conversava, e disse-me:

“I am sorry, can I say something about what you’re saying? He’s young, and he works in the office, he doesn’t know. Some people pay up to thousands of euros to come here. Write that down. [...] I don’t want to say the names of these companies, but they are like a Mafia. The people come and think they will be able to pay the loan, bring their families to Portugal, and be happy here. But they won’t.”

O termo “máfia” para descrever estas empresas foi também utilizado por Carlos Graça, inspetor da Autoridade para as Condições de Trabalho que referiu, na nossa entrevista:

“Um dia, um inspetor da PJ disse-me para ter cuidado com este trabalho, porque o tráfico humano é muito rentável, é mais rentável e levanta valores mais elevados que o tráfico de estupefacientes. E daí os interesses que estão por trás, que são de empresas mafiosas.”

Muitas das empresas de prestação de serviço funcionam desta maneira, ajudando à legalização da população imigrante em São Teotónio, em troca de uma grande quantidade de dinheiro. Nalguns casos, os imigrantes nem chegam realmente a trabalhar, precisam apenas do contrato de trabalho com a empresa para conseguirem o cartão de residência. Torna-se difícil encontrar os responsáveis por estas ações, uma vez que o nome do responsável pela empresa em Portugal muitas vezes não é o seu patrão, é apenas um dos trabalhadores. Também de acordo com Carlos Graça:

“Essas organizações estão cá, mas o patrão não é patrão nenhum. Só tem o nome lá, mas é apenas um trabalhador. Por trás das empresas, o patrão nem está cá, está noutro país. A pressão faz-se sobre os trabalhadores: logo, é difícil dismantelar estas organizações”.

Por não conseguirem pagar os empréstimos e desconhecerem os seus direitos como trabalhadores em Portugal, os imigrantes tornam-se muitas vezes dependentes da rede mafiosa que os trouxe até Portugal.

Mas nem todos os trabalhadores imigrantes chegam a São Teotónio nas mãos destas empresas. E mesmo para aqueles que vieram sem esquemas de tráfico, a situação nem sempre é fácil. Para além do complicado processo até conseguirem o cartão de residência em Portugal - que exige uma longa fila de espera nos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras -, têm muitas dificuldades com a língua portuguesa e em conhecer os seus direitos laborais. Histórias de exploração laboral são frequentes, principalmente para aqueles que acabam de chegar. Nas minhas entrevistas, alguns imigrantes queixaram-se que, nos primeiros meses, não receberam os seus salários, ou porque não assinaram contratos - desconhecendo essa obrigação -, ou porque as empresas que os contrataram desapareceram pouco depois. Queixaram-se também de serem colocados em casas sobrelotadas, de salários baixos, e de não terem os seus horários de trabalho respeitados. De acordo com um dos trabalhadores nepaleses entrevistados, Nikesh, a situação era pior há cerca de quatro anos, quando havia menos empresas. Uma vez que não havia tanta oferta de trabalho, os trabalhadores eram “obrigados” a aceitar as condições laborais. Hoje, por haver mais oferta, podem abandonar esse posto e procurar oferta noutras empresas. No entanto, será que um trabalhador recém-chegado a Portugal consegue encontrá-las sozinho? São muitas as empresas de prestação de serviços sediadas em São Teotónio, e, como dizia Kamal, trabalhador numa destas empresas, “There are many companies, and many are bad.”

De acordo com os trabalhadores, existe uma grande diferença entre conseguir um contrato de trabalho diretamente com uma empresa produtora e ser contratado através de uma empresa de prestação de serviços. Apesar da empresa de prestação de serviços fornecer transporte e habitação para os trabalhadores, retira-lhes uma boa parte do salário, que já é baixo, de acordo com os trabalhadores. Nikesh queixou-se também que, quando trabalhava através de uma empresa de prestação de serviços, ganhava 3 ou 4 euros à hora, e vivia numa casa com mais quinze pessoas. Depois de conseguir um contrato direto com uma empresa produtora, passou a ganhar 6 ou 7 euros à hora, e conseguiu encontrar uma casa onde vivia em melhores condições. Na verdade, a ideia de “cheap labour” é muito clara quando pensamos no valor do trabalho atribuído aos trabalhadores imigrantes, com salários muito baixos, principalmente para o custo de vida em São Teotónio. É necessário um custo de produção barato, associado à mão-de-obra, para manter a competitividade no mercado. A população imigrante passa a ser o “motor da agricultura no Alentejo”, como refere também Carlos Graça, da ACT. O salário dos trabalhadores é a queixa mais frequente entre imigrantes, nas minhas entrevistas e trabalho de campo. Por exemplo, Lucky e Abhjit, ambos trabalhadores agrícolas, dizem:

“A renda é alta, e o salário é baixo. O salário são 800 euros, a casa são 400... mais a comida, não resta nada... Eu não preciso de enviar dinheiro para a minha família no Paquistão, então estou bem... Mas para quem tem de enviar dinheiro, fica muito difícil.” (Lucky, trabalhador agrícola paquistanês)

“I work for my wife and my son. It’s very hard. People ask me how can I do it, because it’s hard even for one person. It’s not enough.” (Abhji, trabalhador agrícola nepalês).

Ainda que a maioria dos entrevistados no âmbito desta dissertação não tivessem que enviar dinheiro à sua família nos países de origem, a situação é comum a muitos imigrantes em São Teotónio. Na minha visita à empresa de transferência de capitais onde trabalha Nikesh, isso foi bastante claro, pela quantidade de pessoas que procuram este serviço. Na entrevista com Kamal, este referiu a necessidade de enviar dinheiro à família como uma das grandes dificuldades da população imigrante, que afeta a sua saúde mental, especialmente em épocas baixas de trabalho, quando nem sempre há oferta para todos. Muitos estudos académicos, em diferentes contextos, identificam também este problema: a dificuldade que têm alguns migrantes em Portugal para sobreviver ao final do mês, com o dinheiro que resta do seu salário depois de enviarem parte às suas famílias; ou, em alternativa, terem que aceitar mais horas de trabalho precário para conseguirem mais dinheiro (por exemplo, Santinho 2011 e Esteves et. al. 2017). Esta situação acontece também em São Teotónio: sobretudo no Verão, é frequente encontrarmos trabalhadores imigrantes com dois trabalhos - durante o dia, estão nas empresas agrícolas e, à noite ou nos dias de folga, estão nas cozinhas de restaurantes locais. É o caso, por exemplo, de Mahí, que conjuga um trabalho numa empresa agrícola, com um trabalho no balcão de um restaurante próximo da Zambujeira do Mar.

As empresas - tanto as de prestação de serviços, como as empresas produtoras e distribuidoras agrícolas - são muitas, e o respeito pelos direitos laborais dos trabalhadores varia muito, consoante as mesmas. Em outubro de 2021, a Autoridade para as Condições tinha levantado 1220 autos em 200 empresas em Odemira, ao longo de seis meses<sup>10</sup>. Na entrevista a Carlos Graça, da ACT, perguntei-lhe qual era a área em que encontravam mais infrações, ao que me respondeu:

“Desde logo, nos exames médicos e na testagem ao covid. Depois, na habitação, porque os trabalhadores vivem em condições absolutamente degradantes. [...] Os trabalhadores acabam por ser vítimas de uma série de coisas, mas acabam por aceitar. Estão pura e simplesmente a serem explorados e até escravizados”.

O termo “escravizados”, utilizado por um Inspetor da Autoridade para as Condições de Trabalho, parece ser revelador da situação de muitos trabalhadores agrícolas na freguesia de São Teotónio. Carlos Graça referiu também que:

“As empresas de prestação de serviços vivem para ter lucros, muitas vezes sem escrúpulos. Não têm o objetivo de responsabilidade social, violando tudo e mais alguma coisa. São realmente a nossa maior preocupação. E os maiores beneficiários são os agricultores, que pagam menos aos trabalhadores do que se os contratassem diretamente.”

Ou seja, a exploração laboral dos trabalhadores é uma clara forma de *cheap labour*, abusando das fragilidades dos imigrantes para tirar melhor proveito económico.

Na verdade, a exportação de frutos vermelhos para a Europa a um preço tão baixo deve-se muito ao recurso da mão-de-obra barata. Se as infrações aos direitos dos trabalhadores podem ser mais ou menos

---

<sup>10</sup> Anon. (2021), “Imigrantes de Odemira: ACT levanta 1.220 Autos após inspecionar mais de 200 empresas”, em TVI Informação (online). Disponível em: <https://tvi24.iol.pt/sociedade/saude-publica/imigrantes-de-odemira-act-levanta-1-220-autos-apos-inspecionar-mais-de-200-empresas> (consultado a 04/02/2022).

frequentes dependendo da empresa onde trabalham, as queixas sobre o salário ser baixo e o trabalho duro são comuns a todos os trabalhadores com quem conversei. Ainda assim, muitos olham para o trabalho como temporário, como um mal necessário e efêmero até conseguirem o cartão de cidadão. Se possível, tentam encontrar melhores oportunidades de trabalho, fora da agricultura. Procuram trabalho em restauração ou supermercados, ou ponderam mudar-se para Lisboa, onde talvez haja mais oportunidades do que no sector agrícola. Mas, caso não encontrem alternativas, a apanha de fruta torna-se uma solução temporária até conseguirem sair de Portugal, ou abrirem o seu próprio negócio. Olham para a sua relação com as empresas como se fosse uma relação de utilidade, ou seja, de necessidade mútua: é uma relação útil para as empresas, que necessitam deles para uma produção agrícola barata, e é útil para a população imigrante, que necessita de um contrato de trabalho para conseguir um passaporte europeu. No entanto, essa relação de utilidade é na verdade uma relação de exploração, em que as empresas aproveitam as fragilidades da população imigrante para o seu lucro económico.

Percebemos, então, que as políticas de imigração são cruciais para os investimentos agrícolas no Alentejo: ainda que funcionem como medidas sociais e que facilitam a legalização de população imigrante em Portugal, permitem ao mesmo tempo a sua exploração laboral, mantendo o preço de produção agrícola baixo. Como vimos no subcapítulo anterior, a facilidade em obter documentos em Portugal é a principal motivação para estes imigrantes virem para Portugal e, vendo a sua situação precária como “temporária”, acabam por aceitar as condições da mesma. Apesar de ser um trabalho precário, não é um trabalho forçado, uma vez que é aceite pelos próprios imigrantes, com o objetivo de obterem a sua legalização na Europa. Este acaba por ser um fator para que os salários de trabalhadores não-qualificados em território nacional se mantenham baixos, uma vez que os empregadores não têm necessidade de aumentar os salários para encontrar trabalhadores. A substituição da mão-de-obra local por mão-de-obra imigrante mais barata é apontada por Stiglitz (2017) como um dos problemas da globalização económica, que acrescenta ainda que, nalguns casos, este fenómeno pode ajudar a causar o desagrado da população local em relação à população imigrante.

#### **4.4 - “São Temporários”: Efemeridade do Trabalho Imigrante**

Ainda que a imigração esteja a combater o êxodo rural e o envelhecimento da região, tal como Nori & Farinella (2021) referem, a falta de boas condições sociais e económicas para o acolhimento da população imigrante leva a que, muitas vezes, ela queira abandonar, quando possível, a região para onde veio inicialmente trabalhar. Como temos vindo a mencionar, este é também o caso dos trabalhadores imigrantes em São Teotónio, que não revelam a intenção de ficar em São Teotónio por muito tempo. Em todas as minhas entrevistas a trabalhadores imigrantes, à exceção do caso de Nikesh, que trabalha numa empresa de transferência de capitais e tem um rendimento muito mais elevado, estes referiram querer ir embora de São Teotónio assim que for possível. Uma vez que os salários são baixos, e o custo de vida em São Teotónio é elevado - sobretudo pelo preço da renda, como veremos mais detalhadamente

no subcapítulo 4.6 -, não há desejo de ficar nesta vila. Até Ankit, que gere uma empresa de prestação de serviços, mostrou indecisão neste aspecto: “We don’t know. Now, we are waiting for Nikita’s cartão de cidadão. And then, we will see”. Olhando para São Teotónio, se pudéssemos pensar que a imigração fosse um fator para evitar o envelhecimento da população, as dinâmicas atuais não nos levam a crer que sim. Apesar do aumento de população e do crescimento da taxa de natalidade, a maioria daqueles que chegam a São Teotónio não tencionam ficar muito tempo. E isso não é uma novidade, uma vez que a imigração para a freguesia já tem vindo por vagas. Por exemplo, se há cerca de sete anos uma grande percentagem da população em São Teotónio era de nacionalidade búlgara, hoje este grupo é uma minoria. Afinal, as ofertas de trabalho não são muitas e, se a intenção é receber salários mais elevados, não há interesse em ficar a trabalhar no sector agrícola. Para quem tenciona abrir um negócio, como Lucky e Mahí, não o querem fazer em São Teotónio. Mesmo que dê dinheiro, a renda e o custo de vida na freguesia são demasiado elevados para manter um bom lucro. Por isso, percebemos que a maioria da população migrante que reside agora em São Teotónio será temporária e que, nalguns anos, já não estará cá. Por outro lado, é possível que cheguem outras vagas de imigração, destes ou de outros países. De acordo com Carlos Graça, da ACT, é regular que os fluxos migratórios não sejam estáveis, até porque não interessa às redes de tráfico que as comunidades se integrem:

“Quando uma nacionalidade começa a estar integrada, passa a ter mais conhecimento sobre os seus direitos. Às redes mafiosas interessa população com baixo nível de integração. Quando têm maior nível de integração, deixa de lhes ser interessante. [...] A comunidade búlgara de São Teotónio chegou a ser a maior do país. Algumas famílias integraram-se, mas, se formos a ver, a comunidade não é a mesma que há 10 ou 15 anos atrás. Eles vão mudando, e vêm outros. É uma característica dos fluxos migratórios.”

A efemeridade da estadia dos trabalhadores imigrantes em São Teotónio tem efeitos na forma como estes se relacionam com a população local. Não só não há uma grande vontade de aprendizagem das normas culturais e da língua portuguesa, porque o desejo poucas vezes é ficar em Portugal; como a própria população local vê os imigrantes como transitórios, havendo pouca vontade de se relacionar com eles. Isto tem implicações nas questões de racismo e estranheza cultural, que desenvolvemos de seguida.

#### **4.5 - Estranheza Cultural: “Nós” e “Eles”**

No caso de São Teotónio, no geral, a população portuguesa não aponta como um problema que a mão-de-obra agrícola seja imigrante, em vez de local. No entanto, identifica outros problemas sobre a imigração. A separação cultural entre “imigrantes” e “locais” surge nos discursos de todos os intervenientes com quem conversei. Há uma categorização da população, que distingue um “nós” de um “eles”, ou os “portugueses” dos “outros”. Apesar de viverem e coexistirem nos mesmos espaços, as

comunidades imigrantes e a comunidade portuguesa não comunicam entre si, salvo em situações de cordialidade - por exemplo, no local de trabalho ou no supermercado. Há, pelo menos, duas comunidades completamente distintas, ainda que no mesmo lugar.

A barreira que separa portugueses de imigrantes tem ocultado, até ao momento, situações de discriminação implícita. Como dizia Kamal, trabalhador nepalês: “We don’t communicate with portuguese people, so we don’t face discrimination.” No entanto, ao conversarmos com a população portuguesa, é frequente ouvirmos discursos racistas em relação à população imigrante. De acordo com a Teoria da Identidade Social (Tajfel et. al. 1979), da área da psicologia, é normal que os indivíduos se identifiquem com uma categoria social à qual pertencem, demonstrando favoritismo em relação a essa categoria e, por outro lado, discriminação face a outros grupos. As ações de outras categorias são mais facilmente vistas como erradas do que as daquela a que o indivíduo pertence (idem). Esta situação é fácil de identificar nos discursos da população portuguesa em relação à população imigrante: não só a comunidade imigrante é vista como um todo - e quando um imigrante comete um erro, é visto como um erro de todos -, como qualquer crime é visto popularmente como muito mais grave, por ser um imigrante, e não um português, a cometê-lo. No capítulo de Corrado et. al. (2016), os autores começam por referir situações de tensões culturais e raciais que culminaram em conflitos entre populações locais e trabalhadores agrícolas imigrantes, em diferentes regiões no Mediterrâneo. Num destes casos, em El Ejido, na Andaluzia, a passagem do momento de tensão para um conflito surgiu depois de um caso isolado de um crime, quando um trabalhador agrícola marroquino com problemas de saúde mental matou uma mulher espanhola. Em resposta, ataques contra outros trabalhadores marroquinos resultaram em mais de sessenta feridos e mais de mil trabalhadores em greve. Noutros casos, os ataques contra a população imigrante surgiram sem um precedente, ou depois de greves por melhores condições de trabalho e salários por parte da população imigrante. Em São Teotónio, até ao momento, não há a registar conflitos graves entre a população portuguesa e imigrante. No entanto, há alguma tensão. A separação entre as comunidades é linguística, racial e cultural. Para um cidadão português, parece ser fácil distinguir quem são os ‘nossos’ e quem são os ‘eles’. No entanto, dentro da comunidade imigrante, há várias comunidades - elas próprias com hábitos, normas e relações diferentes entre si, e até com algumas rivalidades. Alguns nepaleses jogam futebol todas as noites no recinto da FACECO, mas é raro algum rapaz de origem indiana juntar-se ao grupo. Quando um grupo de imigrantes foi isolado no pavilhão desportivo da escola básica de São Teotónio por terem estado em contacto com um caso positivo de covid-19, os imigrantes de origem indiana queixaram-se do imigrante bengali, até que as autoridades deixaram que ele fizesse isolamento num sítio diferente. Uma jovem paquistanesa desabafou que os indianos hindus têm demasiados Deuses. Dois nepaleses queixaram-se que os indianos falam alto e não são educados. Ainda que haja uma relação mais próxima entre membros destas comunidades, por haver uma maior aproximação linguística e cultural, distinguem-se entre si. No entanto, para um membro da comunidade portuguesa, nem sempre é evidente esta separação, generalizando hábitos, comportamentos ou experiências com alguns imigrantes, como sendo comuns a

toda a comunidade. Além disso, o desconhecimento sobre a realidade dos países de origem desta população, e o perigo da “história única” (de Adichie, numa TedTalk em 2009), leva a que, por vezes, haja uma única perspectiva sobre como é a vida na Ásia do Sul - pobre e com poucas condições -, reforçando generalizações e a ideia de que a população asiática é culturalmente inferior, e que necessita de aceitar estes trabalhos para melhorar as suas condições de vida. Esta “história única” reforça os estereótipos em relação à população imigrante, causando uma espécie de medo da população portuguesa sobre o comportamento de outras culturas.

Na nossa entrevista, Rui Barbosa afirmava:

“Uma coisa cá, que um deles faça, é visto como de todos. E quando nós olhamos para Portugal, e uma pessoa faz uma coisa má, nós não olhamos como se fossem todos. Portanto, eles nunca têm, tipo, chances aqui... Toda a gente olha para eles como temporários, não olha tipo quase como pessoas, e acho que isso é... o mais importante que eu tenho a dizer.” (Rui Barbosa, trabalhador numa empresa de marketing)

A separação definida pela população portuguesa entre “nós” e “eles” nos seus discursos demonstra exatamente o que Rui Barbosa refere nesta citação: que os imigrantes não são vistos como “pessoas”; por serem tão diferentes da comunidade autóctone de São Teotónio.

Um comportamento que foi frequentemente referido pelos intervenientes portugueses em relação à população imigrante foi o assédio sexual contra as mulheres portuguesas. Muitos estudos de diferentes áreas têm dado conta de como o sentimento “anti-imigração” surge sobretudo contra homens imigrantes, que são vistos como uma ameaça ao bem-estar da população autóctone (por exemplo, Plant et al. 2011; Nagel 2011). O medo contra este grupo específico da população é também evidenciado nos discursos dos intervenientes em São Teotónio, a começar pelo Presidente da Junta de Freguesia, Dário Guerreiro: “A ocupação do espaço público, por serem homens, as pessoas retraem-se”. O número de homens imigrantes é bastante superior ao número de mulheres imigrantes em São Teotónio, como referimos no subcapítulo 2.4. - ainda que o número de mulheres tenha vindo a aumentar, nos últimos anos. Esta masculinização leva a que a população portuguesa receie situações de violência sexual. Durante a pesquisa etnográfica, foi muito comum ouvir histórias e relatos de mulheres - tanto locais, como turistas - que se sentiram observadas nos espaços públicos de São Teotónio: nas ruas, em cafés, ou nas praias. Por mais do que uma vez foi-me referido o caso da Praia dos Alteirinhos, próxima da Zambujeira do Mar, uma praia naturista - onde alguns homens imigrantes vão observar as mulheres que praticam o nudismo. Resulta que as mulheres turistas passam a ter receio de frequentar as praias da região, e que as mulheres locais passem a evitar ir à praia sozinhas, criando aversão à população migrante. Carlota, por exemplo, contava:

“Sabes porque é que não nos sentimos confortáveis? Por exemplo, vou contar-te uma história. Uma vez, fui à praia com uma amiga minha. Estávamos lá, e passou um grupo de indianos, e olharam para nós. Passado um pouco, passaram outra vez, e olharam outra vez. E voltaram a fazer isso. E nós sentimo-nos desconfortáveis, porque não podemos estar à vontade.” (Carlota, gerente de um alojamento local)

Por duas vezes ouvi também histórias de diferentes raparigas que teriam sido perseguidas até casa por grupos de homens imigrantes - e que, nos dois casos, estes se afastaram quando elas lhes gritaram que se afastassem. Há, é claro, uma diferença nas normas culturais e no papel da mulher nas culturas de origem das populações imigrantes em São Teotónio. Mas há, também, uma generalização desta ideia: um estereótipo que todos os homens imigrantes perseguem ou assediam as mulheres portuguesas, como se todos eles fossem perigosos. Por outro lado, parecem ser normalizados olhares e assédios que sejam cometidos por homens portugueses nas ruas de São Teotónio, seguindo a teoria da identidade social. Como mulher portuguesa, foi comum sentir-me sexualmente observada tanto por homens portugueses como por homens imigrantes em São Teotónio durante o período de pesquisa etnográfica - no entanto, nunca ouvi queixas em relação ao perigo que podem apresentar os homens portugueses. O perigo que podem ser os homens imigrantes reforça a tensão contra esta(s) comunidade(s).

Por outro lado, a segunda observação mais feita pela população portuguesa em relação à população imigrante em São Teotónio é sobre os seus hábitos de higiene - ou, nesta perspetiva, a falta deles. Mary Douglas (1966) apresenta a limpeza como um ritual cultural. De acordo com a antropóloga, a sujidade não é nada mais do que “something that it out of place” - por exemplo, café numa chávena não é sujidade - é uma bebida -, porém, uma mancha de café na t-shirt significa que esta está suja. A noção do que é ou não sujidade está relacionada com normas culturais, que devem ser contextualizadas historicamente para serem compreendidas. Por isso, é comum olharmos para diferentes padrões de cultura sem compreendermos as normas associadas à limpeza e à sujidade - assumindo, frequentemente, que outros grupos de população são “sujos” e “inferiores” por terem outros hábitos. Assim, não é estranho que, nas minhas entrevistas, surjam frequentemente comentários sobre como a população imigrante é suja. Por exemplo:

“É mau dizer isto, mas eles vêm de zonas onde as casas são de areia, e onde comem no chão. Eles sujam tudo. Nós temos uma casa onde eles estavam, gastámos mais de mil euros para a limpar, e só ficaram lá uma semana! Agora estão lá, pedimos para terem mais cuidado, mas não sabemos como estão as coisas. Não é fácil... Mas temos de coexistir todos. O primeiro passo é dar condições, mas eles também são sujos...” (José, gestor de uma empresa produtora de frutos vermelhos).

“Há muitos setores económicos que ganharam com isto. [...] A construção civil, que estava morta e reabilitou, porque parece que eles são porquinhos e sujam as casas, e depois tem de lá ir o pintor novamente pintar [...]; vendedores de mobília, porque eles partem a mobília e o senhorio tem de comprar mais outra vez” (Dário Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia).

“Olha, por exemplo, o caminho para aqui, eles gostam muito de passear por ali, está sempre cheio de lixo! [...] Eu, pessoalmente, não vou muito lá abaixo. Aquilo tá tudo entregue à bicharada. Não é culpa das pessoas, eles só querem procurar uma vida melhor... O problema é a dimensão, quase que nos obriga a aculturarmo-nos a eles, porque eles são uma comunidade maior (...)” (Vitor, gerente de um turismo rural)

A falta de perceção da população imigrante em relação às normas de limpeza em São Teotónio resulta em comportamentos que indignam a população portuguesa - tais como atirar o lixo para o chão, ou não

comer em cima de uma mesa. Outro exemplo de “sujidade” que pode ser contextualizado dentro de hábitos culturais é a limpeza das cozinhas:

“Eu tenho aí casas que levam muita gente, e sei o trabalho que é com aquilo. [...] Porque eles cozinham muito à base de... de fritos, e coisas. [...] Até esta casa! Estavam aqui a morar uns nepaleses comigo... Quando eles foram embora, contratei aí uma moça para vir cá limpar, porque esta cozinha era uma coisa... gordura por todo o lado!” (Nuno, subgerente português de uma empresa de prestação de serviços)

Neste caso, Nuno contextualiza a origem da sujidade na cozinha com os hábitos alimentares da população nepalesa.

É normal que, ao sentir os espaços públicos ocupados por uma população que parece ser tão distinta culturalmente, a população portuguesa crie aversão às comunidades imigrantes. E, na verdade, justifica essas diferenças culturais para a separação entre portugueses e imigrantes:

“São demasiados, e têm hábitos diferentes dos nossos. Deitam lixo para o chão, olham para as mulheres... [...] Ainda se fossem de uma cultura mais próxima de nós, por exemplo da Noruega, o choque era menor, mas assim, o choque cultural é muito.” (Carlota, gestora de um AL)

“Se eu tivesse de dizer alguma coisa sobre os migrantes, de uma forma geral, é que eles são muito tranquilos, mas... Ao mesmo tempo, não é que não nos damos, mas temos culturas completamente diferentes.” (Rui Barbosa, trabalhador numa empresa de marketing).

Por outro lado, a mistura entre um Alentejo que se perde - por envelhecimento da população e pelo êxodo rural - e um Alentejo que passa a ser “ocupado” por comunidades tão diferentes também cria algum sentimento de nostalgia dentro da comunidade portuguesa:

“Enfrentamos falta de recursos humanos, mas os imigrantes vieram substituir na restauração, na limpeza, na construção civil [...] e, eventualmente, vão trabalhar em serviços, eventualmente vamos ter indianos e nepaleses a trabalhar nos serviços. Se somos cada vez menos, e eles são cada vez mais... [...] Isto é um sofrimento constante, porque não queremos perder as nossas experiências de infância” (Dário Guerreiro, Presidente da JF)

“Perdeu-se um bocado a vida social. Agora quando se vai ao centro, já só se encontra aquela malta...” (Vitor, gerente de um turismo rural)”

Assim, as tensões culturais entre a comunidade portuguesa e imigrante vão aumentando, assim como a distinção entre as categorias “nós” e “eles”. Por outro lado, nas minhas entrevistas com a população imigrante, também não senti que houvesse alguma intenção de aculturação com a comunidade portuguesa. Primeiro, porque as comunidades imigrantes são suficientemente grandes para que a população possa manter as suas normas culturais, sem necessidade de integração na cultura portuguesa. Segundo, porque a vontade da maioria dos trabalhadores em São Teotónio não é ficar em Portugal, pelo que a aprendizagem da língua ou de hábitos culturais portugueses não é necessária a longo termo.

Todos estes aspetos levam a que haja algum desconforto da população portuguesa em receber população imigrante na sua freguesia. Apesar de estarem habituados à imigração e a terem recebido diferentes comunidades imigrantes ao longo do tempo, este número parece ter aumentado desde os últimos anos, assim como o distanciamento cultural entre as comunidades. Algumas associações no

concelho de Odemira e na freguesia de São Teotónio trabalham a interculturalidade e propõe ações e atividades que liguem as culturas que vivem na região. No entanto, na maioria destes eventos, há pouca presença portuguesa.

No entanto, não são totalmente inexistentes as situações de racismo. Ainda que passem despercebidas e que não me tenham sido frequentemente relatadas por imigrantes com quem conversei ou que entrevistei, histórias de violência policial contra imigrantes em Vila Nova de Milfontes, uma freguesia próxima de São Teotónio, demonstrou como certos grupos da população desprezam a população imigrante<sup>11</sup>. No meu trabalho de campo, desabafos sobre racismo por parte das forças de segurança já tinham sido referidos. Num dia em que violei o recolher obrigatório imposto pelas medidas sanitárias contra o covid-19, por exemplo, um amigo acalmou-me, argumentando:

“Não te preocupes, se nos apanharem, assim que virem que somos portugueses, é logo metade do problema. Porque eles sabem que se não fossem os migrantes, não teríamos tantos casos de covid, e não estaríamos nesta situação. Eles não gostam dos migrantes, e por isso se nos encontrarem a nós, não vamos ter grandes problemas.” (jovem entre 20-25 anos, de São Teotónio)

Mas não foi a única pessoa a fazer comentários semelhantes, em conversas casuais:

“Noutro dia fui a um jantar em que estava um GNR. E ele era tão racista! Até fiquei impressionada. Como é que é possível ele falar tão abertamente das coisas, à minha frente? O colega dele até era mais sossegado, mas ele fez muitos comentários racistas e homofóbicos” (jovem entre 20-25 anos, em São Teotónio)

“I think the GNR speaks to us differently when we speak portuguese to them than when they speak english. The tone is different. They are not rude to us, but the tone is different” (Kamal, trabalhador nepalês)

Partindo do princípio que situações semelhantes acabaram por levar a conflitos culturais noutras localizações na Europa Mediterrânea, haverá a possibilidade do mesmo acabar por acontecer em São Teotónio, caso a tensão continue. O “choque” cultural entre as comunidades, o afastamento da população imigrante da cultura portuguesa, e o medo das normas culturais sul-asiáticas, deixam a população portuguesa desconfortável nos seus espaços públicos, que sente que foram “ocupados”.

Por parte da comunidade imigrante, é difícil conhecer ou compreender os estereótipos, receios ou ideias que têm sobre a população portuguesa. Talvez por eu própria fazer parte desta comunidade, em nenhum momento no meu trabalho de campo ou entrevistas houve comentários sobre isto.

#### **4.6- Problemas Sociais: Habitação**

O problema mais referido nas minhas entrevistas e trabalho de campo - quer por população imigrante, decisores políticos ou decisores económicos - foi a falta de habitação ou o aumento dos preços do

---

<sup>11</sup> Ver mais em: Ramos, A. C. (2021), “Reguadas, bofetadas, pancadas a imigrantes: no posto de Vila Nova de Milfontes, os agentes da GNR viam a tortura e ‘divertiam-se’”, em CNN Portugal (online). Disponível em: <https://cnnportugal.iol.pt/odemira/reguadas-bofetadas-pancadas-no-posto-os-agentes-da-gnr-riam-se-e-divertiam-se/20211216/61bba50d0cf21a10a4147da8>

mercado imobiliário em São Teotónio. O aumento exponencial da população na freguesia levou a uma procura de habitação superior à oferta existente. Os preços do custo de habitação em São Teotónio tornaram-se demasiado elevados para trabalhadores agrícolas e, muitas vezes, também para a população local.

É difícil encontrar dados concretos sobre o valor por metro quadrado para arrendamento ou venda de habitações em São Teotónio, uma vez que os valores disponibilizados pelo INE (2021) não estão organizados por freguesia. De acordo com estes dados, em 2021, o Alentejo Litoral foi a quinta NUTS III com valores mais elevados de habitação. Odemira - como referido anteriormente - é o maior concelho em área do país, com realidades muito diferentes nas freguesias não-litorais, pelo que a análise dos dados poderá ser enganadora. De acordo com os dados da plataforma idealista, o preço médio das casas à venda em Odemira é de 1844 euros por metro quadrado, sendo o valor mais elevado do distrito de Beja nesta plataforma. O que é certo é que o preço da habitação na freguesia de São Teotónio - ou até a falta de possibilidades de compra ou arrendamento - é uma queixa recorrente da população portuguesa e imigrante. Por exemplo:

“Querem que os jovens não vão embora, mas não há habitação para eles! Fui expulso da casa que arrendava para porem lá mais pessoas e ganharem mais dinheiro. Se não tenho casa, quero ir-me embora.” (Aleksander, trabalhador de origem búlgara)

“O que eu sinto mais na pele, mesmo que não me afete muito, é as casas... O preço das casas aqui, está muito mau. [...] E se eu agora quisesse ter a minha casa aqui? Se eu viesse trabalhar para aqui, e não quisesse viver na casa da minha mãe? Porque toda a gente quer eventualmente sair. Como é que tu saías agora da casa da tua mãe? Não conseguias.” (Rui Barbosa, trabalhador numa empresa de marketing)

“O meu colega lá no trabalho, ele é mais velho, queixou-se que a malta da geração dele foi quase toda embora de São Teotónio, porque não há casas. Foram para o Rogil, Aljezur, foram para outras áreas, porque aqui não há casas para arrendar...” (Capitão, trabalhador na área da restauração)

“Esta coisa é muito difícil. É muito importante, mas muito difícil também. Estou há procura de casa para mim há três meses, falei com muitas pessoas, não encontrei nada. Em São Teotónio não há muitas casas. Ainda vivo com um paquistanês e um indiano. É um quarto com duas pessoas, e uma sala com uma pessoa. É bom, mas queria viver numa casa sozinho. [...] A renda é alta, e o salário é baixo.” (Lucky, trabalhador agrícola paquistanês)

“The people of my age who live here are married. When they want to bring their family, they can't, because there are no houses anymore. If I want a house, I have to move to a different area...” (Mahí, trabalhador agrícola indiano)

Por este ser um dos principais obstáculos para manter os jovens na freguesia, a construção de mais habitações em São Teotónio foi uma das grandes bandeiras dos partidos políticos candidatos às eleições autárquicas em outubro de 2021.

O principal motivo para o aumento do preço das rendas em São Teotónio é a procura de habitação para trabalhadores agrícolas, por parte das empresas de prestação de serviços. Para agravar a situação, muitas destas habitações são arrendadas por pessoa, e não por espaço. Assim, torna-se benéfico aos

senhorios arrendar a casa ao maior número possível de trabalhadores. Isto acaba por dar origem a casas sobrelotadas e com falta de condições para todos os habitantes. Na entrevista a Carlos Graça, o inspetor da Autoridade para as Condições de Trabalho explicou que a falta de legislação em relação ao número máximo de pessoas que podem habitar numa casa fez com que não pudessem tomar grandes ações em relação a este problema até à pandemia por covid-19, quando as normas da Direção Geral da Saúde já permitiram alguma ação. De acordo com o inspetor, ainda que não façam parte das redes mafiosas, os senhorios que permitem estes arrendamentos colaboram com elas. E, muitas vezes, arrendam sem contrato. Na entrevista, chegou a contar:

“Já encontrámos uma moradia de 100 e tal pessoas. Em plena pandemia, voltámos lá, ainda eram 77 pessoas. Se cada um pagar 120 euros, multiplicando por 77, é só fazer as contas e ver quanto dá... Isto tudo, sem declarar. Não há impostos, é tudo em cash, é assim.”

As condições de habitação dos trabalhadores agrícolas em São Teotónio e noutras freguesias do concelho de Odemira foi um dos principais tópicos reportados pelos noticiários durante o cordão sanitário imposto no final de abril de 2021. Mais uma vez, a motivação dos senhorios e dos gestores das empresas de prestação de serviços é o lucro económico, como evidencia também Nuno, na nossa entrevista:

“Eu soube, quando apareceram estas inspeções, quando foi da cerca... Houve aí essas empresas de indianos, sabiam que tinham as pessoas em condições... Tu nem imaginas... [...] Completamente desumanas. Mas também sei de muita gente, muitos proprietários, que sabiam perfeitamente o que se passava, e que fechavam os olhos, porque era muito dinheiro. Era muito dinheiro que cobravam...” (Nuno, subgerente de uma empresa de prestação de serviços)

Por isso, muitos senhorios começaram a preferir arrendar os seus espaços a imigrantes, uma vez que se tornou mais lucrativo. Aleksander, o jovem búlgaro que chegou há alguns anos a Portugal, contou-me, frustrado, que tinha sido expulso da casa que arrendava com a sua companheira portuguesa. A casa está agora arrendada a trabalhadores agrícolas, e o casal foi obrigado a arrendar outra casa em São Teotónio. Por outro lado, a população imigrante sul-asiática que procura uma habitação própria, sem ajuda de intermediários, também tem muita dificuldade em encontrá-la. Por isso, a maioria vive com outros imigrantes. Por exemplo, Abhjit vive com a esposa e o filho, de dois anos, num quarto arrendado, num apartamento em que vivem mais dois casais, cada um deles com mais um filho. O espaço é apertado, as crianças fazem muito barulho, e queixam-se que não conseguem encontrar alternativas. Mahí e Lucky falaram do mesmo problema. Apenas Nikesh, que atualmente trabalha na empresa de transferência de capitais, referiu que este não é um problema para ele, ainda que tenha sido quando chegou a Portugal. Neste momento, o seu rendimento é suficiente para arrendar um T2 só para ele, e contou-me que pediu há pouco tempo um empréstimo ao banco para comprar uma casa. “Para ti?”, perguntei-lhe, ao que me respondeu, “Claro que não. Para arrendar. Estou bem na minha casa, quero arrendar a casa a outras pessoas”. Também neste caso, sentimos algum orgulho pela sua ascensão social e económica, que permitirá que ele mesmo venha a ser um senhorio para outros imigrantes.

Depois do escândalo mediático em torno da superlotação das casas em São Teotónio, o governo central decretou a Resolução de Ministros 69/2021, que permite a instalação de alojamentos temporários, de uma forma mais fácil, na área do Perímetro de Rega do Mira. Esta medida veio como uma solução para construir mais habitações para os trabalhadores, dentro das próprias empresas agrícolas. Para além de criar habitações para trabalhadores imigrantes, afasta-os da comunidade portuguesa, evitando conflitos. No entanto, a discussão sobre se esta é uma alternativa que faz sentido está ainda muito acesa. Por um lado, por ser contraditória a permissão de construção de residências temporárias num Parque Natural, quando não podem ser construídas, por exemplo, habitações particulares. Além disso, por implicar uma verdadeira segregação de população imigrante, que passará a ter as suas próprias “aldeias” junto aos terrenos agrícolas. Questionam-se ainda quais serão as condições de habitação destes alojamentos, chamados de “contentores” por quem é contra esta medida. Por outro lado, será uma forma de garantir habitação para os trabalhadores, e a própria Autoridade para as Condições de Trabalho reconhece que é uma medida importante para garantir os seus direitos. Ao saber onde estão, e com uma legislação que obriga a que os seus direitos nestes alojamentos temporários sejam respeitados, a ACT terá mais meios para os proteger. Enquanto esta legislação é considerada importante para o inspector da ACT, José, gestor de uma empresa produtora de frutos vermelhos, queixou-se:

“Não deveria ser ‘eu construo contentores se eu quiser’, devíamos ter que os construir! Agora, vai-se poder construir, mas vão ser precisos uns 50 requerimentos... que é o mesmo que dizer que vai ser impossível construí-los!”

O oposto diz-nos Vítor, gestor de um turismo rural:

“Continuamos com as mesmas casas [na herdade]. Pensámos em fazer mais, mas não valeria a pena. E estamos em parque natural, é muito difícil construir. Se fosse uma empresa de frutos vermelhos era mais fácil, eles agora vão ter muita facilidade em construir aldeias... mas para nós, não é tão fácil!”.

Os conflitos em torno das decisões tomadas para São Teotónio são evidentes nos discursos da população, que identifica as mesmas situações sobre perspetivas muito diferentes. O caso da falta da habitação é um exemplo disso - sendo o problema mais apontado por todos os grupos entrevistados no âmbito desta dissertação, cada indivíduo encontra motivos e soluções diferentes para o mesmo, de acordo com a posição em que se encontra.

A crise da habitação em São Teotónio não é um caso único, e faz parte de um problema estrutural a nível nacional. A imigração noutras áreas urbanas em Portugal - em especial, a Área Metropolitana de Lisboa, Porto e Funchal -, assim como o aumento do turismo nos centros históricos destas cidades, tem levado a um aumento do preço da habitação, mais elevado do que a população consegue suportar. A população portuguesa é afastada para a periferia, inclusive a classe média - tal como os jovens em São Teotónio -, assim como a população vulnerável, que ainda terá de encontrar habitação em bairros mais distantes, ou com menos condições de habitação. Há uma diferença substancial - evidente também nos dados do INE (2021) - entre o preço da habitação no litoral de Portugal, em comparação com a região

interior. A falta de habitação é apontada um dos mais graves problemas consequentes da imigração para São Teotónio, uma vez que é uma necessidade básica para a vida na freguesia.

#### **4.7 - Problemas Sociais: Falta de oferta nos serviços públicos**

A habitação não foi o único sector a não conseguir responder ao aumento exponencial da população em São Teotónio. Os serviços públicos – centros de saúde, serviços de segurança social, até os multibancos – passaram a ter mais procura do que aquela a que estavam preparados para responder. A dificuldade da população portuguesa em aceder a estes serviços, devido ao aumento da população, resulta na culpabilização da população imigrante. Dizia Carlota:

“Não há médicos para toda a gente, a segurança social está sempre com filas longas... Vendem-se senhas para a segurança social! Filas longas nos CTT, e até os multibancos muitas vezes estão sem dinheiro...”

(Carlota, gestora de um AL)

A história em torno da venda de senhas nas filas para a Segurança Social em Odemira foi repetida várias vezes ao longo da recolha etnográfica, mas nunca encontrei alguém que, de facto, a comprovasse. Em relação aos outros serviços, a falta de médicos de família para toda a população, a fila para os supermercados, caixas de multibanco e correios, são queixas comuns da população portuguesa em São Teotónio. A procura destes serviços aumentou e, no caso dos estabelecimentos comerciais, isso até fomentou a circulação de capital - no entanto, a qualidade dos serviços piorou e, como resultado, continua a deixar a população insatisfeita. O ideal seria que, ao aumentar a procura de serviços, a oferta também aumentasse, atendendo às necessidades da população. No entanto, isto não tem acontecido: nem no caso dos sectores privados, nem no caso dos serviços públicos.

Os serviços privados estão entregues à gestão de particulares que seguem, também, o princípio da acumulação de capital e a lei da oferta e da procura. Os investimentos em novas infra-estruturas ou recursos humanos não dependem apenas da necessidade de melhorar a qualidade dos serviços, dependem sobretudo do lucro que isso poderá - ou não - trazer.

No caso dos serviços públicos, há vários que falham - para além da segurança social, ou da falta de médicos de família para toda a população, que são também queixas recorrentes noutras zonas urbanas em Portugal -, a recolha do lixo ou a baixa pressão da água são problemas comuns:

“A recolha de lixo não estava preparada para tanto lixo; a pressão da água já era baixa, agora ainda mais baixa é. Há descontentamento social, as pessoas ficam chateadas por isso: todos criticam a junta, mas ninguém critica o vizinho que arrendou a casa ao lado a 50 pessoas!” (Dário Guerreiro, Presidente da JF)

De acordo com Marcel, gestor de uma empresa agrícola de alta tecnologia, a falta de investimentos públicos na região é um dos principais motivos para o descontentamento da população:

“O governo nacional não acompanhou este crescimento: temos mais centenas de empresas, mas os serviços são os mesmos, os edifícios são os mesmos. Não se pode querer crescimento económico e não o acompanhar. A minha crítica não é para a Câmara Municipal, porque isto exige instrumentos do governo

nacional. (...) Percebo que as pessoas olhem negativamente para empresas e para eles, para os indianos.”  
(Marcel)

Diferentes setores da população acusam diferentes entidades por esta falta de investimentos. José, gestor de uma empresa produtora de frutos vermelhos, e Carlos Graça, da Autoridade para as Condições de Trabalho, assim como Dário Guerreiro, Presidente da JF, referem que os senhorios são responsáveis por estes problemas, uma vez que são os culpados por permitirem que tantas pessoas possam residir nas habitações em São Teotónio. Alguma população culpabiliza a junta de freguesia e a autarquia, por não demonstrarem um esforço suficiente para resolver a situação. No entanto, o principal “culpado” pela falta de investimentos públicos, em todas as entrevistas e conversas, é o governo central - que é a única entidade que pode realmente investir em novas infra-estruturas no concelho de Odemira.

De acordo com o Presidente da Junta de Freguesia, uma das grandes dificuldades no seu trabalho é conseguir gerir o baixo orçamento que a freguesia recebe. Agrava-se o facto de, até 2021, a população contabilizada para a freguesia de São Teotónio – que tem implicações no orçamento anual que recebe do Estado –, ser aquela que foi contada nos censos de 2001. Ainda que, em 2021, este número tenha sido atualizado, é expectável que o número de pessoas a residir em São Teotónio seja muito inferior àquele que foi contabilizado nestes censos: quer pela sazonalidade de muitos trabalhadores, quer por muitos não se terem registado. Assim, a junta de freguesia recebe um orçamento para um número de população que é inferior à realidade. Assim, por parte da Junta de Freguesia de São Teotónio e da Câmara Municipal de Odemira, parece ser difícil o investimento em políticas públicas que possam ajudar a resolver as queixas da população. Apesar das condições sensíveis da vida em São Teotónio, Dário Guerreiro explica que não podem ser feitas exceções à lei, e o orçamento que tem não pode ser aumentado, apesar de sabermos que a população que reside em São Teotónio é superior àquela que está contabilizada. Está nas mãos do governo central os investimentos na região. No entanto, como Marcel questiona:

“Deves perguntar-te: Porque é que a política local não acompanha este crescimento? A política é difícil. [...] Isto é falta de vontade. [...] Há exemplos, tantos exemplos, do que se pode fazer! Em Sines, o governo acompanhou o desenvolvimento. Mas aqui não.” (Marcel, gestor de uma empresa agrícola de alta tecnologia)

Por algum motivo, há um afastamento do governo central da situação em São Teotónio e no Sudoeste Alentejano, apesar dos contributos que a economia da região traz para a balança económica do país. Este afastamento não se demonstra apenas na falta de investimentos económicos, mas também nas políticas tomadas nos últimos anos. Na nossa entrevista, o Presidente da JF queixou-se:

“Pelo menos desde 2017, em todas as reuniões fiz um discurso com o retrato real, com os problemas todos: a falta de habitação condigna, a falta de serviços e habitação para toda a população... Escrevi uma carta para o Primeiro-Ministro, onde fiz um retrato de tudo. Foi sempre ignorado, porque nunca houve a necessidade de olhar e resolver isto. (...) Só rebentou pelo covid e pela presidência da UE, porque quando isto rebentou, estavam todos em Portugal a olhar para isto. Só por isso é que rebentou.” (Dário Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio)

A centralização do poder num governo nacional, que está distante da realidade local de São Teotónio, tem efeitos nas medidas políticas e económicas que têm sido tomadas para a região. A falta de investimentos públicos e o não-acompanhamento do crescimento económico na região, como refere Marcel, causa a insatisfação da população. Apesar da produção agrícola da região gerar muito dinheiro, este não parece estar a ser retornado: as mais-valias e impostos são recolhidos, mas não são distribuídos.

#### **4.8 - E o futuro de São Teotónio? Covid-19, Crises e Monopólio Económico dos Frutos Vermelhos**

O debate em torno do *Capitaloceno* tem início com as alterações climáticas e com as crises ambientais que o sistema capitalista tem vindo a causar - e para as quais não está a ser capaz de responder (Moore 2016). Da mesma forma, outras crises e catástrofes podem afetar a realidade e o funcionamento do sistema social, que pode não estar preparado para as suportar. Estas crises podem ser resultado de *black swan events* (Taleb 2007) - eventos que não são expectáveis, mas que são possíveis e podem causar desordem e caos na vida social (por exemplo, as duas guerras mundiais; ou os atentados do 11 de setembro de 2001) -, ou de crises do próprio sistema capitalista. Marx (1887) explicava que o capitalismo resulta obrigatoriamente em oscilações económicas, e que crises cíclicas têm que acontecer para o sistema continuar a funcionar, como temos visto a acontecer já desde 1929 e até à Crise Financeira de 2008. Pela interdependência económica global, estas crises têm efeitos internacionais, muito para além do país ou da empresa onde começaram. Para além do risco sistémico de uma crise económica, ou dos possíveis efeitos de cisnes negros, outros acontecimentos mais prováveis podem alterar o funcionamento do mercado global ou do sistema internacional: pandemias; desastres naturais; guerras; acidentes nucleares, etc. Mas como é que estes acontecimentos podem impactar a vida em São Teotónio?

Se, por um lado, os investimentos agrícolas na região reacenderam outros sectores económicos, de certa forma, também os monopolizaram. Quando os principais clientes de determinados serviços passam a ser empresários agrícolas, passa a haver uma dependência económica deste sector. Assim, quando pensamos que, por exemplo, a procura nos supermercados aumentou devido à imigração e ao aumento da população; ou que os escritórios de advogados e contabilidade passaram a ter mais clientes; ou as lojas de eletrodomésticos, mecânicos, oficinas, entre outros, passaram a vender mais produtos; e os restaurantes passam a ter mais clientes, isso deverá ter resultado em mais possibilidades de trabalho e de receitas nos serviços em São Teotónio. No entanto, se todos estes serviços passam a depender das receitas da agricultura, então dependem de um único sector - que, em caso de colapso, afeta toda a economia de São Teotónio. O monopólio económico dos frutos vermelhos em São Teotónio tem duas grandes consequências. Por um lado, há pouca possibilidade da população se mobilizar contra a agricultura intensiva na região, uma vez que passa a estar economicamente dependente deste sector. Durante a recolha etnográfica, ouvi algumas histórias de escritórios, lojas e restaurantes que, por se

terem posicionado contra os investimentos agrícolas, perderam alguns clientes importantes. Ou, por outro lado, pessoas que referiram não querer tomar uma posição, porque vivem de rendimentos que vêm da agricultura. Isso pode explicar porque é que, apesar de ser perceptível o descontentamento da população, não há uma grande mobilização social contra a agricultura intensiva em São Teotónio. Por outro lado, se algum acontecimento cria constrangimentos ao mercado de exportação dos frutos vermelhos do Sudoeste Alentejano, não é apenas este mercado que sofre as consequências dessa crise: são todos os serviços que, de uma maneira ou outra, passaram a ter uma grande parte das suas receitas associadas às empresas agrícolas ou ao aumento da população. Foi o que acabou por acontecer durante o surto de covid-19 em abril e maio de 2021.

Uma vez que a recolha de dados para esta dissertação começou imediatamente depois de ter aberto o cordão sanitário imposto em abril de 2021, permitindo novamente a entrada e a saída de pessoas na Freguesia de São Teotónio, foi impossível ignorar o surto de covid-19 entre os trabalhadores agrícolas imigrantes e as consequências que este trouxe para a população. O segundo confinamento obrigatório devido à pandemia por covid-19 em Portugal começou em janeiro de 2021, e as primeiras fases de reabertura do país começaram em março de 2021. No entanto, foi nesta altura que os casos de covid-19 começaram a aumentar no concelho de Odemira, que se manteve com várias medidas de controlo da pandemia até junho de 2021. Entre março e abril, começa um dos picos anuais da apanha de framboesas e, por isso, a elevada circulação de população e a chegada de novos trabalhadores foram contextos ideais para dar origem ao aumento de casos de infeção por covid-19. A maioria destes casos foram associados à população imigrante, devido à sobrelotação das casas e à falta de condições de higiene nos seus locais de trabalho, ambas associadas ao *cheap labour* do sistema capitalista. A incidência tornou-se extremamente elevada, com a agravante que o cálculo por cem mil habitantes era feito com o número de habitantes contados no concelho de Odemira em 2011 – 26 066, em vez dos 29 523 contados em 2021 (INE 2021), ainda que os casos estivessem associados a população que nem estava registada em Portugal. O cordão sanitário foi decretado no final do mês de abril, e foi reaberto no dia 11 de maio de 2021. No entanto, as medidas de contingência mantiveram-se, pelo menos, durante mais um mês. Durante este tempo, havia um receio da população sobre como seria o verão, época alta para o setor turístico. Com o cordão sanitário e as medidas de contingência em São Teotónio e no Almogrove, a economia estagnou durante mais tempo do que no resto do país. Lojas, restauração e comércios fecharam, e o turismo, que começa a receber clientes a partir de maio, teve um início de época complicado. De acordo com Vítor, sobre os impactos da pandemia no seu negócio turístico:

“Isto tudo afetou... Tivemos a cerca sanitária, muitos cancelamentos, principalmente durante maio e junho, que são meses bons, e são os meses que fazem a diferença... Foi bastante afetado. (...) É muito difícil afirmar categoricamente, mas isto afetou, porque as pessoas ligam e perguntam como estão as coisas, antes de virem para aqui...” (Vítor, Gestor de um Turismo Rural)

Carlota referiu a mesma situação, assim como os restaurantes locais. Para estes gerentes, felizmente, a situação começou a ser esquecida a partir de finais de junho, e a época alta – julho e agosto – já foi

passada com alguma normalidade. Entretanto, não foi só o sector turístico que sofreu com esta crise. Nikesh também se queixou de não ter aberto o escritório de transferência de capitais durante algumas semanas; e o setor agrícola, ainda que aberto durante mais tempo do que todos os outros setores económicos, perdeu algumas toneladas de fruta durante o cordão sanitário, uma vez que não foi possível os trabalhadores atravessarem o cordão sanitário para irem apanhar a fruta. De acordo com José:

“Para nós, foi muito mau... Pôr o cordão numa zona agrícola... Para nós não foi péssimo, porque estávamos dentro do cordão. Para outros, deixou de se poder passar. Depois, começaram a deixar passar só os gerentes, mas a fruta tinha que ser apanhada... Depois, com o teste já se podia entrar... Quando o cordão acabou, começaram os problemas! Foram umas trinta ou quarenta toneladas perdidas, foram milhões de euros com elas. O efeito que isto tem... É que os trabalhadores não podiam passar, então não podiam trabalhar. Se não trabalhavam, não ganhavam. Então foram embora, para outras zonas de Portugal, para poderem trabalhar e ganhar dinheiro. Quando o cordão acabou, tinham fruta para apanhar mas não tinham pessoas, e desperdiçou-se muita fruta.” (José, gestor de uma empresa produtora de frutos vermelhos)

Mas não foram apenas os gerentes quem sofreu com o surto de covid-19. Todos os trabalhadores que não puderam passar para as empresas em que trabalhavam, por residirem noutras freguesias (por exemplo, que trabalhassem em empresas na freguesia de São Teotónio, mas residissem na Boavista dos Pinheiros), não tiveram trabalho nessas semanas. O mesmo se passou com trabalhadores que, por terem estado em contacto com pessoas infetadas – com quem viviam ou com quem trabalhavam – ou por estarem infetados, não conseguiram ir trabalhar. Abhjit queixou-se que teve de ficar confinado durante catorze dias, dos quais não recebeu todo o seu salário. Uma vez que ele é a única fonte de rendimento da família, o que receberam naquele mês não foi capaz de suportar todas as despesas, e tiveram de pedir dinheiro à família que está no Nepal.

Como mencionou José, a falta de trabalho durante esses dias em São Teotónio e no Almogrove levou a que muitos trabalhadores sazonais fossem embora mais cedo, procurando trabalho noutras zonas agrícolas do país. Quando o cordão terminou, não havia trabalhadores suficientes para o trabalho existente. Ao mesmo tempo, os voos vindos da Índia e do Nepal estavam bloqueados, pelo que novos trabalhadores – ou aqueles que antes da época da apanha de fruta tivessem ido passar férias aos seus países de origem – não conseguiram regressar a Portugal e/ou a São Teotónio. O valor do trabalho aumentou ligeiramente, disse-me Nuno, o que satisfez os trabalhadores que ficaram. Por haver menos trabalhadores, as empresas foram obrigadas a aumentar os salários:

“Houve uma série de fatores que fez com que este ano haja uma grande falta de mão-de-obra. Para eles é bom... Para os que ficam a trabalhar é bom, porque é evidente que começa a haver mais concorrência, e os produtores têm que pagar mais...” (Nuno, Representante de uma Empresa de Prestação de Serviços)

Afinal, foi uma crise económica para todos, que alguns sentiram – e ainda sentem – de forma mais intensa do que outros. No entanto, de acordo com Carlos Graça, da ACT, esta crise teve o aspeto positivo de ter alertado os decisores políticos para a situação em Odemira, tendo resultado em medidas mais restritivas em relação às condições laborais e de habitação dos trabalhadores agrícolas na região. É

importante referir também que a economia não foi a única dimensão afetada pelo surto de covid-19. Durante o cordão sanitário e nos meses que se seguiram, senti desmoralização por parte de alguns habitantes da Freguesia de São Teotónio, para quem não foi fácil ver a sua vila como notícia em quase todos os telejornais, pelos piores motivos. Se, pouco antes, São Teotónio não era uma vila conhecida no país, passou a ser reconhecida pela exploração laboral, crises ambientais e falta de políticas públicas. Isto afetou o ego da população e, nas redes sociais, durante o cordão sanitário, foram dezenas as publicações escritas e partilhadas sobre o sucedido, que refletiam a tristeza ou a irritação da população local. Quando o cordão sanitário terminou, e os meses de junho, julho e agosto voltaram a trazer turistas à região, que ajudaram a recuperar a economia, a crise foi quase esquecida, e pouco impacto teve nas políticas no Sudoeste Alentejano.

Ainda que a crise pandémica pareça ter sido ultrapassada, outros acontecimentos podem afetar o funcionamento e a economia da Freguesia de São Teotónio. Crises económicas são passíveis de acontecer e de causar grandes prejuízos. São Teotónio vive ainda sobre o fantasma de Thierry Roussel, como constatou Dário Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia: “Também há o receio que estas empresas possam falir, como a Odefruta”. Se há um grande monopólio económico em torno deste sector, uma crise pode causar prejuízos a várias entidades e grupos da população. E se quase toda a produção é a de frutos vermelhos, esta está dependente, por um lado, do seu consumo nos países para onde exporta; e, por outro, do mercado de produção. Fazer de Odemira a maior exportadora de frutos vermelhos da Europa não depende apenas das condições do Sudoeste Alentejano, depende também das condições de outros países que podem, ou não, conseguir produzir a um custo mais barato. Por exemplo, Nuno revelou que, em Marrocos, estão a começar a produzir framboesas a um preço muito inferior ao português. Até agora, o clima do Sudoeste Alentejano continua a ser preferível para esta produção - no entanto, caso outro país consiga produzir frutos vermelhos a um custo inferior, pode ser uma ameaça para o negócio português. Da mesma forma, se a procura de frutos vermelhos para consumo decresce na Europa, isto também pode afetar o mercado, causando impactos no Sudoeste Alentejano.

A instabilidade do mercado não é o único receio em relação a este sector. Na verdade, o principal perigo neste momento é a falta de água. Em novembro de 2021, a Barragem de Santa Clara tinha valores abaixo do que seria expectável para a altura do ano: 42%. Em 2022, a seca tem sido um problema a nível regional, sentido também nesta região. Como é evidente, a água é um recurso necessário para manter a produção agrícola - não só a de frutos vermelhos, mas também a de outras produções. A falta de água não se deve apenas à falta de chuva em Portugal. Há vários motivos para os níveis de água da Barragem estarem abaixo do que os valores médios, de acordo com todas as versões que ouvi. Segundo Nuno e José, a própria construção do perímetro deixa a água ser desperdiçada para o mar. Nuno acrescentou também que, ao contrário do Perímetro do Alqueva, o Perímetro de Rega do Mira é em canais abertos, o que permite a evaporação da água. Mas a principal acusação para a falta de água em Santa Clara é a utilização excessiva deste recurso, acima das possibilidades, na produção de frutos

vermelhos. Em várias das minhas entrevistas os interlocutores demonstraram receio em relação ao futuro, devido à falta de água:

“Logicamente, o futuro do turismo aqui está dependente do futuro do concelho. O problema da água, por exemplo... Eles consomem demasiada água para aquilo que temos. A triplicar a área de agricultura, como está previsto na zona, significa uma situação de calamidade na nossa vida. Se isto triplicar, vai triplicar o número de trabalhadores, o uso da água... Às vezes peço que não chova, para irem uns ao ar...” (Vítor, gerente de um turismo rural)

“A água é um grande risco. A longo prazo, acho que a agricultura vai estagnar, por falta de água”. (Dário Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio)

“Acho que a lei deve dizer, se a água está escassa, temos que decidir o que fazer com a água. Faz falta uma política que seja controlada... Mas politicamente, ninguém quer falar neste assunto.” (Marcel, Gestor de uma Empresa Agrícola de Alta Tecnologia)

“Nós, neste momento, temos a quinta toda a produzir em gota a gota, ou seja... A ABMira propôs que o consumo não ultrapassasse os 3500 metros cúbicos de água por hectare. A ASF é capaz de produzir com 3500 metros cúbicos de água. Agora, se essa taxa for reduzida, se reduzirem essa taxa, vamos ter que abandonar áreas.” (Cláudio, gestor de uma empresa produtora de batata doce)

A falta de água e a instabilidade do mercado internacional dos frutos vermelhos são, atualmente, os principais riscos para este sector em São Teotónio. As consequências de um monopólio económico, e de uma economia local que se sustenta numa única produção, são que, em caso de crise, o sector dos frutos vermelhos não será o único a sofrer no Sudoeste Alentejano.

Na freguesia de São Teotónio, surge ainda o sector turístico que, não tendo rendimentos a partir da produção de frutos vermelhos, tem sido apontado como a principal alternativa que pode gerar riqueza – de forma supostamente sustentável – na região. No entanto, há um conflito de discursos em torno da coexistência de turismo e agricultura intensiva em Odemira. Vítor, por exemplo, afirma:

“Na parte turística, é visível o desagrado das pessoas que nos visitam, quer pela plastificação da paisagem, quer pela questão social... Não é por racismo, mas por outros hábitos culturais. Isto parece que estamos no terceiro mundo, deixa de ser turismo de qualidade. [...] O ambiente aqui deixa de ser o que as pessoas querem encontrar, deixa de ser o Alentejo autêntico, é um ambiente corrompido... [...] Logicamente, o futuro do turismo aqui está dependente do futuro do concelho.” (Vítor, Gestor de um turismo rural)

Já José, gerente de uma empresa agrícola, argumenta que:

“Não podem vir os ambientalistas dizer que isto é um parque, o perímetro de rega foi construído para atrair agricultura. Foi construído o perímetro e só depois é que foi montado o parque, claro que há dificuldades de coexistência [...]. Claro que pôr estufas junto às arribas é demasiado. Temos de saber coexistir [...]. Mas não podemos viver todos das vistas, também há que produzir para alimentar, e tem que se cultivar nalgum lado. Precisamos de alimentar as pessoas”.

E Dário Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia, coloca-se ao centro:

“As atividades vão ter que encontrar um equilíbrio. Há muita gente a viver do turismo e há muita gente a viver da agricultura. Se encontrarmos um equilíbrio entre todos os sectores, vai correr tudo bem. Desde

que a agricultura não exploda, vamos manter o desenvolvimento, melhorar os serviços e a habitação, acho que isso vai melhorar as coisas”.

É difícil concluir se, neste momento, a agricultura está ou não a criar quebras no turismo. Durante o cordão sanitário, podemos dizer que, indiretamente, criou problemas. Neste momento, seria necessário um estudo mais aprofundado para perceber o conflito entre estes dois sectores económicos. O que é visível, à partida, é algum desagrado dos turistas que procuram a Natureza do Sudoeste Alentejano e que, na freguesia de São Teotónio, acabam por encontrar paisagens plastificadas.

Não é possível prevermos o futuro do Sudoeste Alentejano: no entanto, conseguimos pensar nos riscos que traz um monopólio económico. Ainda que qualquer economia possa enfrentar situações de crise, o impacto que estas situações podem ter dependem de muitos fatores. No caso de São Teotónio, para além de estar iminente o perigo de uma seca, o mercado quase-único dos frutos vermelhos - que está a empurrar outras economias para fora da freguesia -, cria uma dependência de muitos outros sectores, que sofrerão as consequências de qualquer crise.

## REFLEXÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, procurei enquadrar o estudo de caso da Freguesia de São Teotónio no âmbito do *Capitaloceno*. Este enquadramento fez-me sentido pela separação entre a esfera económica e a esfera social dos impactos dos investimentos na agricultura intensiva na região do Sudoeste Alentejano. Estes investimentos trouxeram, de forma acelerada, grandes alterações a São Teotónio. Por um lado, a larga produção e a exportação de frutos vermelhos trouxeram ganhos económicos, quer para a balança económica do país, como para vários grupos da população São Teotoniense, que viu outros setores económicos a serem fomentados pelo aumento da procura. Por outro lado, a imigração e o súbito crescimento da população tiveram um impacto negativo na qualidade de vida da população: a oferta de serviços não respondeu a este aumento; assim como a oferta de habitação; e o choque cultural entre portugueses e imigrantes criou um ambiente de tensão na vida social da freguesia. As alterações na paisagem social e natural da região acabaram por causar o descontentamento da maioria dos seus residentes, por diferentes razões, apesar dos lucros deste setor económico.

Pensar neste descontentamento é quase como pensar se a vida em São Teotónio deixa de ser passível. Enquanto a população portuguesa se sente desconfortável com a partilha dos espaços públicos com população imigrante, com referências culturais aparentemente tão diferentes, e os mais jovens são obrigados a deslocar-se para zonas distantes da freguesia devido à falta de habitação e ao preço das rendas; a maioria dos trabalhadores imigrantes não tencionam ficar permanentemente a residir na freguesia. Apesar das melhorias no sector económico, a população distancia-se da vida em São Teotónio, sobretudo da vila central. E, enquanto a vida ainda é passível - mesmo que nem sempre satisfatória -, corre ainda assim o risco de haver uma crise, como aquela que aconteceu pelo surto de covid-19 em 2021. Apesar da crise pandémica ter ficado no passado, outros acontecimentos podem ter um impacto na vida e na economia de São Teotónio. Uma grande dependência de um único sector económico aumenta ainda mais esse perigo. E, sendo a falta de água para a produção agrícola o maior risco neste momento, regressamos às alterações climáticas e ao nosso ponto de partida: o capitaloceno.

Há um motivo para integrar este estudo de caso num debate teórico tão amplo. Odemira está longe de ser um caso isolado na sua situação económica e social. Na verdade, é um caso que espelha o sistema capitalista global, e seus princípios de acumulação de capital e necessidade de recursos (mão-de-obra, matéria-prima, energia, comida e materiais) baratos. A decisão de continuar a investir na produção de monoculturas intensivas, que colocam em risco a sustentabilidade social e ambiental das regiões, é transversal a outros lugares do país e da Europa, como constatámos no subcapítulo (1.3). Em todos estes casos, o sistema capitalista e a necessidade estrutural de manter o crescimento económico moldaram as relações sociais e económicas. No entanto, como refere Harvey (2016), o crescimento infinito é uma contradição perigosa do capitalismo - e, neste momento, tanto o futuro de São Teotónio, como o futuro destas regiões, parece inseguro e incerto. Com a aceleração das alterações climáticas, faz cada vez mais sentido pensar na sua origem, tal como Moore (2015) apela. Observando o caso da Freguesia de São

Teotónio, percebemos que as decisões são tomadas em torno do capital, e que as suas consequências são resultado de um sistema estrutural global.

Por outro lado, manteve-se a importância de encontrar um paralelismo deste estudo com um dos mais conhecidos trabalhos da etnografia portuguesa. Encontramos hoje muitas diferenças entre o estudo de José Cutileiro, numa vila no interior do Alentejo, nos anos sessenta, e aquilo que é hoje São Teotónio. As condições de vida não são as mesmas, para todas as classes económicas, e os níveis de educação são bastante mais elevados. Outros setores económicos, para além da agricultura, têm importância na freguesia. Há mais latifundiários do que haveria nos anos sessenta, e a classe média - hoje representada por profissionais liberais, como professores ou advogados, e por donos de pequenos negócios - é maior e tem uma presença mais forte na sociedade. No entanto, continuamos a encontrar a dicotomia entre os ricos e os pobres que aqui residem. Os “ricos”, que não só detêm as terras e as empresas - as agrícolas, e as turísticas -, como também decidem o futuro da vida em São Teotónio, em cada investimento ou escolha que fazem para os seus negócios; e os “pobres” - não só os imigrantes que vêm trabalhar na agricultura durante alguns anos, esperando que essa seja uma porta de saída para mais tarde ascender economicamente, como os portugueses que, de uma forma mais direta ou indireta, trabalham para os negócios ligados à agricultura, dependendo dela para sobreviver. Estes “pobres” - os que não detêm as terras agrícolas - não têm grande capacidade de decisão na economia da freguesia, que está sobretudo nas mãos da produção agrícola de frutos vermelhos. Tal como na obra de Cutileiro (1977), encontramos nos ricos os *latifundiários*, que ainda hoje mantém “uma certa distância em relação ao povo da freguesia”, uma vez que a maioria não é nem do Alentejo, nem de Portugal, e vieram apenas para investir - sendo de certa forma também eles temporários -, e os *proprietários*, residentes na vila, e que “mantém um contacto constante com a população”. Neste caso, os prioritários são os habitantes locais que detêm terras ou capital económico, que utilizam para também investir na produção agrícola da região. A grande diferença dos anos setenta para hoje está na distinção entre os pobres: tanto encontramos os trabalhadores agrícolas, quase todos imigrantes - e temporários, como os *latifundiários* -, como os portugueses que servem noutras áreas e que, ainda que não sejam o motor da agricultura, dependem muito dela para subsistir.

Na sua obra, Donna Haraway (2016) apela:

“Tell of the networks of sugar, precious metals, plantations, indigenous genocides, and slavery, with their labor innovations and relocations and recompositions of critters and things sweeping up both human and nonhuman workers”.

Nestas páginas, contámos as relações económicas, sociais e culturais em São Teotónio, e como se moldaram com os investimentos agrícolas na região. O caso desta freguesia, que foi bastante ampliado pelos canais de comunicação em Portugal nos últimos anos, não é senão um caso exemplificativo de um sistema global, que transforma os recursos e as pessoas em mercado, em busca do crescimento económico. À medida que faz cada vez mais falta a água para a produção agrícola, compreendemos também os problemas já existentes, e como fazem parte de uma estrutura difícil de repensar, pela

dependência ao próprio sistema económico. Não podemos prever o futuro - mas podemos pensar no passado e apresentar o presente, e identificar as principais dinâmicas que se passam atualmente na freguesia. Como o Capitaloceno transformou um espaço, em tão pouco tempo, e como é que a população se adaptou - ou não - a essas alterações.

Cada subcapítulo da análise de dados desta dissertação é um trabalho preliminar que pode ser desenvolvido no futuro. Sendo São Teotónio um lugar tão apelativo, pela sua dimensão, a estudos sobre migrações, economia, sustentabilidade, entre outros, esperamos que uma primeira análise panorâmica da situação possa estimular futuras investigações, focadas em mais pequenas dimensões.

## BIBLIOGRAFIA

Antonacci, J. P. (2021), “Periodizing the Capitalocene as Polemocene: Militarized Ecologies of Accumulation in the Long Sixteenth Century”, in *Journal of World-Systems Research*, vol. 27:2, pp. 438-468.

Arons, W. (2020), “Tragedies of Capitalocene”, in *Journal of Contemporary Drama in English*, vol. 8 (1), (online). Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/jcde-2020-0003/html>

Barata-Feyo, J. M. & Seixas, M. A. (1996), “Um País a Seus Pés. Enviado Especial - Parte 1”. Arquivo RTP. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/enviado-especial-parte-i/>

Barros, A. (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária. o Caso de uma Freguesia do Baixo Alentejo*. Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência.

Basok, T., Bélanger, D. & Rivas, E. (2014), “Reproducing Deportability: Migrant Agricultural Workers in South-Western Ontario”, in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 40 (9), pp. 1394-1413.

Carmo, R. M. (2007), “As desigualdades sociais nos campos: O Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX”, em *Análise Social*, vol. xi.ii (184), pp. 811-835.

Casaca, M. A. (2021), “Barragem de Santa Clara a menos de metade. Pequenos produtores sem água”, em TSF: Rádio Notícias (online). Disponível em: <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/barragem-de-santa-clara-a-menos-de-metade-pequenos-produtores-sem-agua-13825438.html>

Chakrabarty, D. (2009), “The Climate of History: Four Thesis”, in *Critical Inquiry*, vol. 35 (2), pp. 197-222.

Coelho, I. S. (2013), “Agricultura na bacia do rio Mira: o Regadio”, in Prista, P. (org.), *Atas do Colóquio Ignorância e Esquecimento*. Odemira, Município de Odemira.

Cole, J. (2007), “In pursuit of ‘green gold’: immigration and the fortunes of a Sicilian greenhouse district”, in *Journal of Modern Italian Studies*, vol. 12 (4), pp. 387-396.

Corrado, A., De Castro, C. & Perrotta, D. (2016), “Introduction: Cheap Food, Cheap labour, high profits. Agriculture and mobility in the Mediterranean”, in Corrado, A., De Castro, C., & Perrotta, D. (org.), *Migration and Agriculture: Mobility and Change in the Mediterranean Sea*. London: Routledge.

Crist, E. (2016), “On The Poverty of Our Nomenclature”, in Moore, J., *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History and the Crisis of Capitalism*. Oakland, PM Press.

Crutzen, P. J. & Stoermer, E. F. (2000), “The “Anthropocene””, in *Global Change Newsletter*, no. 41, pp. 17-18.

Cutileiro, J. (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa, Sá da Costa.

Di Chiro, G. (2017), “Welcome to the White (M)Anthropocene? A feminist-environmentalist critique”, in Sherilyn MacGregor (org.), *Routledge Handbook of Gender and Environment*. Oxon and New York, Routledge.

Dinheiro Vivo (2017), “Maravilha Farms investe 19 milhões para aumentar a produção de frutos vermelhos.”, em Diário de Notícias (online). Disponível em: <https://www.dn.pt/dinheiro/maravilha-farms-investe-19-milhoes-para-aumentar-producao-de-frutos-vermelhos-8475312.html>

Douglas, M. (1966), *Purity and Danger: Analysis of Concepts of Pollution and Taboo*. USA and Canada: Routledge.

Eichen, J. R. (2020), “Cheapness and (labor-)power: The role of early modern Brazilian sugar plantations in the racializing Capitalocene”, in *Society and Space*, vol. 38 (1), pp. 35-52.

European Institute for Gender Equality (2020), *Gender Equality Index 2020: Key findings for the EU*. Vilnius, Lithuania: European Institute for Gender Equality.

Esteves, A., Esteves, A., Amílcar, A., McGarrigle, J., Malheiros, J., Moreno, L., Fonseca, M. L., & Pereira, S. (2017), *Condições de Vida e Inserção Laboral dos Imigrantes em Portugal: Efeitos da Crise de 2007-2008*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.

Evans-Pritchard, E. E. (1940), *The Nuer: A Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People*. Oxford: Clarendon Press.

Fonseca, M. L. (2008), “New waves of immigration to small towns and rural areas in Portugal”, in *Population, Space and Place*, vol. 14, pp. 525-535.

Fonseca, M. L., Esteves, A. & Moreno, L. (2021), “Migration and reconfiguration of rural places: The accommodation of difference in Odemira, Portugal”, in *Population, Space and Place* (online). Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/psp.2445>

Gadea, E., Pedreño, A. & De Castro, C. (2016), “Producing and mobilizing vulnerable workers: the agribusiness of the region of Murcia (Spain)”, in Corrado, A., De Castro, C., & Perrotta, D. (org.), *Migration and Agriculture: Mobility and Change in the Mediterranean Sea*. London: Routledge.

Górny, A. & Kaczmarczyk, P. (2018), “A known but uncertain path: the role of foreign labour in Polish agriculture”, in *Journal of Rural Studies*, vol. 64, pp. 177-188.

Haraway, D. (2015), “Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin”, in *Environmental Humanities*, vol. 6, pp. 159-165.

Haraway, D., Ishikawa, N., Gilbert, S. F., Olwig, K., Tsing, A. L. & Bubandt, N. (2016), “Anthropologists Are Talking - About the Anthropocene”, in *Ethos*, vol. 81:3, pp. 535-564.

Haraway, D. (2016), *Staying with the Trouble: Making Kin in Chthulucene*. Durham and London: Duke University Press.

Harvey, D. (2016), *17 Contradições e o Fim do Capitalismo*. São Paulo, Boitempo.

Hedberg, C. (2021), “Entwined ruralities: Seasonality, simultaneity and precarity among transnational migrant workers in the wild berry industry”, in *Journal of Rural Studies*, vol. 88, pp. 510-517.

Hoggart, K. & Mendonza, C. (1999), “African Immigrant Workers in Spanish agriculture”, in *Sociologia Ruralis*, vol. 39 (4), pp. 538-562.

Howard, N. & Forin, R. (2019), “Migrant workers, ‘modern slavery’ and the politics of representation in Italian tomato production”, in *Economy and Society*, vol. 48 (4), pp. 579-601.

INE (2021), Resultados Provisórios do XVI Recenseamento Geral da População. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: [https://www.ine.pt/scripts/db\\_censos\\_2021.html](https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html)

INE (2021), “Estatísticas dos Preços da Habitação ao nível local - 2º trimestre de 2021”, em destaque-informação à comunicação social.

Kalantaryan, S., Scipioni, M., Natale, F. & Alessandrini, A. (2021), “Immigration and integration in rural areas and the agricultural sector: An EU perspective”, in *Journal of Rural Studies*, vol. 88, pp. 462-472.

Kasimis, C. & Papadopoulos, A. (2005), “The multifunctional role of migrants in the Greek countryside: implications for the rural economy and society”, in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 31 (1), pp. 99-127.

Kilkey, M. & Urzi, D. (2017), “Social Reproduction in Sicily’s agricultural sector: migration status and context of reception”, in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 43 (15), pp. 2573-2590.

Krauss, W. & Drackle, D. (2012), “Sustainable Development and the Economic Crisis: A Case Study From Portugal”, in Welz, G., Sperling, F. & Blum, E. M. (org.), *Negotiating environmental conflicts: local communities, global policies*. Frankfurt: Institut für Kulturanthropologie und Europäische Ethnologie, Goethe-Universität Frankfurt am Main.

Levi-Strauss, C. (1983), *O Olhar Distanciado*. Lisboa: Edições 70.

Lewis, S. & Maslin, M. (2015), “Defining the Anthropocene”, in *Nature*, vol. 519, pp. 171-180.

Malinowski, B. (1997), “Os Argonautas do Pacífico Ocidental. Introdução: objeto, método e alcance desta investigação”, in Da Silva, M. C. (org.), *Ethnologia: Trabalho de Campo*.

Martin, P. (2002), “Mexican Workers and U.S. Agriculture: The revolving door”, in *The International Migration Review*, vol. 36 (4), pp. 1124-1142.

Martins, H. & Mendes, P. (2016), *Trabalho de Campo: Envolvimento e Experiências em Antropologia*. Lisboa, Portugal: Imprensa de Ciências Sociais.

Marx, K. (1887), *Capital: A Critique of Political Economy*. Volume I. Moscovo: Progress Publishers.

McColum, D. & Findlay, A. (2018), “Oiling the Wheels? Flexible labour markets and the migration industry”, in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 44 (4), pp. 558-574.

Medland, L. (2021), “‘There is no time’: Agri-food internal migrant workers in Morocco’s tomato industry”, in *Journal of Rural Studies*, vol. 88, pp. 482-490.

Melossi, E. (2021), “‘Ghetto tomatoes’ and ‘taxi drivers’: The exploitation and control of Sub-Saharan African migrant tomato pickers in Puglia, Southern Italy”, in *Journal of Rural Studies*, vol. 88, pp. 491-499.

Mendes, P. (2008), *O Mar é que manda: Construção de Comunidade e Percepção do Ambiente no Litoral Alentejano*. Tese de Doutoramento, Lisboa, Iscte- Instituto Universitário de Lisboa.

Mendes, P. (2013), *O Mar é que manda: Construção de Comunidade e Percepção do Ambiente no Litoral Alentejano*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Menezes, I. S. & Mendes, P. (1996), *Se o Mar Deixar. Comunidade e Género numa Povoação do Litoral Alentejano*. Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Mesic, N. & Wikstrom, E. (2021), “Ruptures and acts of citizenship in the Swedish berry-picking industry”, in *Journal of Rural Studies*, vol. 88, pp. 518-526.

Moore, J. (2015), *Capitalism in the Web of Life: Ecology and Accumulation of Capital*. London/New York, Verso.

Moore, J. (2016), *Anthropocene Or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland, PM Press.

Moore, J. (2017), “The Capitalocene Part I: On the Nature & The Origins of Our Ecological Crisis”, in *The Journal of Peasant Studies* (online). Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2016.1235036>

Moore, J. (2018), “The Capitalocene Part II: accumulation by appropriation and the centrality of unpaid work/energy”, in *The Journal of Peasant Studies* (online). Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2016.1272587>

Morén-Alegret, R. & Solana, M. (2004), “Foreign Immigration in Spanish rural areas and small towns: current situation and perspectives”, in *Finisterra*, vol. 39 (77), pp. 21-38.

Morén-Alegret, R., Fatoric, S., Wladyka, D., Mas-Palacios, A. & Fonseca, M. L. (2018), “Challenges in Achieving Sustainability in Iberian rural areas and small towns: Exploring immigrant skateholders’ perceptions in Alentejo, Portugal and Empordà, Spain”, in *Journal of Rural Studies*, vol. 64, pp. 253-266.

Município de Odemira (2020), *ODEMIRA INTEGRA- Plano Municipal para a Integração de Migrantes 2020-2022*. Odemira, Município de Odemira.

Nagel, J. (2011), “Racial, Ethnic, and National Boundaries: Sexual Intersections and Symbolic Interaction”, in *Symbolic Interaction*, vol. 24:2, pp. 123-139.

Narayan, K. (1997), “How Native is a ‘Native’ Anthropologist?”, in *American Anthropologist New Series*, vol. 95 (3), pp. 671-686.

Nori, M. & Farinella, D. (2020), *Migration, Agriculture and Rural Development: IMISCOE Short Reader*. Switzerland: IMISCOE Research Series.

Palhinhas, G. (2019), *Políticas de Desenvolvimento Rural: O Impacto dos Grandes Investimentos Agrícolas no Concelho de Odemira*, Dissertação de Mestrado em Economia e Políticas Públicas, Lisboa, Iscte- Instituto Universitário de Lisboa.

Papadopoulos, A. & Fratsea, L. (2016), “Migrant labour and intensive agricultural production in Greece: the case of Manolada strawberry industry”, in Corrado, A., De Castro, C., & Perrotta, D. (org.), *Migration and Agriculture: Mobility and Change in the Mediterranean Sea*. London: Routledge.

Pereira, A. (2019), *Transborder Himalaya: Processos de Transnacionalismo nos Empresários e Trabalhadores Nepaleses em Lisboa*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.

Pereira, C., Pereira, A., Budal, A., Dahal, S., Daniel-Wrabetz, J., Meshelemiah, J., Carvalho, J., Ramos, M. J., Carmo, R. M. & Pires, R. P. (2021), “‘If you don’t migrate, you’re a nobody’: Migration recruitment networks and experiences of nepalese farm workers in Portugal”, in *Journal of Rural Studies*, vol. 88, pp. 500-509.

Perrotta, D. (2015), “Agricultural Day Laborers in Southern Italy: Forms of Mobility and Resistance”, in *South Atlantic Quarterly*, vol. 114 (1), pp. 195-203.

Plant, A., Goplen, J. & Kunstman, J. W. (2011), “Selective responses to threat: the roles of race and gender in decisions to shoot”, in *Personality & Social Psychology Bulletin*” (online). Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21566078/>

Quaresma, A. M. (2006), *Odemira Histórica*. Odemira, Município de Odemira.

Radcliffe-Brown, A. R. (1922), *The Andaman Islanders: A Study in Social Anthropology*. Cambridge, UK, Cambridge University Press.

Reigada, A. (2014), “Um olhar feminista sobre o trabalho nas cadeias agrícolas globais”, in *Contemporânea*, vol. 4 (1), pp. 19-41.

Ribeiro, O. (1991), *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa, Livraria Sá Costa Editora.

Rodrigues, E. (2021), “APA exige que Associação de Beneficiários do Mira reponha caudal ecológico do rio”, em *Sul Informação Alentejo* (online). Disponível em: <https://alentejo.sulinformacao.pt/2021/06/apa-exige-que-associacao-de-beneficiarios-do-mira-reponha-caudal-ecologico-do-rio/>

Ruccio, D. F. (2011), “Anthropocene - Or How the World Was Remade by Capitalism” (online). Disponível em: <https://anticap.wordpress.com/2011/03/04/anthropocene%E2%80%94or-how-the-world-was-remade-by-capitalism/>

Ruddiman, W. (2003), “The Anthropocenic Greenhouse Era began thousands of years ago”, in *Climate Change*, vol. 61, pp. 261-293.

Rye, J. F. & Scott, S. (2018), “International Labour Migration and Food Production in Rural Europe: A Review of Evidence”, in *Sociologia Ruralis*, vol. 58 (4), pp. 928-952.

Santinho, C. (2011), *Refugiados e Requerentes de Asilo em Portugal: Contornos Políticos no Campo da Saúde*. Tese de Doutoramento em Antropologia, especialização em Antropologia Urbana. Lisboa: Icte- Instituto Universitário de Lisboa.

Santinho, C. (2016), “Dilemas e desafios do trabalho de campo em contextos institucionais”, em Martins, H. & Mendes, P. (org.), *Trabalho de Campo: Envolvimento e Experiências em Antropologia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Sequeira, E. (2013), “Comentário”, em Prista, P. (org.), *Atas do Colóquio Ignorância e Esquecimento*. Odemira, Município de Odemira.

Soares Fernandes (s.d.), *São Teotónio Antigamente*. Odemira, Município de Odemira.

Stiglitz, J. (2017), *Globalization and Its Discontents Revisited: Anti-Globalization in the era of Trump*. UK: Penguin Books.

Subramanian, M. (2019), “Anthropocene now: influential panel votes to recognize Earth’s new epoch”, in *Nature* (online). Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-019-01641-5>

Tajfel, H., & Turner, J. (2001). “An integrative theory of intergroup conflict”, In M. A. Hogg & D. Abrams (eds.), *Intergroup relations: Essential readings*. Washing, USA: Psychology Press.

Tajfel, H., Turner, J. C., Austin, W. G., and Worchel, S. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. *Organ. Ident. Reader* 56:65.

Taleb, N. (2007). *The Black Swan: the impact of the highly improbable*. London: Penguin Books.

Teixeira, S. & Carvalho, J. (2021), Relatório Final do projeto “O impacto da imigração no setor agrícola: o caso do Alentejo” (online) . Disponível em: <https://imigalentejo.wordpress.com/2021/05/04/relatorio-final-do-projeto-o-impacto-da-imigracao-no-setor-agricola-o-caso-do-alentejo/>

Tsing, A. (2015), *The Mushroom At the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins*. Princeton e Oxford: Princeton University Press.

UN (2000), Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons Especially Women and Children, supplementing the United Nations Convention against Transnational Organized Crime. United Nations: Human Rights Office of the High Commissioner (online). Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/protocoltraffickinginpersons.aspx>

Vale de Almeida, M. (2016), em “Filme: “Antropólogos””. 1 vídeo (44:45min). Publicado pelo canal APA Associação de Antropologia. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=-\\_yASFDFG7g&t=341s](https://www.youtube.com/watch?v=-_yASFDFG7g&t=341s). Acesso: 24 de novembro de 2021.

Walker, M., Johnsen, S., Rasmussen, S. O., Popp, T., Steffensen, J.-P., Gibbard, P., Hoek, W., Lowe, J., Andrews, J., Bjorck, S., Cwynar, L. C., Hughen, K., Kershaw, P. Kromer, B., Litt, T., Lowe, D. J., Nakagawa, T., Newnham, R., and Schwander, J. (2009), “Formal definition and dating of the GSSP (Global Stratotype Section and Point) for the base of the Holocene using the Greenland NGRIP ice core, and selected auxiliary records”, in *J. Quaternary Sci.*, vol. 24, pp. 3–17.

Zahniser, S., Taylor, J. E., Hertz, T., Charlton, D. (2018), *Farm Markets in the United States and Mexico pose Challenges for U.S. Agriculture*. Estados Unidos da América: U.S. Department of Agriculture, Economic Research Service.

Zalasiewicz, J., Waters, C. N., Summerhayes, C. P., Wolfe, A. P., Barnosky, A. D., Cearreta, A., Crutzen, P., Elish, E., Fairchild, I., Galuzka, A., Haff, P., Hadjas, I., Head, M. J., Ivar do Sul, J. A., Jeandel, C., Leinfelder, R., McNeill, J., Neal, C., Odada, E., Oreskes, N., Steffen, W., Syvitski, J., Vidas, D., Wagreich, M., Williams, M. (2017), “The Working Group on the Anthropocene: Summary of Evidence and Interim Recommendations”, in *Anthropocene*, vol. 19, pp. 55-60.

Zalasiewicz, J., Waters, C. N., Williams, M. & Summerhayes, C. P. (2019), *The Anthropocene as a Geological Time Unit*. Cambridge, Cambridge University Press.

## **ANEXOS**

ANEXO A  
**Lista de Entrevistas Semiestruturadas**

<b>n.</b>	<b>Nome (anonimizado)</b>	<b>País de Origem</b>	<b>Trabalho</b>
1	Nuno	Portugal	Representante de uma Empresa de Prestação de Serviços Agrícolas
2	Ankit e Nikita	Nepal	Gestor de uma empresa de prestação de serviços, e esposa (desempregada)
3	Dário Guerreiro	Portugal	Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio
4	Nikesh	Nepal	Trabalhador numa empresa de transferência de capitais
5	Kamal	Nepal	Trabalhador numa empresa de prestação de serviços
6	José	Portugal	Gestor de uma empresa agrícola produtora de frutos vermelhos
7	Rafael*	Portugal	Gestor de uma empresa agrícola produtora de batata doce
8	Marcel*	Países Baixos	Gestor de uma empresa agrícola de alta tecnologia
9	Vítor	Portugal	Gestor de um turismo rural
10	Lucky	Paquistão	Trabalhador numa empresa de distribuição de frutos vermelhos
11	Kristian	Bulgária	Trabalhador num supermercado
12	Abhjit e Rita	Nepal	Trabalhador agrícola e Desempregada
13	Mahí	Índia	Trabalhador agrícola com part-time em restauração
14	Rui Barbosa	Portugal	Trabalhador numa empresa de comunicação
15	Carlota	Portugal	Gestora de um alojamento local
16	Carlos Graça*	Portugal	Responsável pela Autoridade das Condições de Trabalho no Litoral Alentejano

\*Contactado através de e-mail institucional

## ANEXO B

### Seleção de citações de Entrevistas/Trabalho de Campo (por Tema)

#### **B.1- Capitaloceno: Produção de Frutos Vermelhos e Acumulação de Capital**

Dário Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia:

“Em termos económicos, a agricultura tem sido benéfica para a região, porque traz bons salários para a população: não só para quem trabalha na apanha da fruta, mas também para quem trabalha nos quadros (engenheiros, contabilidade, etc.), que recebe bons salários.”

“A agricultura ajuda à economia circular, porque apoia uma série de sectores económicos: as empresas que instalam os sistemas de rega; o sector dos fitofármacos [...]; empresas simples que fazem, por exemplo, vedações; empresas que vendem máquinas agrícolas; a construção civil [...]; vendedores de eletrodomésticos [...], a Galp e a CEPSA, que vendem gasolina para os transportes; vendedores de mobília, ...”

José, Gestor de uma Empresa Produtora de Frutos Vermelhos:

“O meu sócio tomou conhecimento dos negócios das framboesas por aqui, e desafiou-me.”

“E pensarmos que estão aqui 4-5 mil pessoas, se cada uma delas deixar 100 euros aqui, são 400-500 mil euros por mês. Quer dizer que elas deixam milhares de euros para casas aqui. Vejo pessoas que se queixam que não querem migrantes aqui, mas alugam as suas casas. E depois é... os supermercados a abarrotar... é a economia local!” (José, gestor português de uma empresa produtora de frutos vermelhos)

“Isto contribui muito para a balança do país. [...] Quando cheguei aqui, fiquei boquiaberto. Há ingleses que vêm e investem dez milhões de euros em cem hectares. Há quem diga que precisamos de uma segunda AutoEuropa, para exportarmos mais, mas isto pode ser uma AutoEuropa, isto pode exportar muito!” (José, gestor português de uma empresa produtora de frutos vermelhos)

Sem Nome, Trabalhador Agrícola Português:

“Eles dizem que querem fazer disto a maior exportadora de frutos vermelhos da Europa.”

Carlota, Gestora de um Alojamento Local:

“É um mal necessário... É mau, mas a qualidade de vida tem de diminuir para a economia melhorar...”

Sem nome, Jovem Português (situação de desemprego):

“Há quem se queixe disto tudo, mas não percebe que isto dá dinheiro.”

## **B.2- Capitaloceno: Decisões de Vida Suportadas pelo Capital**

Ankit, Gestor de uma Empresa de Prestação de Serviços:

“O objetivo do imigrante é: primeiro, procurar o documento; depois, procurar dinheiro; e depois, procurar nacionalidade. São uns cinco anos, e depois de ter cartão de cidadão, querem sair, porque o rendimento aqui é baixo. As pessoas são simpáticas e a vida é boa, mas o rendimento é baixo e o imigrante quer ir para outros países.”

Lucky, Trabalhador Agrícola:

“Em 2 ou 3 meses vou abrir um negócio. [...] Tenho ideia de restaurante ou de uma empresa de prestação de serviços. Prefiro o restaurante, porque o restaurante dá mais dinheiro!”

“Eu estive em Itália durante cinco anos, sem documentos. Tinha um bom trabalho, numa fábrica. Mas não tinha documentos. Vim para aqui para encontrar documentos (...). Eu tinha um amigo lá, falei com ele que não tinha documentos, e ouvi dizer que Portugal estava a dar documentos.”

Mahí, Trabalhador Agrícola/Part-Time em Restauração:

“I am thinking of staying in Portugal but not as a worker, but as a businessman. But I cannot stay here, I want to go to Lisbon, Portimão or Albufeira... I like São Teotónio, but in this village I don't have enough opportunities.”

“I asked for a visa to go to England in 2014. But my friends there told me that it's hard to get documents. They told me that it's easier in Portugal [...]. The main reason that I came here were the documents.”

Nuno, Representante de uma Empresa de Prestação de Serviços:

“Conseguem visto para Malta, ou para um país qualquer, e vêm para cá porque é mais fácil legalizarem-se cá em Portugal. Nos outros países, para conseguirem visto de residência, para trabalharem legalmente, é muito complicado. E então... Em Portugal é mais fácil...”

Abhjit, Trabalhador Agrícola:

“We were in Denmark, I was working, and my wife was working and studying. We heard that there were job opportunities here and that it was easy to get the residency.”

### **B.3- Cheap Labour: Tráfico Humano e Exploração Laboral**

#### Lucky, Trabalhador Agrícola:

“Aqui há muito estrangeiro... E algumas empresas não pagam. Muitos indianos e nepaleses que abrem empresas, fazem contrato de 3 ou 4 mil euros, e fazem contrato, mas o trabalhador não trabalha lá... Eles fazem o contrato, mas não pagam bem, algumas não pagam sequer...”

“A renda é alta, e o salário é baixo. O salário são 800 euros, a casa são 400... mais a comida, não resta nada... Eu não preciso de enviar dinheiro para a minha família no Paquistão, então estou bem... Mas para quem tem de enviar dinheiro, fica muito difícil.”

#### Nikesh, Trabalhador numa Empresa de Transferência de Capitais:

“Now, the situation is good, but then, supervisors treated us badly, with bad manners... Sometimes we did not even had lunch time. Working was hard, it still is. Picking up fruit is hard. After 2018, there are more companies, there is more work, so there is more respect, otherwise the workers will go to other companies. Competitiveness is good.”

#### Sem nome, Trabalhador Agrícola Nepalês:

“I am sorry, can I say something about what you’re saying? He’s young, and he works in the office, he doesn’t know. Some people pay up to thousands of euros to come here. Write that down. [...] I don’t want to say the names of these companies, but they are like a Mafia. The people come and think they will be able to pay the loan, bring their families to Portugal, and be happy here. But they won’t”.

#### Carlos Graça, Responsável pela Autoridade para as Condições de Trabalho no Litoral Alentejano:

“Algumas das práticas [contra os trabalhadores] são degradantes. Não vale a pena estar com linguagens mansinhas, temos que os sancionar, sem rodeios”

“Desde logo, nos exames médicos e na testagem ao covid. Depois, na habitação, porque os trabalhadores vivem em condições absolutamente degradantes. (...) Os trabalhadores acabam por ser vítimas de uma série de coisas, mas acabam por aceitar. Estão pura e simplesmente a serem explorados e até escravizados”

“Como eu costumo dizer, estas empresas só existem enquanto há alguém que lhes dê trabalho. Se ninguém lhes der trabalho, elas deixam de existir. (...) Os agricultores, sem escrúpulos, contratam desta forma para ter mão-de-obra barata. Eles controlam o mercado de trabalho. Os agricultores têm que ser sancionados.”

Kamal, Trabalhador no escritório de uma Empresa de Prestação de Serviços:

“There are many companies, and many are bad... [...]” (Kamal, trabalhador nepalês numa empresa de prestação de serviços).

“My friend is working in a company here, picking up fruits. But he wants to go to Lisbon. Working in the fields is very hard. Summer is basically hell to him. He is still here, but he wants to go to Lisbon, if he can.”

Mahí, Trabalhador Agrícola/Part-Time em Restauração:

“They realize they can’t bring the family, when they see the salaries. We can’t. I gain 900 euros, it’s almost not enough for me, if I bring my mother, we are two people...” (Mahí, trabalhador agrícola indiano com part-time em restauração).

Abhjit, Trabalhador Agrícola:

“It’s very hard. People ask me how can I do it, because it’s hard even for one person. It’s not enough.”

**B.4- Estranheza Cultural: “Nós” e “Eles”**

Dário Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia:

“[...] Há muitos setores económicos que ganharam com isto. [...] A construção civil, que estava morta e reabilitou, porque parece que eles são porquinhos e sujaram as casas, e depois tem de lá ir o pintor novamente pintar [...]; vendedores de mobília, porque eles partem a mobília e o senhorio tem de comprar mais outra vez”

“Enfrentamos falta de recursos humanos, mas os imigrantes vieram substituir na restauração, na limpeza, na construção civil - aí pouca, parece que eles não trabalham em trabalhos pesados”.

“A ocupação do espaço público, por serem homens, as pessoas retraem-se”

Kamal, Trabalhador no Escritório de uma Empresa de Prestação de Serviços:

“I think people don’t like foreigners because of problems. There are many migrants that have problems with alcohol, they have conflicts, etc... But we do not communicate with the portuguese, so we do not face discrimination.”

José, Gestor de uma Empresa Produtora de Frutos Vermelhos:

“É mau dizer isto, mas eles vêm de zonas onde as casas são de areia, e onde comem no chão. Eles sujam tudo. Nós temos uma casa onde eles estavam, gastámos mais de mil euros para a limpar, e só ficaram lá uma semana! Agora estão lá, pedimos para terem mais cuidado, mas não sabemos como estão as coisas. Não é fácil... Mas temos de coexistir todos. O primeiro passo é dar condições, mas eles também são sujos...”

Rui Barbosa, trabalhador numa empresa de comunicação:

“Se eu tivesse de dizer alguma coisa sobre os migrantes, de uma forma geral, é que eles são muito tranquilos, mas... ao mesmo tempo, não é que não nos demos, mas temos culturas completamente diferentes.”

“Uma coisa cá, que um deles faça, é visto como de todos. E... quando nós olhamos para Portugal, e uma pessoa faz uma coisa má, nós não olhamos como se fossem todos. Portanto, eles nunca têm, tipo, chances aqui... Toda a gente olha para eles como temporários, não olha tipo quase como pessoas, e acho que isso é... o mais importante que eu tenho a dizer.”

“E uma [história] mais recente, que já aconteceu várias vezes, foi seguirem a Carolina. Já aconteceu umas três vezes... E isso preocupa-me um bocado.”

Carlota, Gestora de um Alojamento Local:

“São demasiados, e têm hábitos diferentes dos nossos. Deitam lixo para o chão, olham para as mulheres... [...] Ainda se fossem de uma cultura mais próxima de nós, por exemplo da Noruega, o choque era menor. Mas assim, o choque cultural é muito”

“O maior problema é a quantidade de migrantes. Sem dúvida.”

“Sabes porque é que não nos sentimos confortáveis? Por exemplo, vou contar-te uma história. Uma vez, fui à praia com uma amiga minha. Estávamos lá, e passou um grupo de indianos, e olharam para nós. Passado um pouco, passaram outra vez, e olharam outra vez. E voltaram a fazer isso. E nós sentimo-nos desconfortáveis, não podemos estar à vontade.”

Nuno, Representante de uma Empresa de Prestação de Serviços:

“Quando chegou o inverno, foram embora, deixaram-lhe a casa destruída... Como é evidente, 32 pessoas, acabaram por sujar. E depois, como é que controlas? Eu tenho aí casas... Que levam muita gente, e sei o trabalho que é com aquilo. [...] Porque eles cozinham muito à base de... De fritos, e coisas... [...] Até esta casa, estavam aqui a morar uns nepaleses comigo... Ahm... Quando eles foram embora, contratei aí uma moça para vir cá limpar, esta cozinha era uma coisa... Gordura por todo o lado!”

“O pior de tudo são, em relação às mulheres, são os paquistaneses. [...] E eles, já houve aqui problemas com os paquistaneses, porque [...] eu tive aí trabalhadores paquistaneses, em que houve problemas, porque eles receberem ordens de uma mulher... Para eles, é complicado.”

Vítor, Gestor de um Turismo Rural:

“Olha, por exemplo, o caminho para aqui, eles gostam muito de passear por ali, está sempre cheio de lixo! [...] Eu, pessoalmente, não vou muito lá abaixo. Aquilo tá tudo entregue à bicharada. Não é culpa das pessoas, eles só querem procurar uma vida melhor... O problema é a dimensão, quase que nos obriga a aculturarmo-nos a eles, porque eles são uma comunidade maior [...]”

“Perdeu-se um bocado a vida social. Agora, quando se vai ao centro, já só se encontra aquela malta...”

### **B.5- Problemas Sociais: Habitação**

Dário Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia:

“Não estávamos prontos para isto, em termos de infraestrutura e de cultura... é quase um choque, num T2 estarem 15 pessoas, isso não é aceitável.

Kamal, Trabalhador no Escritório de uma Empresa de Prestação de Serviços:

“Nothing is controlled! [...] The houses are the same in 2010 and now, but the number of people isn't the same [...]. We don't have more houses, so the prices increased 200-250eur per bed”.

“We don't have accommodation, so some people go to unhygienic places.”

Kristian, trabalhador num supermercado:

“Querem que os jovens não vão embora, mas não há habitação para eles! Fui expulso da casa que arrendava para porem lá mais pessoas e ganharem mais dinheiro. Se não tenho casa, quero ir-me embora”

Rui Barbosa, trabalhador numa empresa de comunicação:

“O que eu sinto mais na pele, mesmo que não me afete muito, é as casas... É o preço das casas aqui, está muito mau. [...] E se eu agora quisesse ter a minha casa aqui? Se eu viesse trabalhar para aqui, e não quisesse viver na casa da minha mãe? Porque toda a gente quer eventualmente sair. Como é que tu saías agora de casa da tua mãe? Não conseguias.”

José, Gestor de uma Empresa Produtora de Frutos Vermelhos:

“Fala-se horrores das habitações, aponta-se para os produtores, mas ninguém acusa quem se está a aproveitar disso, que são as pessoas que arrendam cafés e tudo o que têm, sem condições, para estas pessoas [...]. A culpa é das produtoras? Não. É de quem arrenda. O maior negócio aqui é o dos proprietários, que arrendam tudo o que é cubículos para trabalhadores! é cafés, é lojas, é tudo.”

Nuno, Representante de uma Empresa de Prestação de Serviços:

“Eu fui ver uma casa ali em Odemira. Estive a ver a casa, estava lá um construtor, ele estava a arranjar aquilo, estava a preparar para alugar... E eu vi a casa e disse, olhe, o máximo que eu posso pôr aqui são 12 a 14 pessoas. [...] Ele vira-se para mim: "Ah, eu tenho aí um indiano, que mete aqui 16 pessoas! E paga-me 1600 euros!". Eu disse "Ah, então é impossível, não vale a pena eu oferecer-lhe nada, porque tá muito longe do que eu... E dezasseis pessoas é demais, para a casa". Passado aí dois meses, encontrei-o. Disse-me que foi lá, teve um problema qualquer, pediram-lhe para ir lá... Chegou lá, estavam lá 32 pessoas. 32! Tás a ver, no espaço em que eu metia 12 pessoas, estavam lá 32...”

“Eu soube, quando apareceram estas inspeções, quando foi da cerca... Houve aí essas empresas de indianos, sabiam que tinham as pessoas em condições... Tu nem imaginas... [...] Completamente desumanas. Mas também sei de muita gente, muito proprietário, que sabiam perfeitamente o que se passava, e que fechavam os olhos, porque era muito dinheiro. Era muito dinheiro que cobravam...”

Lucky, Trabalhador Agrícola:

“Não, para [abrir] o business estou a pensar em ir para Portimão, ou para Sines. Aqui também pode ser, mas para encontrar espaço aqui é muito difícil, a renda é muito alta. Para começar, tenho dinheiro, mas depois preciso do negócio...”

“Esta coisa é muito difícil. É muito importante, mas muito difícil também. Estou há procura de casa para mim há três meses, falei com muitas pessoas, não encontrei nada. Em São Teotónio

não há muitas casas. (...) Ainda vivo com um paquistanês e um indiano. É um quarto com duas pessoas, e uma sala com uma pessoa. É bom, mas quero viver numa casa sozinho. (...) A renda é alta, e o salário é baixo.”

Mahí, Trabalhador Agrícola/Part-Time em Restauração:

“I have lived in São Teotónio and in Odemira. If the salary was higher, we could live alone... But the salary is not high. [In the house] there are two couples and me, but it’s ok, we are like a family.”

“The people of my age here are married. When they want to bring their family, they can’t, because there are no houses anymore. If I want a house, I have to move areas.”

Carlos Graça, Responsável pela ACT do Litoral Alentejano:

“Já encontrámos uma moradia de 100 e tal pessoas. Em plena pandemia, voltámos lá, ainda eram 77 pessoas. Se cada um pagar 120 euros, multiplicando por 77, é só fazer as contas e ver quanto dá... Isto tudo, sem declarar. Não há impostos, é tudo em cash, é assim.”

“O alojamento passar a ser da entidade empregadora é um passo importante, porque estas entidades têm mais responsabilidades. Para as autoridades, isso é muito importante.”

## **B.5- Problemas Sociais: Falta de Oferta nos Serviços Públicos**

Dário Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia:

“A recolha de lixo não estava preparada para tanto lixo; a pressão da água já era baixa, agora ainda mais baixa é. Há descontentamento social, as pessoas ficam chateadas por isso: todos criticam a junta, mas ninguém critica o vizinho que arrendou a casa ao lado a 50 pessoas!”

Marcel, Gestor de uma Empresa Agrícola de Alta Tecnologia:

“O governo nacional não acompanhou este crescimento: temos mais centenas de empresas, mas os serviços são os mesmos, os edifícios são os mesmos. Não se pode querer crescimento económico e não o acompanhar. A minha crítica não é para a Câmara Municipal, porque isto exige instrumentos do governo nacional. [...] Percebo que as pessoas olhem negativamente para empresas e para eles, para os indianos.”

## **B.6- Incerteza em Relação ao Futuro**

Dário Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia:

“Pelo menos desde 2017, em todas as reuniões fiz um discurso com o retrato real, com os problemas todos: a falta de habitação condigna, a falta de serviços e habitação para toda a população... Escrevi uma carta para o Primeiro-Ministro, onde fiz um retrato de tudo. Foi sempre ignorado, porque nunca houve a necessidade de olhar e resolver isto. [...] Só rebentou pelo covid e pela presidência da UE, porque quando isto rebentou, estavam todos em Portugal a olhar para isto. Só por isso é que rebentou.”

“Há espaço para tudo: para o turismo, para a agricultura, para a flora e para a fauna. Mas é preciso haver ordenamento de território, falta OT, falta trabalho articulado. Na Europa fora, há vigilantes que protegem os parques naturais... aqui, não.”

“As atividades vão ter que encontrar um equilíbrio. Há muita gente a viver do turismo e há muita gente a viver da agricultura. Se encontrarmos um equilíbrio entre todos os sectores, vai correr tudo bem. Desde que a agricultura não exploda, vamos manter o desenvolvimento, melhorar os serviços e a habitação, acho que isso vai melhorar as coisas”.

“O que me preocupa é não haver um limite de área para a agricultura; não haver fiscalização séria. As empresas fazem o que querem. Se soubéssemos o limite disto, mas não sabemos. É o medo do desconhecido. Nunca há um limite, cada governo diz uma coisa diferente...”

“A água é um grande risco. A longo prazo, acho que a agricultura vai estagnar, por falta de água”

Marcel, Gestor de uma Empresa Agrícola de Alta Tecnologia:

“Há exemplos, tantos exemplos, do que se pode fazer! Em Sines, o governo acompanhou o desenvolvimento. Mas aqui não. Eu pessoalmente não gosto de ver tudo cheio de plástico [...]. Se as entidades chegarem à conclusão que estamos a atingir o limite, então criem limites.”

“Dói ver que outras empresas usam muita água, e nós não precisamos de muita água e temos 200 pessoas a trabalhar... [...] Acho que a lei deve dizer, se a água está escassa, temos que decidir o que fazer com a água. Faz falta uma política que seja controlada... Mas politicamente, ninguém quer falar neste assunto. [...] Precisamos de reagir e ter antenas políticas.”

Capitão, Trabalhador em Restauração:

“O Dono do Restaurante Y fez um post no Facebook contra as estufas, e os donos das estufas iam para lá. Agora passaram a ir para o restaurante onde eu trabalho, vão lá jantar. Falam dos sistemas de rega e de vedações.”

Nuno, Representante de uma Empresa de Prestação de Serviços:

“Em relação aqui às áreas, eles falam em aumentar áreas... No entanto, isto tem a ver com os mercados... Porque hoje em dia já começou a haver produção, por exemplo, em Marrocos. E Marrocos produz a um preço muitíssimo inferior a nós. A grande vantagem, por exemplo, em relação à framboesa e amora e isso, é o clima aqui. [...] E haver água! Isso é fundamental.”

Vítor, Gestor de um Turismo Rural:

“Logicamente, o futuro do turismo aqui está dependente do futuro do concelho. O problema da água, por exemplo... Eles consomem demasiada água para aquilo que temos. A triplicar a área de agricultura, como está previsto na zona, significa uma situação de calamidade na nossa vida. Se isto triplicar, vai triplicar o número de trabalhadores, o uso da água... Às vezes peço que não chova, para irem uns ao ar...”

Rui Barbosa, Trabalhador numa Empresa de Comunicação:

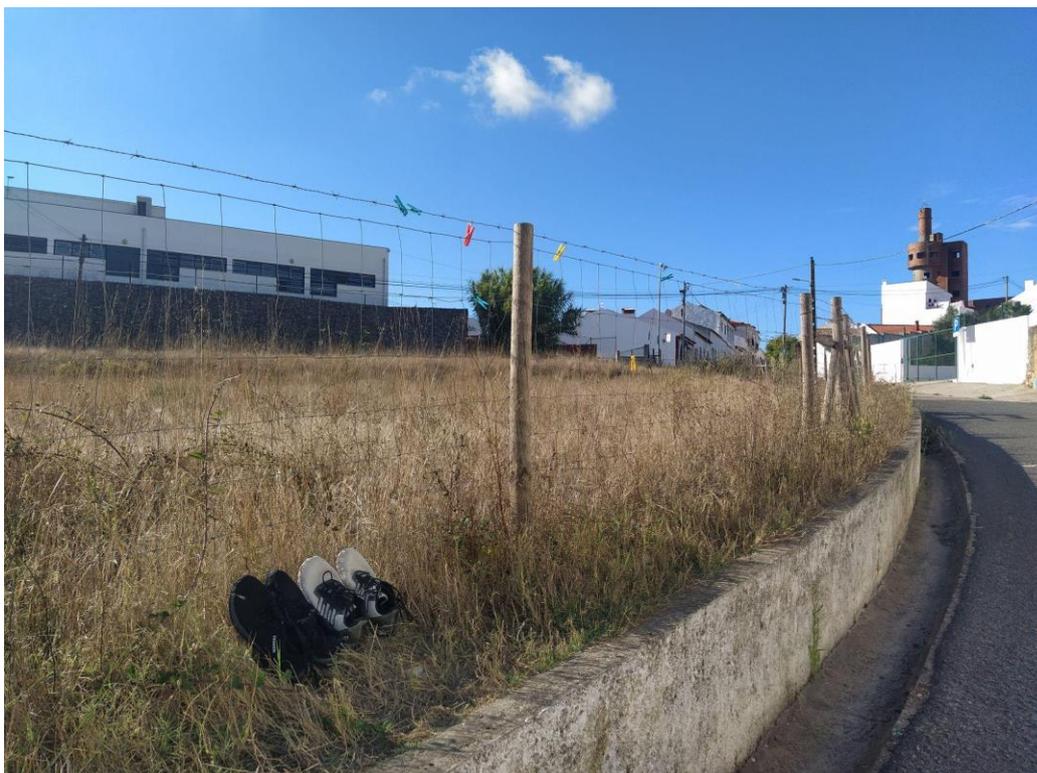
“Se isto continuar, daqui 30 anos, não vai haver portugueses. Acho. Sinceramente. (...) Agora, se isto vai continuar durante trinta anos? É possível, mas ao mesmo tempo pouco provável (...)”

ANEXO C  
**FOTOGRAFIAS DO TERRENO**  
Legendas a partir de notas de campo

**C.1- “Em São Teotónio, todos os cantos podem ser estendais - parte 1”**



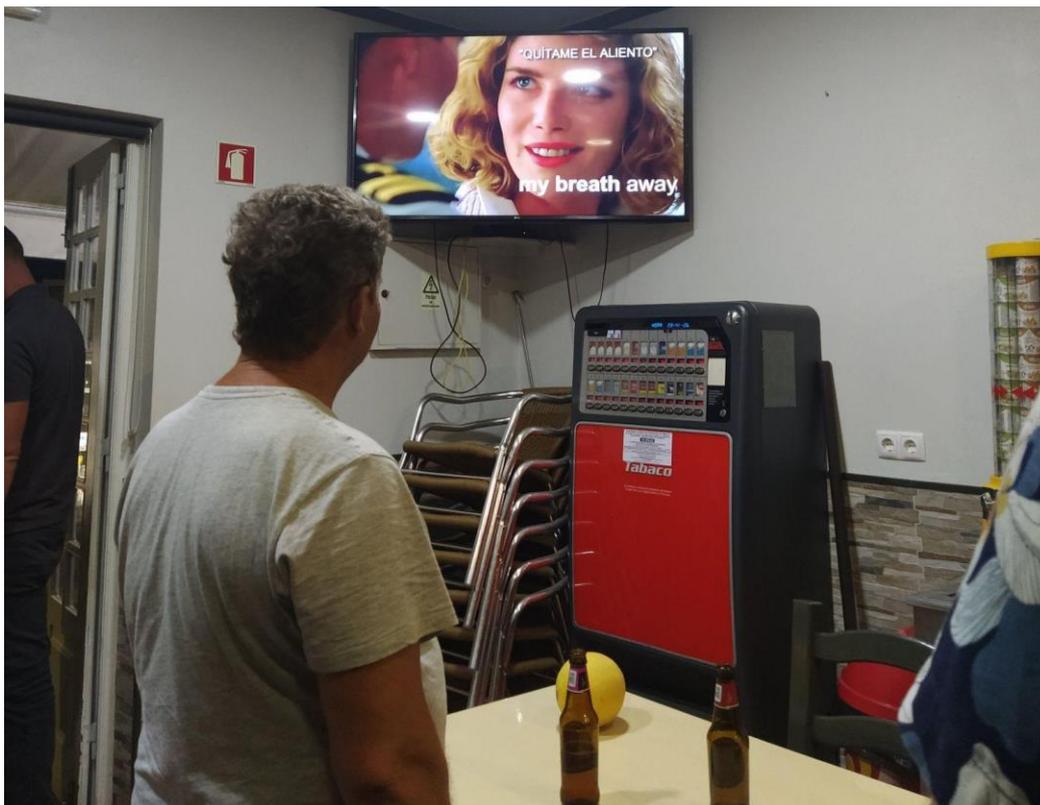
**C.2- “Em São Teotónio, todos os cantos podem ser estendais - parte 2”**



### C.3- “A Vida Social no Restaurante Himalayan - Futebol e Litrosas”



### C.4- “A Vida Social no Café Estaminé - Médias e Medronho. O Take my breath away com legendas em espanhol está a passar na televisão.”



**C.5- “O Centro de São Teotónio. Há edifícios sobrelotados, há outros abandonados, há outros, ou os mesmos, por pintar.”**



**C.6- “O Centro de São Teotónio - o edifício dos correios, abandonado, e a sede do Partido Socialista”**



### C.7- “A empresa de transferência de capitais de Nikesh”



### C.8- “Época Alta - Uma jovem tailandesa colhe as framboesas nas estufas. Não me voltou a escrever...”



**C.9- “ Époça Alta- Uma jovem ucraniana embala framboesas nos armazéns.”**



**C.10- “Os autocarros de transporte de trabalhadores estacionam em frente à Escola Básica”**



**C.11- “O Quintalão enche-se de imigrantes que falam ao telemóvel”**



**C.12- “O Luís Mira diz que os plásticos não se conseguem ver da estrada. Não é verdade.  
- parte 1”**



**C.13- “Quantos vivem em contentores, nas próprias empresas?”**



**C.14- “O Luís Mira diz que os plásticos não se conseguem ver da estrada. Não é verdade.  
- parte 2”**



**C.15- “Haverá água no próximo Verão?”**



**C.16- “Na Praia do Carvalhal, cruzam-se os dois Mundos: o turismo - o balnear e o rural -, e a herdade dos empresários angolanos, que têm avestruzes, zebras, búfalos e outros animais... nas arribas, num Parque Natural.”**



**C.17- “O Luís Mira diz que os plásticos não se conseguem ver da estrada. Não é verdade.  
- parte 3”**



**C.18- “O ponto comum entre conversas com portugueses e conversas com nepaleses é o restaurante nepalês.”**

